

CADERNOS
DE FORMAÇÃO

VOLUME 1

Projeto de capa Plínio A. Coelho
Ilustração da capa En grève, Steinlen

SINDSCOPE

Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II

Campo de São Cristóvão, 177 - São Cristóvão
20921-440 Rio de Janeiro - RJ
21-2580-3784 / 21-3860-6643 / 3860-7503
www.sindscope.org.br

Novembro de 2012

CADERNOS DE FORMAÇÃO

VOLUME 1

ANARQUISMO E SINDICALISMO

Organização

Alexandre Samis

Milton Tavares

Tradução

Plínio Augusto Coêlho

SINDSCOPE

SUMÁRIO

Apresentação
Alexandre Samis

7

PIERRE-JOSEPH PROUDHON

Resumo da obra
Idéia Geral da Revolução no século XIX

17

MIKHAIL BAKUNIN

Aos companheiros da Federação
das Seções Internacionais do Jura
(Excertos)

79

Carta a Albert Richard

95

A dupla greve de Genebra - 1869

101

PIOTR KROPOTKIN

Todos socialistas!

111

A expropriação

117

ERRICO MALATESTA

Programa Anarquista

143

Posfácio

Milton Tavares

161

APRESENTAÇÃO

Alexandre Samis

Anarquia é ordem sem coerção.

P.-J. Proudhon

O historiador austríaco Max Nettlau escrevia em 1935 a propósito da tarefa de recuperação da História do anarquismo, em um ambiente adverso, tanto para a pesquisa, quanto para a sua divulgação: “Mas conforme sabemos, nessa imensa literatura socialista, a anarquia pesa sempre como uma aberração, como um ramo morto, como o nada, do qual esses autores anunciam amiúde o completo desaparecimento e o triunfo integral seja do seu bolchevismo, seja de seu reformismo estatista-capitalista-socialista.” Um testemunho que, a despeito de alguns tímidos avanços, parece-nos ainda muito válido para os dias de hoje.

Em conformidade com tal juízo, a publicação do primeiro volume dos *Cadernos de Formação* do SINDSCOPE vem, em boa hora, preencher uma “quase inexplicável lacuna” no acúmulo político de parte significativa dos trabalhadores e trabalhadoras filiados à nossa entidade. Quer pela dificuldade de acesso, quer pelas insuficientes iniciativas de estudos sistematizados, a teoria revolucionária anarquista segue muitas vezes marginalizada, mes-

Alexandre Samis é diretor de Formação Política do SINDSCOPE.

mo amesquinhada em seu conteúdo, do debate mais amplo e propositivo. Aparece, vez por outra, amputada de sua correspondente histórica imprescindível, a luta de classes, ou mesmo, e em não raras oportunidades, é tratada superficialmente de forma caricatural e completamente distorcida.

Tal fato, se já não fossem suficientes as razões éticas para um qualificado resgate, acaba por privar os maiores interessados, os oprimidos e explorados, de uma ferramenta imprescindível para a luta cotidiana. Não apenas condena ao esquecimento parte da trajetória da classe trabalhadora, como ainda, e com consequências mais graves, impede que se produza por esta um quadro fidedigno de seus avanços e retrocessos. Segmenta e fragmenta uma história que, se olhada no seu todo, é de extrema importância para se pensar táticas e estratégias para o futuro.

Outro aspecto, e não de menor relevo, diz respeito aos dias que correm, nos quais o anarquismo tem merecido a atenção cada vez maior dos espoliados. Já não é possível esconder o papel que vem desempenhando em movimentos como o da antiglobalização do capitalismo, a partir do fim do milênio passado, como ainda nas recentes manifestações de rua em Atenas, Madri, Barcelona, Lisboa, Berlin, Paris, Lyon e em outras partes do Velho Continente. Também na América Latina, no Chile, Argentina, Bolívia, Uruguai as bandeiras negras e vermelhas tremulam nas mãos de estudantes, desempregados, operários e grupos dos mais variados matizes étnicos, todos formando um bloco coeso de protesto contra o capitalismo. No Brasil, é possível encontrar hoje, sem maiores dificuldades, organizações anarquistas ocupadas com os movimentos dos sem-teto, sem-terra e desempregados, assim como, mais ou menos organizadas, no interior dos sindicatos com algum grau de combatividade.

Diante do quadro desenhado, torna-se necessário um estudo mais detido do anarquismo. Um esforço minimamente sistematizado, meditado e consistente. E para este propósito indica-

mos a leitura dos textos que compõem este primeiro volume dos *Cadernos de Formação*. Produções teóricas cujos conteúdos encontraram seu lastro nas revoluções e revoltas dos séculos XIX e XX. Textos de autores que se tornaram clássicos e que nos permitem uma primeira apreciação da longa trajetória do anarquismo como teoria e prática. Através destes será possível divisar as três formas históricas assumidas pela ideologia no seu tempo: a mutualista, a coletivista e a anarquista comunista. Pela pena de seus mais diletos tradutores será possível entender o que sonharam e realizaram os operários durante os primeiros anos das refregas contra o capitalismo.

No presente volume, cujo conteúdo apresenta-se partilhado por quatro dos mais destacados teóricos do anarquismo, optamos por distribuir também o tema em quatro blocos:

O primeiro bloco circunscreve-se à fração primeira do texto *Ideia Geral da Revolução no século XIX*, da lavra do pensador francês Pierre-Joseph Proudhon, publicado no ano de 1851. Ultimado na prisão da *Conciergerie*, onde seu autor cumpria pena por crime contra o Estado, personificado na figura de Luís Bonaparte, a quem atacara violentamente através do periódico *La Voix du Peuple*. O livro pode ser entendido, simultaneamente, como uma peça política e uma proposta de aliança tática entre operários e a “classe média”. Uma aliança para “derrubar o capitalismo”. Para Proudhon a “classe média” fazia-se representar na figura de pequenos lojistas, artesãos e intelectuais, aqueles que, em condições semelhantes aos operários, mas não idênticas, viviam de seu próprio trabalho.

Como racionalista, Proudhon escreve sempre em apoio à conjuntura. Por tal motivo, e por força dos acontecimentos na França daquele tempo, acreditava na necessária aliança, entre a pequena burguesia urbana e os operários, contra o governo e os capitalistas. Embora se reportasse sempre às fábricas ou oficinas como núcleos centrais da nova economia socialista, reafirmando o prota-

gonismo dos operários nas cidades, entendeu, até o fim do ano de 1852, ser possível aproximar destes a “classe média”, uma vez que esta se encontrava igualmente oprimida.

No seu livro *A Filosofia do Progresso*, publicado na Bélgica em 1853, é possível, por outra parte, aferir o mesmo racionalismo de Proudhon quando este, diferente da obra anterior, não enxerga na “classe média”, ainda que associada ao operariado, qualquer capacidade revolucionária. Após o golpe de Napoleão III, as camadas médias urbanas haviam-se descredenciado para ocupar qualquer papel no campo revolucionário.

O segundo bloco, formado por três diferentes textos de M. Bakunin, encontra sua unidade não apenas no estilo inconfundível do autor, como ainda na temática, uma vez que trata de um mesmo assunto, sempre central na obra do anarquista russo, o da organização operária e do combate ao capitalismo.

Os primeiros fragmentos, retirados de *Aos companheiros da Federação das Seções Internacionais do Jura*, longo texto escrito entre fevereiro e março de 1872, não apenas apontam para os males advindos da organização política centralizada, na figura do Estado, como ainda para os do nacionalismo, sua mais deletéria manifestação social. O conteúdo, tanto mais pertinente se considerados os efeitos da reação burguesa após a Comuna de Paris, reúne qualidades tanto analíticas quanto organizativas. Não por acaso Bakunin anuncia tais alvitreos aos operários suíços das cidades às margens da cadeia montanhosa do Jura. Que, se por uma parte, não sofreram diretamente os rigores da repressão aos *communards*, haviam, por outra, dado abrigo aos refugiados de Paris, àqueles que lograram escapar da fúria dos generais versalheses e cruzaram a fronteira para a Suíça.

O acento internacionalista deixa marca indelével em toda a obra de Bakunin e não é diferente na *Carta a Albert Richard*, um aliancista e coletivista de Lyon, escrita meses antes da deflagração da Guerra Franco-Prussiana. Nesta, o missivista, através de

exemplos simples, naquele momento ainda parte de um plano geral, esboça em projeções os fatos que, onze meses depois, se traduziriam em práticas na Comuna de Paris. Esta *Carta*, não apenas por seu conteúdo antecipatório, presta-se a exemplo lapidar do que de melhor produziram os revolucionários anarquistas no século XIX.

No terceiro texto que compõe este segundo bloco, *A Dupla Greve de Genebra (1869)*, Bakunin trata de uma greve generalizada, que contou com o apoio da Associação Internacional dos Trabalhadores e de suas seções na França e Bélgica. Como o faz com recorrência em outros escritos, aqui também ele encontra razão nos fatos para explicitar sua teoria geral, e não apenas, mas, sobretudo, enfileira os conceitos mais caros à sua prédica revolucionária, atribuindo-lhes significado a partir dos acontecimentos.

Piotr Kropotkin, outro russo anarquista, contribui para o nosso terceiro bloco com dois textos, todos retirados da obra coligida por Elisée Reclus, *Palavras de um Revoltado*. Os artigos aqui reproduzidos fazem parte da fase mais virulenta do anarquismo, um período instigante, prenhe de energia revolucionária e realizações heroicas através da “propaganda pelo fato”. Um anarquismo que, animado pelo Congresso de Londres (1881), pretendia dar à burguesia respostas à altura da violência perpetrada por esta. Nesta fase a “ideia”, como às vezes os militantes se referiam ao pensamento e ação libertários, robusteceu-se de táticas que, no seu conjunto, podem ser chamadas de insurrecionais, quer pela intrepidez de seus protagonistas, quer pela ambiciosa pauta de curto prazo.

Em igual período, o jornal *Le Révolté*, editado em Genebra, tornou-se o principal veículo desta radicalização, filha da necessidade, uma vez que os sindicatos haviam sido atirados na proscrição, em várias partes da Europa, após a Comuna de Paris. Kropotkin, atendendo ao apelo do conjunto organizado dos anarquistas, tornar-se-ia um dos mais importantes propagandistas dos

atos de violência revolucionária. No quinzenário genebrino escreveu artigos que, pela qualidade da prosa e eloquência política, podem muito bem servir de referência àquele contexto histórico no qual se viu mergulhado o anarquismo. Não por acaso, o livro, *Palavras de um Revoltado*, foi editado para justamente abrigar os textos desta época.

O nosso quarto e último bloco trata de uma proposta do anarquista italiano, Errico Malatesta, para a organização dos militantes em torno de um programa revolucionário. Embora publicado em 1903, as reflexões expressas no documento encontram suas raízes em período anterior, fins do século precedente, quando já entendiam alguns anarquistas comunistas ser necessária a construção de um “partido anarquista”. Uma esfera política formal, com táticas e estratégia; em suma, um “programa” claro e objetivo a ser seguido pelos envolvidos com os movimentos sociais.

O “programa” deveria servir também de campo identitário ideológico, uma vez que muitos libertários ingressavam na luta classista pela porta do sindicalismo revolucionário que, embora esposasse muitas das táticas historicamente identificadas com o anarquismo, não era sinônimo deste. Malatesta, por força da difusa linha que separava as esferas (social/sindicato e política/ideologia), viu-se obrigado a desenvolver seu “programa” com o fito de orientar os militantes para a justa medida do emprego de forças, em esferas distintas, porém, complementares. A iniciativa, todavia, não se fazia em sentido análogo ao do esforço de se criar um “partido de quadros”, mas, antes, preconizava a necessidade dos anarquistas ingressarem nos sindicatos sem se diluírem neles. Sem confundir o campo de ação com o das preferências políticas, ou ainda, articular ambos com sensibilidade, para maior eficiência dos propósitos.

Por força desta lógica, e em complemento a ela, o “programa” deveria garantir que a ação nos meios sociais não se subordinasse aos interesses específicos do partido e nem que as energias

dos anarquistas se esgotassem em conquistas imediatas, economicistas. Para tal, a organização específica anarquista tornava-se pedra-de-toque para uma inserção mais consequente no quadro geral de crise do capitalismo. Um ponto de apoio sem o qual o militante poderia, com facilidade, ficar à deriva em um oceano de demandas imediatas.

A despeito de suas especificidades históricas, o mutualismo de P.-J. Proudhon, o coletivismo de M. Bakunin e o anarquismo comunista de P. Kropotkin e E. Malatesta mantêm entre si um nexos evidente. Em comum possuem o federalismo, a gestão operária, a autonomia, o classismo, a liberdade e a igualdade econômica, elementos constitutivos, básicos, que dão fisionomia à ideologia. Uma ideologia com fundamentos próprios, visão estratégica sofisticada e capacidade ainda hoje, ou sobretudo hoje, de fornecer respostas às mais inquietantes indagações dos trabalhadores e trabalhadoras de diferentes partes do mundo.

Pelo exposto nesta apresentação, como espero tornar-se claro pelos próprios textos, a recuperação da teoria revolucionária anarquista é antes de tudo um passo na direção de devolver aos trabalhadores e trabalhadoras parte de sua memória coletiva e parte de suas lutas, nas formas como estas foram concebidas, sentidas e realizadas. Trata-se de sublinhar, no conjunto das tradições revolucionárias, aquela que, por ter legado um método e um ideário próprios, não pode permanecer oculta sem que isso represente uma incontestável usurpação para toda a classe. E, nesse sentido, acreditamos estar contribuindo sobremaneira para a necessária obra formativa, não apenas de nossa base filiada, mas de todos que, como nós, pretendem alterar radicalmente o atual estado de coisas, colocando tudo à disposição de todos.



PIERRE-JOSEPH PROUDHON
(1809-1865)

Prefácio

IDÉIA GERAL DA REVOLUÇÃO NO SÉCULO XIX

Em 5 de junho de 1849, Proudhon é encarcerado por violentos artigos contra Luís Napoleão Bonaparte, publicados em *Le Peuple*, em 26 e 27 de janeiro.

Continuando a dirigir de sua prisão *La Voix du Peuple*, ele ficará incomunicável por causa de um artigo de 5 de fevereiro de 1850, intitulado *Vive l'Empereur*, transferido à cidadela de Doullens por um outro de 17 de abril, antes de acabar na Conciergerie onde escreverá *Idéia Geral da Revolução no Século XIX*.

Uma carta de 11 de maio de 1851 ensina-nos que esta obra deveria ser, de início, “uma brochura composta de alguns excertos (do *Sistema das Contradições Econômicas*)... de quinze a dezoito folhas”¹.

No dia 25, esse modesto opúsculo transformou-se em “programa... de 450 páginas sem prejuízo do resto... (e que deve) apresentar a Revolução o mais claramente (possível), em princípio e na prática”². Editada em julho de 1851, a primeira tiragem (3000 exemplares) esgotou-se em um mês.

Como todas as obras de Proudhon, *Idéia Geral da Revolução no Século XIX* é um texto simultaneamente histórico, polêmico e teórico. Apóia-se sobre os erros do passado, em particular sobre

¹ Lettre à Guillemin.

² Lettre à Marc Dufraisse.

aqueles da Revolução francesa, para combater tanto a “Reação Branca” quanto “o comunismo ditatorial” dos “Vermelhos que, neste momento, trabalham da maneira mais útil para perverter a Revolução”³.

É a esse fim que, nesses anos (1849-1852), ele aspira a constituir um grande partido reconciliando proletariado e classes médias com o objetivo, não de conquistar o poder, mas de organizar a economia pela dissolução do Estado. Essa concepção de uma revolução “interclasses” que se opõe ao conjunto das posições que adotou e que adotará⁴, vem indiscutivelmente do fracasso da Revolução proletária de 1848. É essa “Revolução sem idéia” que fará surgir no espírito do prisioneiro isolado que ele é naqueles anos, a esperança de que a pequena burguesia poderia trazer ao proletariado “a Idéia” que lhe falta. Esperança logo desfeita e combatida nos anos que se seguirão.

Se este texto traz consigo sua data de nascimento, erraria-se em considerá-la como um simples testemunho do espírito reinante nos anos que se seguem a 1848.

Idéia Geral da Revolução no Século XIX é antes de tudo um “compêndio filosófico da Revolução”. De todas as obras de Proudhon, nenhuma (à exceção sem dúvida de *De la Capacité des Classes Ouvrières*) formulará tão claramente e sobretudo tão sucintamente o conjunto de suas concepções econômicas e anties-tatistas.

Não se deve esperar encontrar aqui a expressão inteira de suas posições sobre a economia, a política e a ética. Para isso, deve-se consultar *As Contradições Econômicas*, *Do Princípio Federativo* e *De la Justice dans la Révolution et dans l'Église*. *Idéia Geral da Revolução no Século XIX* dá-nos as grandes conclusões do lento

³ Lettre à Guillemin (já citada).

⁴ Ver principalmente as obras do final de sua vida, e em particular *De la Capacité des Classes Ouvrières*.

e paciente trabalho de pesquisa que nos expõe o conjunto de todos os textos publicados até então, bem como um programa de realizações práticas, de reformas imediatas que a Revolução de Fevereiro exigia.

O leitor do século XX deve levar em conta os grandes eixos revolucionários, sempre atuais, e as proposições circunstanciais que devem servir-nos bem mais de exemplos do que de fórmulas. O próprio Proudhon definia assim desde dezembro de 1851 a parte “capital” de sua obra:

Enunciei em meu último trabalho cinco ou seis proposições que considero capitais e é, no momento, tudo o que eu quis:

1. O governo, em seu mais alto ponto de perfeição, está organizado para a sujeição e a espoliação da maioria;

2. Temos de substituir o sistema dos poderes políticos por um sistema de forças econômicas;

3. A associação, no sentido preciso e jurídico da palavra, não é absolutamente uma força econômica, é governo; todavia, há casos em que essa modificação da liberdade individual parece indispensável;

4. Esse sistema, ou melhor, esse equilíbrio das forças econômicas, não pode ser criado por meio de autoridade; deve resultar do consentimento tácito ou exprimido dos cidadãos, seja do “livre contrato”...

São, portanto, seus estudos relativos à Autoridade, à Associação, ao Contrato Social e ao Governo que parecem os mais essenciais e os mais novos.

“A anarquia atual das forças econômicas” conduz a sociedade à sua ruína. Mas a ruína de uma sociedade conduz à Revolução, manifestação da Justiça na Humanidade.

A organização política, embasada na teologia, declina; a organização econômica, embasada na Justiça deve surgir.

O governamentalismo está morrendo. O anarquismo deve nascer.

Grupo Libertário Fresnes-Antony
da Federação Anarquista.

A introdução, o prefácio e as notas foram, por um lado, estabelecidos a partir das obras de Jean Bancal (*Proudhon – Pluralismo e Autogestão* e *Proudhon, textes choisis*), e, por outro, a introdução e as notas de Aimé Berthod, na edição Marcel Rivière de 1924.

IDÉIA GERAL DA REVOLUÇÃO NO SÉCULO XIX

Pierre-Joseph Proudhon

Três coisas devem ser observadas em toda história revolucionária:

O regime anterior, que a revolução tem por objetivo abolir, e que, por sua vontade de conservar-se, torna-se contra-revolução;

Os partidos que, tomando a revolução em pontos de vistas, segundo juízos antecipados e interesses diversos, esforçam-se, cada um de seu lado, para atraí-la para si e explorá-la em seu proveito;

A revolução em si mesma, ou a solução.

A história parlamentar, filosófica e dramática da revolução de 1848 já poderia fornecer matéria a volumes. Limitar-me-ei a tratar, de uma maneira descomprometida, algumas das questões que permitem esclarecer nossos conhecimentos atuais. O que direi bastará, espero, para explicar a marcha e fazer conjecturar o futuro da Revolução no século XIX.

Primeiro estudo – As reações determinam as revoluções.

Segundo estudo – Há razão suficiente para revolução no século XIX?

Terceiro estudo – Do princípio de Associação.

Quarto estudo – Do princípio de Autoridade.

Quinto estudo – Liquidação social.

Sexto estudo – Organização das forças econômicas.

Sétimo estudo – Dissolução do Governo no organismo econômico.

Não se trata de uma narrativa, mas de um plano especulativo, quadro intelectual da Revolução.

Coloquem lá dentro do espaço e do tempo, datas, nomes, manifestações, episódios, arengas, pânicos, batalhas, proclamações, espertezas, evoluções parlamentares, vinganças, duelos etc. etc.; tereis a Revolução em carne e osso, como em Buchez e Michelet.

Pela primeira vez o público terá podido julgar o espírito e o conjunto de uma revolução antes que ela se realize: quem sabe o que nossos pais teriam poupado de desastres se, abstração feita dos acasos, dos partidos e dos homens, tivessem podido ler, de antemão, seu próprio destino?

Terei cuidado, nessa exposição, para fixar-me o máximo possível na prova de fato. E entre os fatos, escolherei sempre os mais conhecidos e os mais simples; é o único meio de fazer com que a revolução social, que só foi até agora um apocalipse, torne-se, enfim, uma realidade.

PRIMEIRO ESTUDO

As reações determinam as revoluções

*Da força revolucionária*⁵

É uma opinião geralmente disseminada em nossos dias, entre os homens do movimento bem como entre aqueles da resistência, que uma revolução, bem atacada em sua origem, pode ser estancada, rechaçada, esquivada ou desnaturada; que, para isso, bastam duas coisas: a astúcia e a força. Um dos escritores mais judiciosos desse tempo, sr. Droz⁶, da Academia Francesa, fez de propósito uma história dos anos de reinado de Luís XVI durante os quais, segundo ele, ter-se-ia podido prevenir e impedir a revolução. E entre os revolucionários da época, um dos mais inteligentes, Blanqui⁷, é igualmente dominado pela idéia segundo a qual, com uma energia e uma habilidade suficiente, o poder pode conduzir o povo como bom lhe parecer, sufocar o direito, aniquilar o espírito revolucionário. Toda a política do tribuno de Belle-

⁵ Os subtítulos deste capítulo foram acrescentados por Proudhon na segunda edição.

⁶ Droz (Joseph-François-Xavier) (1773-1850), moralista e historiador, tutor de Proudhon na academia de Besançon. O texto ao qual Proudhon alude na passagem em apreço é: “L’histoire de Louis XVI...” (1839-1842).

⁷ Proudhon prestou homenagem várias vezes à inteligência de Blanqui, com quem se encontrou na fortaleza de Doullens. “Blanqui é a encarnação das vinganças populares... Golpeareis o inimigo... Blanqui o exterminará na frieza de seus cálculos... Blanqui terá sua hora, é inútil negá-la” (*Carta a Langlois*, 7 de janeiro de 1851).

Isle, — peço a seus amigos para não levar a mal a qualificação, — bem como aquela do acadêmico, procede do medo que ele tem de ver a reação triunfar, medo que ousou chamar, no que me concerne, ridículo. Assim, a reação, germe de despotismo, está no coração de todos os homens; ela aparece para nós simultaneamente nas duas extremidades do horizonte político. Não é uma das causas menores de nossos infortúnios.

Impedir uma revolução! Mas isso não vos parece uma ameaça à Providência, um desafio lançado ao inflexível destino, tudo o que se pode imaginar, em resumo, de mais absurdo? Impedis, portanto, a matéria de pesar, a chama de arder, o sol de luzir?

Tentarei mostrar, pelo que se passa às nossas vistas, que, como o instinto de reação é inerente a toda instituição social, a necessidade de revolução é igualmente irresistível (...)

Uma revolução é uma força contra a qual nenhum outro poder, divino ou humano, pode prevalecer, cuja natureza é fortalecer-se e crescer pela própria resistência que ela encontra. Pode-se dirigir, moderar, retardar uma revolução — eu disse há pouco que a política mais sábia consiste em ceder-lhe passo a passo, a fim de que a evolução eterna da Humanidade, em vez de fazer-se por largas passadas, realize-se insensivelmente e sem barulho. Não se retém em absoluto uma revolução, não se a engana, não se poderia desnaturá-la, e muito menos vencê-la. Quanto mais é comprimida, maior é sua reação, e sua ação torna-se irresistível. Isso se dá a tal ponto que é perfeitamente igual, para o triunfo de uma idéia, que ela seja perseguida, vexada, esmagada em seus começos, ou que se desenvolva e propague-se sem obstáculo. Como a antiga Nêmesis, que nem as orações nem as ameaças podiam comover, a revolução avança, com um passo fatal e sombrio, sobre as flores que seus devotos atiram-lhe, no sangue de seus defensores e sobre os cadáveres de seus inimigos. (...)

Toda revolução apresenta-se inicialmente como queixa do povo, acusação contra um estado de coisas vicioso, do qual os

mais pobres são os primeiros a sentir a dor. Não faz parte da natureza das massas revoltar-se, senão contra o que lhes causa sofrimento, ao físico ou à moral. Há nisso matéria à repressão, vingança, perseguição? Que loucura! Um governo que faz consistir sua política em escamotear o desejo das massas e sufocar sua queixa, denuncia-se a si mesmo: é o malfeitor que combate seus remorsos por novos crimes. A cada atentado, a consciência ri-bomba mais terrível, até que, enfim, a razão do culpado desorienta-se e entrega-o ao carrasco.

Para conjurar os perigos de uma revolução, só há um meio, eu já o disse: fazer justiça. O povo sofre, está descontente com sua sorte: é um doente que geme, uma criança no berço a gritar. Ide à sua frente, escutai as suas queixas, estudai a causa disso, suas conseqüências; levai em conta, se a ocasião apresenta-se, o exagero; em seguida, ocupai-vos imediatamente, sem descanso, em aliviar o paciente. A revolução, então, realizar-se-á sem estrépito, como o desenvolvimento natural e feliz da antiga ordem de coisas. Ninguém a verá, pressentirá. O povo agradecido nomear-vos-á seu benfeitor, seu representante, seu chefe. Foi assim que Luís XVI foi saudado, em 1789, pela Assembléia Nacional e pelo povo, *Restaurador das liberdades públicas*. Nesse momento de glória, Luís XVI, mais poderoso do que seu antepassado Luís XIV, podia consolidar por séculos sua dinastia: a revolução apresentava-se a ele como um instrumento de reinado. O insensato não soube ver nela senão uma usurpação sobre seus direitos. Carregou até ao cadafalso essa inconveniente cegueira.

Lamentavelmente, deve-se crer que uma revolução pacífica é algo muito ideal para que nossa belicosa humanidade adapte-se a ela. Raramente vemos os acontecimentos seguirem o curso mais natural, o menos nocivo: assim, não faltam os pretextos. Assim como a revolução tem seu princípio na violência das necessidades, a reação encontra o seu na autoridade dos costumes. Sempre o *statu quo* quer prescrever contra a miséria: é o que faz com que

a reação, no início, obtenha a mesma maioria que a revolução no final. Nessa marcha em sentido oposto, na qual o que faz a vantagem de uma transforma-se incessantemente em detrimento da outra, deve-se temer muito que aconteçam ferozes combates!...

Duas causas, portanto, opõem-se à realização regular das revoluções: os interesses estabelecidos e o orgulho do governo.

Por uma fatalidade que será mais tarde explicada, essas duas causas agem sempre de conivência, de modo que a riqueza e o poder, com a tradição, encontram-se de um lado; a miséria, a desorganização e o desconhecido, do outro; o partido satisfeito, não querendo fazer concessão, e o partido atormentado, não mais podendo resignar-se, torna-se pouco a pouco inevitável o conflito. (...)

SEGUNDO ESTUDO

Há razão suficiente para revolução no século XIX?

As revoluções têm por motivo, nem tanto o mal-estar que a sociedade sente em um determinado momento, mas a continuidade desse mal-estar, que tende a fazer desaparecer e neutralizar o bem.

(...)

Devemos convencer-nos de que fora da esfera tão estéril quanto absorvente do parlamentarismo, há uma outra, incomparavelmente mais vasta, onde se desenrolam nossos destinos; de que, acima desses fantasmas políticos, cujas figuras cativam nossa imaginação, há os fenômenos da economia social, que, por sua harmonia ou sua discordância, produzem todo o bem e o mal das sociedades.

(...)

O ensino não pode ser universal, nem, sobretudo, livre: em uma sociedade permanecida feudal, seria um contra-senso. É preciso, para manter a subordinação nas massas, restringir a eclosão das capacidades, reduzir a população dos colégios, demasiado numerosa e turbulenta; reter em uma ignorância sistemática os milhões de trabalhadores que reclamam os trabalhos repugnantes e penosos, servindo-se, enfim, do ensino como se não o usasse, isto é, dirigi-lo no sentido do embrutecimento e da exploração do proletariado.

E como se o mal, tanto quanto o bem, devesse ter sua sanção, o Pauperismo, assim previsto, preparado, organizado pela

anarquia econômica, encontrou a sua: ela está na estatística criminal. (...)

Quando o operário foi embrutecido pela divisão parcelar do trabalho, pelo serviço das máquinas, pela instrução ignorantista; quando ele foi desencorajado pela vileza do salário, desmoralizado pelo desemprego, esfomeado pelo monopólio; quando já não tem nem pão nem massa, nem dinheiro, nem família nem domicílio, então, ele mendiga, furta, frauda, rouba, assassina; depois de ter passado pelas mãos dos exploradores, ele passa por aquelas dos justiceiros. Está claro?...

Veremos ainda que, assim como a sociedade, entregue à anarquia de seus elementos, tende a reconstituir as castas antigas, o Governo, de seu lado, tende a concertar-se com essa nova aristocracia, e a consumir a opressão do proletariado.

Do simples fato, com efeito, de que as forças da sociedade foram deixadas pela Revolução no estado inorgânico, resulta uma desigualdade de condições que já não encontra, como outrora, sua causa na desigualdade natural das faculdades; mas que se faz um novo pretexto dos acidentes da sociedade, e acrescenta entre seus títulos, aos caprichos da natureza, as injustiças da fortuna. O privilégio, abolido pela lei, renasce assim da falta de equilíbrio: já não é um simples efeito da predestinação divina, é ainda uma necessidade da civilização.

(...)

Qual é o mandato do Governo? Proteger e defender cada um em sua pessoa, sua indústria, sua propriedade. Ora, se, pela necessidade das coisas, a propriedade, a riqueza, o bem-estar vão todos de um lado, a miséria do outro, está claro que o Governo encontra-se constituído, de fato, para a defesa da classe rica contra a classe pobre. É preciso, portanto, para a perfeição desse regime, que o que existe *de fato*, seja *definido e consagrado de direito*: é precisamente o que quer o Poder e o que demonstra do começo ao fim a análise do orçamento.

(...)

O sistema de imposto atualmente em curso é (...) concebido de maneira a que o produtor pague tudo, o capitalista nada.

(...)

Há, pois, pacto entre o Capital e o Poder para fazer fazer contribuir exclusivamente o trabalhador; e o segredo desse pacto consiste simplesmente, como eu já disse, em vez de estabelecer a taxa sobre os capitais, em colocá-la sobre os produtos. Com a ajuda desse disfarce, o capitalista-proprietário simula pagar por suas terras, por sua casa, por seu mobiliário, por suas sucessões, por suas viagens, por seu consumo etc., como o resto dos cidadãos.

(...)

Aos vícios intrínsecos, às inclinações feudais da ordem política, iremos acrescentar a corrupção. Isso, longe de enfraquecer meu raciocínio, corrobora-o. A corrupção alia-se muito bem com a tendência geral do Poder; ela faz parte de seus meios, ela é um de seus elementos.

O que quer o sistema?

Manter antes de tudo o feudalismo capitalista no gozo de seus direitos; assegurar, aumentar a preponderância do capital sobre o trabalho; reforçar, se possível, a classe parasita, disponibilizando em toda a parte, por intermédio das funções públicas, protegidos, e, se necessário, recrutas; reconstituir pouco a pouco e enobrecer a grande propriedade; — Luís Filipe, no final de seu reinado, não se pôs a conceder títulos de nobreza? — recompensar, assim, por vias indiretas, certos devotamentos que a remuneração oficial dos cargos não poderia satisfazer; vincular tudo, enfim, auxílios, recompensas, pensões, adjudicações, concessões, explorações, autorizações, cargos, certificados, privilégios, funções ministeriais, sociedades anônimas, administrações municipais etc. etc., ao patronato supremo do Estado.

(...)

A corrupção, sabe-o, é a alma da centralização.

(...)

Por esses três ministérios da agricultura e do comércio, dos trabalhos públicos e do interior, pelos impostos sobre o consumo e pela aduana, o Governo tem a mão sobre tudo o que vem e o que vai, o que se produz e se consome, sobre todos os negócios dos particulares, das comunas e dos departamentos; mantém a tendência da sociedade no sentido do empobrecimento das massas, a subalternização dos trabalhadores, e a preponderância cada vez maior das funções parasitas. Pela polícia, vigia os adversários do sistema; pela justiça, condena-os e reprime-os; pelo exército, esmaga-os; pela instrução pública, distribui, na proporção que lhe convém, o saber e a ignorância; pelos cultos, adorcece a protestaçoão no âmago dos coraçõões; pelas finanças, cobre, a cargo dos trabalhadores, os custos dessa vasta conjuraçoão.

(...)

Assim, em 1851 como em 1788, e por causas análogas, há na sociedade tendência pronunciada à miséria. Hoje, como outrora, o mal do qual se queixa a classe trabalhadora não é absolutamente o efeito de uma causa temporária e acidental: é o resultado de um desvio sistemático das forças sociais.

Esse desvio data de longe; ele é inclusive anterior a 89, tem seu princípio nas profundezas da economia geral do país. A primeira revolução, lutando contra abusos mais aparentes, só pôde agir na superfície. Após ter destruído a tirania, ela não soube fundar a ordem, da qual as ruínas feudais que recobriam a pátria ocultavam-lhe os elementos. Assim, essa revolução, cuja história parece-nos tão completa, pura negação, será diante da posteridade apenas o primeiro ato, a aurora da grande revolução que o século XIX deve realizar.

A agitação de 89-93, depois de ter abolido, com o despotismo monárquico, os últimos restos do feudalismo, proclamou a unidade nacional, a igualdade ante a lei e ante o imposto, a liberdade de imprensa e dos cultos, e interessou o povo, tanto quanto

podia fazê-lo, pela venda dos bens nacionais, não deixou qualquer tradição orgânica, qualquer criação efetiva. Ela não realizou nem mesmo qualquer uma de suas promessas. Proclamando a liberdade das opiniões, a igualdade ante a lei, a soberania do povo, a subordinação do poder ao país, a Revolução fez da sociedade e do Governo duas coisas incompatíveis, e foi essa incompatibilidade que serviu de causa ou pretexto a essa concentração liberticida, absorvente, que a democracia parlamentar admira e louva porque é de sua natureza tender ao despotismo, a CENTRALIZAÇÃO.

(...)

A República tinha de fundar a Sociedade; ela só pensou no Governo. A centralização fortalecendo-se cada vez mais, enquanto a Sociedade não tinha de opor-lhe nenhuma instituição, as coisas chegaram, pelo exagero das idéias políticas e pelo vazio das idéias sociais, ao ponto que a Sociedade e o Governo não podem mais viver juntos, as condições de um sendo subjugar e subalternizar o outro.

Assim, enquanto o problema colocado em 89 parecia *oficialmente* resolvido, no fundo não havia nada de mudado senão a metafísica governamental, o que Napoleão denominava *ideologia*. A liberdade, a igualdade, o progresso com todas as suas consequências oratórias, são lidos no texto das constituições e das leis; não há vestígio deles nas instituições. Um feudalismo ignóbil, embasado na agiotagem mercantil e industrial, no caos dos interesses, no antagonismo dos princípios, na depravação do direito, substituiu a antiga hierarquia das classes; os abusos abandonaram a fisionomia que tinham antes de 89 para assumir uma outra organização; eles não diminuíram nem de número nem de gravidade. Por força de preocupações políticas, perdemos de vista a economia social. Foi assim que o próprio partido democrático, o herdeiro da primeira revolução, chegou a querer reformar a Sociedade pela iniciativa do Estado, criar instituições pela virtude

prolífica do Poder, corrigir o abuso, em resumo, pelo próprio abuso.

Essa fascinação dominando as inteligências, a Sociedade gira num círculo de decepções, levando o capital a uma aglomeração cada vez mais esmagadora, o Estado a uma extensão cada vez mais tirânica de suas prerrogativas, a classe trabalhadora a uma decadência física, moral e intelectual, irreparável.

(...)

É no próprio lugar desse regime governamental, feudal e militar, imitado daquele dos antigos reis, que se deve erguer o novo edifício das instituições industriais; é no lugar dessa centralização materialista e absorvente dos poderes políticos que devemos criar a centralização intelectual e liberal das forças econômicas. Trabalho, comércio, crédito, educação, propriedade, moral pública, filosofia, belas artes, tudo, enfim, faz-nos disso uma lei.

Concluo:

Há razão suficiente de revolução no século XIX.

TERCEIRO ESTUDO

Do princípio de associação

A Associação é de tal modo, aos olhos daqueles que a propõem como expediente revolucionário, um *dogma*, algo de definitivo, completo, absoluto, imutável, que todos aqueles que chegaram nessa utopia construíram, sem exceção, um SISTEMA. Fazendo irradiar uma idéia fixa sobre as diversas partes do corpo social, eles deviam chegar, e, com efeito, chegaram a reconstruir a sociedade em um plano imaginário, aproximadamente como esse astrônomo que, por respeito por seus cálculos, refazia o sistema do mundo.

Assim, a escola saint-simoniana, ultrapassando as hipóteses de seu fundador, produziu um sistema; Fourier, um sistema; Owen, um sistema; Cabet, um sistema; Pierre Leroux, um sistema; Louis Blanc, um sistema; como Babeuf, Morelly, Thomas Morus, Campanella, Platão e outros, seus predecessores, partidos cada um de um princípio único, haviam engendrado sistemas. E todos esses sistemas, exclusivos uns dos outros, são-no igualmente do progresso. Pereça a humanidade mas não o princípio!, é a divisa dos utopistas bem como dos fanáticos de todos os séculos.

O socialismo, interpretado dessa forma, tornou-se uma religião, que teria podido, há quinhentos ou seiscentos anos, passar por um progresso sobre o catolicismo, mas que, no século XIX, é o que há de menos revolucionário.

Não, a Associação não é absolutamente um princípio diretor, como também não é uma força industrial; a Associação, em si mesma, não tem qualquer virtude orgânica ou produtora, nada,

enfim, que, a exemplo da divisão do trabalho, da concorrência etc., torna o trabalhador mais expeditivo e mais forte, diminui os custos de produção, extrai de elementos mínimos um valor mais considerável, ou que, a exemplo da hierarquia administrativa, oferece uma veicidade de harmonia e ordem.

Para justificar essa proposição, preciso citar de início alguns fatos, a título de exemplos. Provarei, em seguida, de um lado, que a Associação não é absolutamente uma força industrial; em segundo lugar; e como corolário, que ela não é em absoluto um princípio de ordem.

(...)

É temerário que tão cedo não acabemos com as utopias societárias. A associação, para uma certa classe de predicadores e flanadores, será por muito tempo ainda um pretexto de agitação e um instrumento de charlatanismo.

QUARTO ESTUDO

Do princípio de autoridade

A idéia governamental nasceu, pois, dos costumes de família e da experiência doméstica: nenhuma protestação produziu-se com o Governo parecendo tão natural à Sociedade quanto a subordinação entre o pai e seus filhos.

(...)

A experiência mostra, com efeito, que, em toda parte e sempre, o Governo, por mais popular que tenha sido em sua origem, alinhou-se do lado da classe mais esclarecida e mais rica contra a mais pobre e mais numerosa; que, após se ter mostrado algum tempo liberal, tornou-se pouco a pouco excepcional, exclusivo; enfim, que, em vez de sustentar a liberdade e a igualdade entre todos, ele trabalhou obstinadamente para destruí-las, em virtude de sua inclinação natural ao privilégio. (...) A história dos governos é o martirólogo do proletariado.

(...)

Concluamos sem temor que a fórmula revolucionária não pode mais ser nem *Legislação direta*, nem *Governo direto*, nem *Governo simplificado*: ela é, NÃO MAIS GOVERNO.

Nem monarquia, nem aristocracia, nem mesmo democracia, porquanto esse terceiro termo implicaria um governo qualquer, agindo em nome do povo, e dizendo-se povo. Não mais autoridade, não mais governo, mesmo popular: a Revolução está nisso.

Legislação direta, governo direto, governo simplificado, velhas mentiras que tentariam em vão rejuvenescer. Direto ou indireto, simples ou composto, o governo do povo será sempre a esca-

moteação do povo. É sempre o homem que comanda o homem; a ficção que faz violência à liberdade; a força brutal que decide as questões, no lugar da justiça que, só ela, pode resolvê-las; a perversa ambição que faz para si um meio de ascensão do devotamento e da credulidade.

A autoridade absoluta

(...)

A Humanidade pergunta a seus senhores: por que pretendes reinar sobre mim e governar-me?

Eles respondem: porque a sociedade não pode dispensar a ordem; porque é preciso numa sociedade homens que obedeçam e que trabalhem, enquanto os outros comandam e dirigem; porque as faculdades individuais sendo desiguais, os interesses opostos, as paixões antagonistas, o bem particular de cada um oposto ao bem de todos, é necessária uma autoridade que determine o limite dos direitos e dos deveres, um árbitro que decida os conflitos, uma força pública que faça executar os julgamentos do soberano. Ora, o poder, o Estado, é precisamente essa autoridade discricionária, esse árbitro que restitui a cada um o que lhe pertence, essa força que assegura e faz respeitar a paz. O governo, em resumo, é o princípio e a garantia da ordem social: é o que declaram simultaneamente o senso comum e a natureza.

Essa exposição repete-se desde a origem das sociedades. Ela é a mesma em todas as épocas, na boca de todos os poderes: vós a reencontrais idêntica, invariável, nos livros dos economistas malthusianos, nos jornais da reação e nas profissões de fé dos republicanos. Não há diferença, entre eles todos, senão pela medida das concessões que eles tencionam fazer à liberdade sobre o princípio: concessões ilusórias, que acrescentam às formas de governo ditas temperadas, constitucionais, democráticas etc., um tempero de hipocrisia cujo sabor só os torna mais desprezíveis.

Assim, o Governo, na simplicidade de sua natureza, apresenta-se como a condição absoluta, necessária, *sine qua non*, da ordem. É por isso que ele sempre aspira, e sob todas as máscaras, ao absolutismo: com efeito, segundo o princípio, quanto mais forte é o Governo, mais a ordem aproxima-se da perfeição. Essas duas noções, o governo e a ordem, estariam uma e outra em relação de causa e efeito: a causa seria o GOVERNO, o efeito seria a *ordem*. Foi assim também que as sociedades primitivas raciocinaram. Nós, inclusive, observamos em relação a isso que, segundo o que elas podiam conceber do destino humano, era impossível que raciocinassem de outra forma.

Mas esse raciocínio não deixa de ser falso, e a conclusão de pleno direito inadmissível, porquanto, consoante a classificação lógica das idéias, a relação entre governo e ordem não é absolutamente, assim como sustentam os chefes de Estado, aquela de causa e efeito, é aquela do particular ao geral. A ORDEM, eis o gênero; o *governo*, eis a espécie. Em outros termos, há várias maneiras de conceber a ordem: quem nos prova que a ordem na sociedade seja aquela que apraz a seus senhores assinalar-lhe?...

Alega-se, de um lado, a desigualdade natural das faculdades, de onde se deduz aquela das condições; do outro, a impossibilidade de conduzir à unidade a divergência dos interesses e conciliar os sentimentos.

Todavia, nesse antagonismo, poder-se-ia ver, no máximo, uma questão a resolver, não um pretexto à tirania. A desigualdade das faculdades! A divergência dos interesses! Ei, soberanos de coroa, de feixes de varas e de echarpes, eis precisamente o que denominamos problema social: e pensais resolver pelo bastão e pela baioneta! Saint-Simon tinha razão de fazer sinônimos esses dois termos, *governo* e *militar*. O Governo fazendo a ordem na Sociedade, é Alexandre cortando com seu sabre o nó górdio.

Quem, pastores dos povos, autoriza-vos a pensar que o problema da contradição dos interesses e da desigualdade das facul-

dades não pode ser resolvido? Que a distinção das classes decorre necessariamente disso? E que, para manter essa distinção, natural e providencial, a força é necessária, legítima? Afirmo, ao contrário, e todos aqueles que o mundo denomina utopistas, porque eles rejeitam vossa tirania, afirmam comigo que essa solução pode ser encontrada. Alguns acreditaram descobri-la na comunidade, outros na associação, outros ainda na série industrial. No que me concerne, digo que ela se encontra na *organização das forças econômicas*, sob a lei suprema do CONTRATO. Quem vos diz que nenhuma dessas hipóteses é verdadeira?

A vossa teoria governamental, que não tem por causa senão vossa ignorância, por princípio senão um sofisma, por meio senão a força, por objetivo senão a exploração da humanidade, o progresso do trabalho, das idéias, opõe-vos por minha boca essa teoria liberal: encontrar uma forma de transação que, conduzindo à unidade a divergência dos interesses, identificando o bem particular e o bem geral, apagando a desigualdade de natureza por aquela da educação, resolva todas as contradições políticas e econômicas; onde cada indivíduo seja igual e sinonimicamente produtor e consumidor, cidadão e príncipe, administrador e administrado; onde sua liberdade aumente sempre, sem que jamais necessite *alienar* algo dela; onde seu bem-estar cresça indefinidamente, sem que possa experimentar, em função da Sociedade ou de seus concidadãos, nenhum prejuízo, nem em sua propriedade, nem em seu trabalho, nem em sua renda, nem em suas relações de interesses, de opinião ou de afeição com seus semelhantes.

As leis

Sob a impaciência dos povos e a iminência da revolta, o Governo teve de ceder; prometeu instituições e leis; declarou que seu mais fervoroso desejo era que cada um pudesse gozar do fruto de seu trabalho à sombra de sua vinha e de sua figueira. Era uma

necessidade de sua posição. Assim que, com efeito, apresentava-se como juiz do direito, árbitro soberano dos destinos, ele não podia pretender conduzir os homens segundo seu bel prazer. Rei, presidente, diretório, comitê, assembléia popular, não importa, o poder necessita de regras de conduta: sem isso, como conseguirá estabelecer entre seus súditos uma disciplina? Como os cidadãos conformar-se-ão à ordem se a ordem não lhes é notificada; se, mal notificada ela é revogada; se muda de um dia para o outro, e de hora em hora?

Assim, o Governo deverá fazer leis, isto é, impor-se a ele próprio limites, pois tudo o que é regra para o cidadão, torna-se limite para o príncipe. Ele fará tantas leis quanto tiver de interesses: e visto que os interesses são inumeráveis, que as relações, nascendo umas das outras, multiplicam-se ao infinito, que o antagonismo é sem fim, a legislação deverá funcionar sem descanso. As leis, os decretos, os éditos, os regulamentos, as portarias cairão como granizo sobre o pobre povo. Ao fim de algum tempo, o solo político estará coberto de uma camada de papel que os geólogos terão de registrar, sob o nome de *formação papirácea*, nas revoluções do globo.

(...)

Leis! Sabemos o que elas são e o que valem. Teias de aranhas para os poderosos e os ricos, cadeias que nenhum aço poderia romper para os pequenos e os pobres, redes de pesca nas mãos do Governo.

(...)

Não há duas espécies de governo como não há duas espécies de religião. O Governo é de direito divino ou não é; do mesmo modo, a Religião é do céu ou não é nada. *Governo democrático* e *Religião natural* são duas contradições, a menos que se prefira ver neles duas mistificações. O Povo não tem voz consultativa no Estado como também não tem na Igreja: seu papel é obedecer e crer.

O sufrágio universal

A solução foi encontrada, exclamam os intrépidos. Que todos os cidadãos participem do voto: não haverá força que lhes resista, nem sedução que os corrompa. Foi o que pensaram, no dia seguinte a Fevereiro, os fundadores da República.

Alguns acrescentam: que o mandato seja imperativo, o representante perpetuamente revogável; e a integridade da lei será garantida, a fidelidade do legislador assegurada.

Entramos no lamaçal.

Não creio absolutamente, e com razão, nessa intuição divinatória da massa, que lhe faria discernir, de imediato, o mérito e a honorabilidade dos candidatos. Os exemplos abundam de personagens eleitos por aclamação, e que, sobre o pedestal no qual se ofereciam aos olhares do povo inebriado, já tramavam suas traições. Alvíssaras se, em dez espertalhões, o povo, em seus comícios, encontra um homem honesto...

Mas para que me servem, uma vez mais, essas eleições? Por que eu precisaria de mandatários, de representantes? E por quanto devo precisar minha vontade, não posso exprimi-la sem o auxílio de alguém? Isso me custará mais? Não estou mais seguro de mim do que de meu advogado?

Dizem-me que é preciso acabar com isso, que é impossível que eu me ocupe de tantos interesses diversos; que, após todo um conselho de árbitros, cujos membros terão sido nomeados por todas as vozes do povo, promete uma aproximação da verdade e do direito, bem superior à justiça de um monarca irresponsável, representado por ministros insolentes e magistrados que sua inamovibilidade mantém, como o príncipe, fora de minha esfera.

De início, não vejo absolutamente a necessidade de acabar com isso a esse preço: sobretudo, não vejo que se dê fim a isso. Nem a eleição nem o voto, mesmo unânimes, resolvem algo. Desde há sessenta anos que nós os praticamos em todos os graus

uma e outro; e o que resolvemos? O que ao menos definimos? Que luz o povo obteve de suas assembléias? Que garantias conquistou? Conquanto se lhe fizesse reiterar, dez vezes por ano, seu mandato, renovar todos os meses seus representantes municipais e seus juizes, isso acrescentaria um centavo a seu salário? Ele estaria mais seguro, toda noite ao deitar-se, de ter o que comer, do que alimentar seus filhos? Poder-se-ia ao menos garantir que não viriam detê-lo, arrastá-lo à prisão?...

(...)

Assim, o princípio de autoridade, transportado da família à nação, tende invencivelmente, pelas sucessivas concessões que ele é obrigado a fazer contra si próprio, concessão de leis positivas, concessão de cartas constitucionais, concessão de sufrágio universal, concessão de legislação direta etc. etc., tende, digo, a fazer desaparecer simultaneamente o Governo e o Povo. E como essa eliminação, ao menos para este último, é impossível, o movimento após um curto período, vem constantemente interromper-se em um conflito, depois recomeçar com a ajuda de uma restauração.

QUINTO ESTUDO

Liquidação social

Foi pela terra que a exploração do homem começou; foi na terra que ela deitou seus sólidos fundamentos. A terra é ainda a fortaleza do capitalista moderno, assim como foi a cidadela do feudalismo e do antigo patriciado. É a terra, enfim, que concede à autoridade, ao princípio governamental, uma força sempre nova, cada vez que o Hércules popular derrubou o gigante.

SEXTO ESTUDO

Organização das forças econômicas

Com o sufrágio ou voto universal, é evidente que a lei não é nem direta nem pessoal, como também não é coletiva. A lei da maioria não é minha lei, é a lei da força; por conseqüência, o governo que resulta dela não é meu governo, é o governo da força.

Para que eu permaneça livre, para que eu não sofra outra lei senão a minha, e que eu governe a mim mesmo, é necessário renunciar à autoridade do sufrágio, dizer adeus ao voto bem como à representação e à monarquia. É preciso suprimir, em resumo, tudo o que resta de divino no governo da sociedade e reconstruir o edifício sobre a idéia humana do CONTRATO.

Com efeito, quando eu trato por um objeto qualquer com um ou vários de meus concidadãos, está claro, então, que é só minha vontade que é minha lei; sou eu próprio que, cumprindo minha obrigação, sou meu governo.

Se, portanto, o contrato que estabeleço com alguns, eu pudesse fazê-lo com todos; se todos pudessem renová-lo entre eles; se cada grupo de cidadãos, comuna, cantão, departamento, corporação, companhia etc., formado por semelhante contrato e considerado como pessoa moral, pudesse em seguida, e sempre nos mesmos termos, tratar com cada um dos outros grupos e com todos, seria exatamente como se minha vontade repetisse-se ao infinito. Eu estaria seguro de que a lei assim feita em todos os pontos da República, sob milhões de iniciativas diferentes, jamais seria outra coisa que minha lei, e se essa nova ordem de coisas fosse chamada de governo, que esse governo seria o meu.

Assim, o princípio contratual, muito melhor do que o princípio de autoridade, fundaria a união dos produtores, centralizaria suas forças, asseguraria a unidade e a solidariedade de seus interesses.

O *regime dos contratos*, substituído pelo regime das leis, constituiria o verdadeiro governo do homem e do cidadão, a verdadeira soberania do povo, a REPÚBLICA.

Pois o contrato é a Liberdade, primeiro termo da divisa republicana: demonstramos superabundantemente em nossos estudos sobre o princípio de autoridade e sobre a liquidação social. Não sou livre quando recebo de um outro, quer esse outro chame-se Maioria ou Sociedade, meu trabalho, meu salário, a medida de meu direito e de meu dever. Não sou mais livre, nem em minha soberania nem em minha ação, quando sou obrigado a fazer com que um outro redija minha lei, fosse esse outro o mais hábil e o mais justo dos árbitros. Já não sou absolutamente livre quando sou forçado a dar-me um mandatário que me governe, fosse esse mandatário o mais devotado dos servidores.

O contrato é a Igualdade em sua profunda e espiritual essência. (...)

O contrato é a Fraternidade, porquanto ele identifica os interesses, conduz à unidade todas as divergências, resolve todas as contradições e, por conseqüência, devolve o desenvolvimento aos sentimentos de benevolência e devotamento que a anarquia econômica, o governo dos representantes e a lei estrangeira rejeitavam.

O contrato, enfim, é a Ordem, visto que é a organização das forças econômicas no lugar da alienação das liberdades, do sacrifício dos direitos, da subordinação das vontades.

(...)

É preciso reconhecê-lo: se a classe trabalhadora, por sua força numérica e pela pressão irresistível que pode exercer sobre as decisões de uma assembléia, está perfeitamente em medida, com o

concurso de alguns cidadãos esclarecidos, de realizar a primeira parte do programa revolucionário, a liquidação social e a constituição da propriedade fundiária; ela ainda é, pela insuficiência de suas vistas e sua inexperiência dos negócios, incapaz de gerir interesses tão grandes quanto aqueles do comércio e da grande indústria, e conseqüentemente abaixo de seu próprio destino.

Faltam homens no proletariado bem como na democracia; vemo-lo em demasia desde há três anos. Aqueles que fizeram mais barulho como tribunos são os últimos que, em matéria de trabalho e economia social, merecem a confiança do Povo.

SÉTIMO ESTUDO

Dissolução do Governo no organismo econômico

A sociedade sem a autoridade

Tendo em vista,

O Homem, a FAMÍLIA, a SOCIEDADE;

Um ser coletivo, sexual e individual, dotado de razão, consciência e amor, cujo destino é instruir-se pela experiência, aperfeiçoar-se pela reflexão, e criar sua subsistência pelo trabalho;

Organizar as forças desse ser, de tal modo que ele permaneça perpetuamente em paz consigo próprio, e que extraia da Natureza, que lhe é dada, o maior bem-estar possível.

Tal é o problema.

Esse problema, sabe-se como as gerações precedentes resolveram-no.

Elas emprestaram da Família, da parte mediana do Ser humano, o princípio que lhe é exclusivamente próprio, a AUTORIDADE; e da aplicação arbitrária desse princípio elas fizeram um sistema artificial, variado segundo os séculos e os climas, e que foi reputado como a ordem natural, necessária, da Humanidade.

Esse sistema, que se pode definir como sistema da ordem pela autoridade, dividiu-se inicialmente em dois: a autoridade espiritual e a autoridade temporal.

Após um curto período de preponderância e longos séculos de lutas, o sacerdote parecia ter definitivamente renunciado ao império; o papado com todas as suas milícias, que resumem atual-

mente os jesuítas e os ignorantinhos, fora expulso para fora e abaixo dos assuntos humanos.

Desde há dois anos, o poder espiritual está a caminho de reconquistar a supremacia. Coligou-se, contra a Revolução, com o poder secular, e trata agora de igual para igual com este último. Ambos acabaram por reconhecer que seus desacordos provinham de mal-entendido; que, sendo seu objetivo o mesmo, seus princípios, seus meios, seus dogmas, absolutamente idênticos, o Governo deveria ser-lhes comum, ou melhor, que eles deveriam considerar-se como complemento um do outro, e formar, por sua união, uma única e indivisível Autoridade.

Tal é, ao menos, a conclusão à qual chegariam, talvez, a Igreja e o Estado, se as leis do movimento na Humanidade tornassem semelhantes reconciliações possíveis, se a Revolução já não tivesse marcado sua última hora.

De qualquer maneira, é importante, para a convicção dos espíritos, pôr em paralelo, em suas idéias fundamentais, de um lado, o sistema político-religioso, — a filosofia, que distinguiu por tanto tempo o espiritual do temporal, não tem mais direito de separá-los; — por outro lado, o sistema econômico.

O Governo, portanto, seja a Igreja e o Estado indivisivelmente unidos, tem por dogmas:

1. A perversidade original da natureza humana;
2. A desigualdade essencial das condições;
3. A perpetuidade do antagonismo e da guerra;
4. A fatalidade da miséria.

De onde se deduz:

5. A necessidade do governo, da obediência, da resignação e da fé.

Admitidos esses princípios, — eles ainda o são quase em toda a parte — as formas da autoridade definem-se por si mesmas. São elas:

- a) A divisão do Povo por classes, ou castas, subordinadas

uma à outra, escalonadas e formando uma pirâmide, no topo da qual aparece, como a divindade em seu altar, como o rei em seu trono, a AUTORIDADE;

- b) A centralização administrativa;
- c) A hierarquia judiciária;
- d) A polícia;
- e) O culto.

Acrescentai, nos países onde o princípio democrático tornou-se preponderante:

- f) A distinção dos poderes;
- g) A intervenção do Povo no Governo, por via representativa;
- h) As variedades inumeráveis de sistemas eleitorais, desde a convocação por *Estados*, utilizada na Idade Média, até ao sufrágio universal e direto;
- i) A dualidade das câmaras;
- j) O voto das leis e o consentimento do imposto pelos representantes da nação;
- k) A preponderância das maiorias.

Tal é, em geral, a arquitetura do Poder, independentemente das modificações que cada uma de suas partes é suscetível receber, como por exemplo o Poder central, que pode ser alternadamente monárquico, aristocrático ou democrático: o que forneceu muito cedo aos publicistas uma classificação dos estados segundo suas características superficiais.

Observar-se-á que o sistema governamental tende a complicar-se cada vez mais, sem se tornar por isso mais regular ou mais moral, sem oferecer mais garantias às pessoas e às propriedades. Essa complicação resulta, de início, da legislação, sempre incompleta e insuficiente; em segundo lugar, da multiplicidade dos funcionários; mas, sobretudo, da transação entre os dois elementos antagonistas, a iniciativa monárquica e o consentimento popular. Estava reservado à nossa época constatar, de uma maneira defini-

tiva, que essa transação, tornada inevitável pelo progresso dos séculos, é o indício mais seguro da corrupção, da decadência e do desaparecimento próximo da autoridade.

Qual é o objetivo desse organismo?

Manter a *ordem* na sociedade, consagrando e santificando a obediência do cidadão ao Estado, a subordinação do pobre ao rico, do aldeão ao nobre, do trabalhador ao parasita, do laico ao sacerdote, do civil ao soldado.

Por mais longe que a memória da humanidade remonte, ela encontra-se organizada, de um modo mais ou menos completo, sobre essas bases, que constituem a ordem política, eclesiástica ou governamental. Todos os esforços tentados para dar ao Poder um aspecto mais liberal, mais tolerante, mais social, fracassaram constantemente: eles são, inclusive, ainda mais infrutuosos quando tentam proporcionar ao Povo uma parte mais ampla no Governo, como se essas duas palavras: Soberania e Povo, que acreditaram poder juntá-las, repugnavam tanto uma à outra quanto aquelas, Liberdade e Despotismo.

É, pois, sob esse inexorável sistema, cujo primeiro termo é o *Desespero* e o último a *Morte*, que a humanidade teve de viver e a civilização desenvolver-se desde há seis mil anos. Qual virtude secreta apoiou-a? Quais forças fazem-na viver? Quais princípios, quais idéias renovavam-lhe o sangue sob o punhal da autoridade eclesiástica e secular?

Esse mistério é hoje explicado.

Acima do aparelho governamental, à sombra das instituições políticas, longe dos olhares dos homens de Estado e dos sacerdotes, a sociedade produzia lentamente e em silêncio seu próprio organismo; ela se dava uma nova ordem, expressão de sua vitalidade e de sua autonomia, e negação da antiga política bem como da antiga religião.

Essa organização, tão essencial à sociedade quanto a outra é-lhe estranha, tem por princípios:

1. A perfectibilidade indefinida do indivíduo e da espécie;
2. A honorabilidade do trabalho;
3. A igualdade dos destinos;
4. A identidade dos interesses;
5. A cessação do antagonismo;
6. A universalidade do bem-estar;
7. A soberania da razão;
8. A liberdade absoluta do homem e do cidadão.

Suas formas de ação são, cito as principais:

- a) A divisão do trabalho, pela qual se opõe à classificação do Povo por *castas*, a classificação por INDÚSTRIAS;
- b) A força coletiva, princípio das COMPANHIAS OPERÁRIAS, substituindo as *forças armadas*;
- c) O comércio, forma concreta do CONTRATO, que substitui a *lei*;
- d) A igualdade de troca;
- e) A concorrência;
- f) O crédito, que centraliza os JUROS, assim como a hierarquia governamental centralizava a *obediência*;
- g) O equilíbrio dos valores e das propriedades.

O antigo regime, fundado na Autoridade e na Fé, era essencialmente de *Direito divino*. O princípio da soberania do Povo, que foi nele introduzido mais tarde, nada mudou de sua natureza; e seria um erro se hoje, diante das conclusões da ciência, se quisesse manter entre a monarquia absoluta e a monarquia constitucional, entre esta e a república democrática, uma distinção que não toca de modo algum no princípio, e só foi, se ousar dizer, desde há um século, uma tática da liberdade. O erro ou a astúcia de nossos pais foi fazer o povo soberano à imagem do homem-rei; ante a Revolução mais bem compreendida, essa mitologia esvanece-se, as nuances de governo apagam-se e acompanham o princípio em seu fracasso moral.

O novo regime, baseado na prática espontânea da indústria,

de acordo com a razão social e individual, é de *Direito humano*. Inimigo de todo arbítrio, essencialmente objetivo, não comporta por si mesmo nem partidos nem seitas; é o que é, e não sofre nem restrição nem partilha.

Entre o regime político e o regime econômico, entre o regime das leis e o regime dos contratos, não pode haver fusão possível: é preciso optar. O boi, continuando a ser boi, não pode tornar-se águia, nem o morcego caracol. Da mesma maneira, a Sociedade, conservando em qualquer grau que seja sua forma política, não pode organizar-se segundo a lei econômica. Como conciliar a iniciativa local com a preponderância de uma autoridade central? O sufrágio universal com a hierarquia dos funcionários? O princípio segundo o qual ninguém deve obediência à lei se ele próprio, e diretamente, não tiver consentido, com o direito das maiorias?... O escritor que, tendo a compreensão dessas contradições, gabasse-se de resolvê-las, não faria sequer prova de audácia: seria um miserável charlatão.

Essa incompatibilidade absoluta, tantas vezes constatada, dos dois regimes, não basta, contudo, para convencer os publicistas que, conquanto admitindo os perigos da autoridade, ligam-se a ela, entretanto, como sendo o único meio de assegurar a ordem, e não vêm, fora daí, senão vacuidade e desolação. Como esse doente da comédia, a quem se dizia que o primeiro meio que ele deveria empregar para curar-se era expulsar seus médicos, eles perguntam-se o que é um distinto homem sem doutor, uma sociedade sem governo. Farão o governo tão republicano, benevolente, liberal, igualitário quanto possível; tomarão contra ele todas as garantias; eles o humilharão, diante da majestade dos cidadãos, até à ofensa. Dir-nos-ão: sois vós quem sereis o governo! Governareis a vós próprios, sem presidente, sem representantes, sem delegados. De que, então, podereis vos queixar? Mas viver sem governo; abolir sem reserva, de uma maneira absoluta, toda autoridade; fazer *anarquia* pura: isso parece inconcebível, ri-

dícilo; é um complô contra a república e a nacionalidade. Então? O que colocam no lugar do governo, exclamam, aqueles que falam em suprimi-lo?

Não ficamos mais embaraçados para responder.

O que colocamos no lugar do governo, nós já o dissemos: é a organização industrial.

O que colocamos no lugar das leis, são os contratos. — Não mais leis votadas nem por maioria nem por unanimidade; cada cidadão, cada comuna ou corporação faz a sua.

O que colocamos no lugar dos poderes políticos, são as forças econômicas.

O que colocamos no lugar das antigas classes de cidadãos, nobreza e plebe, burguesia e proletariado, são as categorias e especialidades de funções, Agricultura, Indústria, Comércio etc.

O que colocamos no lugar da força pública, é a força coletiva.

O que colocamos no lugar dos exércitos permanentes, são as companhias industriais.

O que colocamos no lugar da polícia, é a identidade dos interesses.

O que colocamos no lugar da centralização política, é a centralização econômica.

Compreendeis, agora, essa ordem sem funcionários, essa unidade profunda e totalmente intelectual? Ah! Jamais soubestes o que é a unidade, vós que não podeis concebê-la senão com um bando de legisladores, prefeitos, procuradores gerais, alfandegueiros, policiais! O que denominais unidade e centralização nada mais é que o caos eterno, servindo de base a um arbítrio sem fim; é a anarquia das forças sociais tomada por argumento do despotismo, que sem essa anarquia não existiria.

[...]

Não perguntai mais nem o que colocaremos no lugar do governo nem o que se tornará a sociedade quando não houver mais

governo; isso porque, digo-vos e juro-vos, no futuro, será mais fácil conceber a sociedade sem o governo do que a sociedade com o governo.

A sociedade, neste momento, é como a borboleta que acaba de sair do casulo, e que, antes de voar, sacode suas asas matizadas. Dizei-lhe, então, para tornar a enrolar-se em sua seda, fugir das flores e furtar-se à luz!...

Mas não se faz uma revolução com fórmulas. É preciso atacar a fundo o preconceito, decompô-lo, transformá-lo em poeira, fazer sentir seu malefício, mostrá-lo ridículo e odioso. A humanidade só crê em suas próprias tribulações, feliz quando essas tribulações não a esgotam de espírito e de sangue. Tratemos, então, por uma crítica mais direta, de tornar o infortúnio governamental tão demonstrativo; que o absurdo da instituição aflija todos os espíritos, e que a anarquia, temível como um flagelo, seja enfim aceita como um benefício.

Justiça

Justiça, Autoridade, termos incompatíveis, mas que o homem comum obstina-se em fazer sinônimos. Ele diz *autoridade de justiça*, assim como *governo do povo*, por hábito do poder, e sem perceber a contradição. De onde vem essa depravação de idéias?

A justiça começou como a ordem, pela força. Lei do príncipe na origem, não da consciência; obedecida por temor, não por amor, ela se impõe em vez de expor: assim como o governo, não é outra coisa senão distribuição mais ou menos calculada do arbítrio.

Sem ir além de nossa história, a justiça era na Idade Média uma propriedade senhorial, cuja exploração ora se fazia pelo senhor em pessoa, ora era confiada a arrendatários ou intendentess. Era-se justiceiro do senhor como se estava sujeito à corvéia, como ainda hoje se é contribuinte. Pagava-se para se fazer julgar,

assim como para moer seu trigo e assar seu pão: é óbvio que aquele que pagava melhor tinha maior chance de ter razão. Dois camponeses convictos de fechar um acordo diante de um árbitro teriam sido tratados como rebeldes, e o árbitro perseguido como usurpador. Pronunciar a justiça alheia, que crime abominável!...

Pouco a pouco o país, agrupando-se em volta do primeiro barão, que era o rei da França, presumiu-se que toda a justiça dele dependia, fosse como concessão da coroa aos feudatários, fosse como delegação a companhias justiceiras, cujos membros pagavam seus impostos, assim como hoje fazem os escrivãos e procuradores, mediante uma polpuda soma.

Enfim, desde 1789, a Justiça é exercida diretamente pelo Estado, que sozinho pronuncia julgamentos executórios e fatura, sem contar as multas, uma soma fixa de 27 milhões. O que ganhou o povo com essa mudança? Nada. A Justiça permaneceu o que era antes, uma emanção da autoridade, isto é, uma fórmula de coerção, radicalmente nula, e em todas as suas disposições recusável. Não sabemos o que é a justiça.

Amiúde ouvi discutirem essa questão: tem a Sociedade o direito de punir com a morte? Um italiano, gênio de resto assaz medíocre, Beccaria, construiu no século passado uma reputação pela eloquência com a qual refutou os partidários da pena de morte. E o Povo, em 1848, acreditou ter feito maravilha, enquanto aguarda algo melhor, ao abolir essa pena em matéria política.

Mas nem Beccaria, nem os revolucionários de Fevereiro abordaram o fundamental da questão. A aplicação da pena de morte é apenas um caso particular da justiça criminal. Ora, trata-se de saber se a sociedade tem o direito, não de matar, não de infligir uma pena, por mais leve que seja, nem mesmo de absolver e agraciar, mas de julgar.

Que a sociedade se defenda, quando é atacada, é seu direito.

Que ela se vingue, ao risco de represálias, isso pode ser de seu interesse.

Mas que ela julgue, e, depois de ter julgado, puna, eis o que não aceito; não aceito porque recuso toda autoridade, qualquer que seja.

Só o homem tem o direito de julgar-se, e se ele se sente culpado, se crê que a expiação é-lhe boa, de reivindicar para si um castigo. A justiça é um ato da consciência, essencialmente voluntário: ora, a consciência não pode ser julgada, condenada ou absolvida senão por si mesma: o resto é guerra, regime de autoridade e barbárie, abuso de força.

Vivo em companhia de *infelizes*¹ — é o nome que eles se dão —, que a justiça arrasta diante dela por causa de roubo, falsificação, fêlência, atentado ao pudor, infanticídio, assassinato.

A maioria, segundo o que posso apreender disso, está convicta, ainda que não confesse, *rei sed non confessi*; e não penso caluniá-la declarando que em geral ela não me parece ser de cidadãos sem censura.

Compreendo que esses homens, em guerra com seus semelhantes, sejam intimados, obrigados a reparar o dano que causam, a suportar as conseqüências de seus atos, e até um certo ponto, ainda pagar a multa pelo escândalo e pela insegurança, com maior ou menor premeditação, de que são responsáveis. Compreendo, eu dizia, essa aplicação do direito da guerra entre inimigos. A guerra também pode ter, não digamos sua justiça, seria profanar esse santo nome, mas sua balança.

Todavia, fora disso, que esses mesmos indivíduos sejam trancafiados, a pretexto de penitência, em estabelecimentos de força, estigmatizados, acorrentados, torturados em seus corpos e suas almas, guilhotinados ou, o que é pior, posicionados para a expiação de suas penas sob a vigilância de uma polícia cujas inevitáveis denúncias os perseguem no fundo de seu refúgio; mais uma vez

¹ Na prisão de Conciergerie onde se encontra desde maio de 1850. (N.E.)

nego, do modo mais absoluto, que nada, nem na sociedade, nem na consciência, nem na razão, autoriza semelhante tirania. O que faz o Código não é a justiça, é a vingança a mais iníqua e a mais atroz, último vestígio do antigo ódio das classes patrícias contra as classes servis.

Que pacto fizestes com esses homens, para que vos arrogueis o direito de torná-los responsáveis por seus crimes, pelo grillão, pelo sangue, pelo ferrete? Que garantias ofereceste-lhes, pelas quais podeis gabar-vos? Que condições eles tinham aceitado e que violaram? Que limite, imposto ao transbordamento de suas paixões e reconhecido por eles, excederam? O que fizestes por eles, enfim, que eles devam ter feito por vós, e o que vos devem? Procuo o contrato livre e voluntário que os une, e só percebo a espada de justiça suspensa sobre suas cabeças, o gládio do poder. Exijo o compromisso textual e recíproco, assinado por suas mãos, que pronuncia sua decadência: só encontro as prescrições cominatórias e unilaterais de um pretenso legislador, que não pode ter autoridade a seus olhos senão pela assistência do carrasco.

Lá onde não há convenção, não pode haver, no foro exterior, nem crime nem delito. E peço-vos aqui por vossas próprias máximas: *Tudo o que não é proibido pela lei é permitido e A lei só dispõe para o futuro e não tem efeito retroativo.*

Pois bem, a lei — isso está escrito há sessenta anos em todas as vossas constituições — é a expressão da soberania do Povo, isto é, o contrato social, o engajamento pessoal do homem e do cidadão. Visto que não a desejei, que não consenti, não votei, não assinei, essa lei não me obriga a nada, ela não existe. Prejulgá-la antes de reconhecê-la, e beneficiar-vos dela contra mim malgrado minha protestação, é dar-lhe um efeito retroativo e violá-la. Todos os dias acontece-vos de anular um julgamento por um vício de forma. Mas não há sequer um de vossos atos que não esteja maculado de nulidade, e da mais monstruosa das nulidades, a suposição da lei. Soufflard, Lacenaire, todos os celerados que en-

viastes ao suplício, agitam-se em seus túmulos e acusam-vos de falsificação judiciária. O que tendes a responder-lhes?

Não falemos de consentimento tácito, princípios eternos da sociedade, moral das nações, consciência religiosa. É precisamente porque a consciência universal reconhece um direito, uma moral, uma sociedade, que se deveria exprimir seus preceitos, e propô-los à adesão de todos. Vós o fizestes? Não! Editastes o que vos aprouve; e chamais esse édito de regra das consciências, ditame do consentimento universal. Oh! Há demasiada parcialidade em vossas leis, muitas coisas subentendidas, equivocadas, sobre as quais não estamos absolutamente de acordo. Protestamos contra vossas leis e contra vossa justiça.

Consentimento universal! Isso lembra o pretenso princípio, que nos apresentais também como uma conquista, segundo o qual todo acusado deve ser enviado diante de seus pares, que são seus *juízes naturais*. Derrisão! Esse homem, que não foi chamado para discutir a lei, que não a votou, que sequer a leu, que não a compreenderia se pudesse lê-la, que nem mesmo foi consultado quanto à escolha do legislador, tem ele juízes naturais? Ora, capitalistas, proprietários, pessoas felizes, que se puseram de acordo com o governo, que gozam de sua proteção e de seu favor, estes são os juízes naturais do proletário! Esses são *homens probos e livres que, sobre sua honra e sua consciência* — que garantia para um acusado! —, *diante de Deus* — que nunca entendeu —; *diante dos homens*, dentre os quais ele não está incluído, o declararão culpado; e se ele protesta pelas más condições que a sociedade lhe deu, se se recorda das misérias de sua vida e de todas as amarguras de sua existência, opor-lhe-ão o consentimento tácito e a consciência da espécie humana!

Não, não, magistrados, não sustentareis mais esse papel de violência e hipocrisia. Já é bastante que ninguém conteste vossa boa-fé, e que em consideração por essa boa-fé o futuro absolva-vos, mas não ireis mais adiante. Não tendes valor para julgar; e essa

falta de valor, essa nulidade de vossa investidura, ela foi-vos implicitamente notificada no dia em que foi proclamado, diante do mundo, numa federação de toda a França, o princípio da soberania do Povo, que não é outro senão o da soberania individual.

Só há, lembrai-vos bem disso, uma única maneira de fazer justiça: que o acusado, ou simplesmente o intimado, faça-o por si mesmo. Ora, ele o fará quando cada cidadão tiver aderido ao pacto social; quando, nessa convenção solene, os direitos, as obrigações e as atribuições de cada um tiverem sido definidos, as garantias intercambiadas e a sanção subscrita.

Então, a justiça, procedendo da liberdade, não será mais vingança, será reparação. Como não existirá mais oposição entre a lei da sociedade e a vontade do indivíduo, a recriminação ser-lhe-á estranha, ele só terá como refúgio a confissão.

Aí também a instrução dos processos reduzir-se-ão a uma simples convocação de testemunhas, entre o queixoso e o acusado, entre o demandante e sua parte não será necessário outro intermediário senão os amigos aos quais solicitarão a arbitragem. Com efeito, desde que, segundo o princípio democrático, o juiz seja o escolhido daquele a ser julgado, o Estado encontra-se excluído dos julgamentos assim como dos duelos; o direito de justiça restituído a todo mundo é a melhor garantia dos julgamentos.

A abolição completa, imediata, sem transição, nem qualquer substituição que seja, das cortes e dos tribunais, é uma das primeiras necessidades da revolução. Qualquer prazo que se tome para as outras reformas (...), em todos os casos, a supressão das autoridades judiciárias não pode sofrer adiamento.

Do ponto de vista dos princípios, a justiça constituída é apenas uma fórmula do despotismo, por conseqüência, uma negação da liberdade e do direito. Lá onde deixarmos subsistir uma jurisdição, lá teremos erigido um monumento de contra-revolução, do qual ressurgirá cedo ou tarde uma autocracia política ou religiosa.

Do ponto de vista político, recolocar nas mãos das antigas magistraturas, imbuídas de idéias nefastas, a interpretação do novo pacto, seria tudo comprometer. Constatamos isso com grande facilidade: se a gente da justiça se mostra impiedosa em relação a socialistas, é que o socialismo é a negação da função jurídica, assim como da lei que a determina. Quando o juiz sentencia um cidadão acusado, segundo a lei, por idéias, palavras ou escritos revolucionários, não é mais um acusado que ele golpeia, é um inimigo. Por respeito à justiça, suprimamos esse funcionário que, exercendo o direito, combate por sua toga e seu tribunal.

(...)

Administração, Polícia

Tudo é contradição em nossa sociedade: é por isso que não conseguimos entender-nos e estamos sempre prontos à luta. A administração pública e a polícia vão oferecer-nos uma nova prova disso.

Se há hoje algo que pareça a todo mundo inconveniente, sacrílego, atentatório aos direitos da Razão e da Consciência, é um governo que, usurpando o campo da fé, teria a pretensão de regulamentar os deveres espirituais de seus subordinados. Mesmo aos olhos dos cristãos, semelhante tirania seria intolerável: na falta de insurreição, o martírio se encarregaria de responder. A Igreja, instituída do alto e inspirada, afirma seu direito de governar as almas, todavia, coisa extraordinária, e que por sua parte já é um começo de liberalismo, recusa esse direito ao Estado. Não toquem no incensório, exclama aos príncipes. Sois os bispos de fora; somos os bispos de dentro. Diante de vós a fé é livre; a religião não provém de vossa autoridade.

Sobre esse ponto a opinião, ao menos na França, é unânime. O Estado ainda quer pagar o culto, e a Igreja aceitar a subvenção; quanto ao fundo do dogma e às cerimônias, o Estado não se

imiscui de modo algum. Crede ou não, adorai ou não adorai nada, é *ad libitum*. O Governo decidiu não mais intervir nos assuntos de consciência.

Ora, das duas uma: ou o Governo, fazendo esse sacrifício de iniciativa, caiu num grave erro, ou, então, quis dar um passo para trás e dar-nos uma primeira garantia de seu recuo. Por que, com efeito, se o Governo não se vê no direito de impor-nos a religião, pretenderia em contrapartida impor-nos a lei? Por que, não contente dessa autoridade de legislação, exerceria ainda uma autoridade de justiça? Por que uma autoridade de polícia? Por que, enfim, uma autoridade administrativa?...

Ora o Governo entrega-nos a direção de nossas almas — a parte mais séria de nosso ser —, o governo da qual depende inteiramente — com nossa felicidade na outra vida —, a ordem nesta aqui; e, tão logo se trata de nossos interesses materiais, assuntos comerciais, relações de boa vizinhança, as coisas mais vis, o Poder mostra-se, intervém. O Poder é como a criada do padre, entrega a alma ao demônio; o que ele quer é o corpo. Desde que tenha a mão em nossos bolsos, zomba de nossos pensamentos. Ignomínia! Não podemos administrar nossos bens, acertar nossas contas, transigir sobre nossas diferenças, assegurar nossos interesses comuns, da mesma forma que não podemos sequer zelar por nosso bem-estar e cuidar de nossas almas? O que temos a ver com a legislação do Estado, a justiça do Estado, a polícia do Estado e a administração do Estado, mais do que com a religião do Estado? Que razão, que pretexto o Estado fornece dessa exceção à liberdade local e individual?

Dir-se-á que a contradição é apenas aparente; que a autoridade é, com efeito, geral e nada exclui; mas que, para seu mais perfeito exercício, ela teve de dividir-se em dois poderes iguais e independentes, um, a Igreja, a quem é confiada a responsabilidade das almas; o outro, o Estado, a quem pertence o governo dos corpos.

A isso respondo, de início, que a separação do Estado e da Igreja não foi feita de modo algum com vistas a essa melhor organização, mas em consequência da incompatibilidade dos interesses que eles regem; em segundo lugar, que os resultados dessa separação foram os mais deploráveis, visto que a Igreja, tendo perdido a direção do temporal, acabou por não ser mais ouvida, mesmo no espiritual; enquanto o Estado, fingindo só se envolver com questões materiais e só as resolvendo pela força, perdeu o respeito e provocou por toda a parte a reprovação dos povos. E é precisamente por isso que o Estado e a Igreja, convictos, mas demasiado tarde, de sua indiscernibilidade, tentam hoje, por uma fusão impossível, reerguer-se, no momento mesmo em que a Revolução pronuncia simultaneamente sua dupla falência.

Mas nem a Igreja, faltando-lhe sanção política, poderia conservar a direção das idéias; nem o Estado, desprovido de princípios superiores, pode aspirar à dominação dos interesses; quanto à sua fusão, ela é ainda mais quimérica do que aquela entre a monarquia absoluta e a monarquia constitucional. O que a liberdade separou, a autoridade não reunirá.

Minha pergunta subsiste por completo: em virtude de que direito o Estado, indiferente às idéias e aos cultos, ateu como a lei, tenciona administrar os interesses?

A essa pergunta, inteiramente de direito e moralidade, opõem-nos:

1^o Que os cidadãos e as comunas, não podendo conhecer interesses gerais, visto que não poderiam estar de acordo, necessitam de um árbitro soberano;

2^o Que as coisas também não podendo caminhar em sua globalidade, unitariamente, se cada localidade, cada companhia, cada grupo de interesses fosse abandonado à sua própria inspiração, se os funcionários públicos recebessem tantas ordens diferentes, contraditórias, quanto há de interesses particulares, seria indispensável que a impulsão partisse de um motor único, con-

seqüentemente, que os funcionários fossem nomeados pelo Governo.

Não se sai disso: antagonismo inevitável, fatal, dos interesses, eis o motivo; centralização ordenadora e hierárquica, eis a conclusão.

Foi segundo esse raciocínio que nossos pais, em 93, após terem destruído o direito divino, o regime feudal, a distinção de classes, as justiças senhoriais etc., reformaram um governo que tinha sua fonte no mandato eleitoral, e condenaram o partido da Gironda, que, sem poder dizer como tencionava conservar a unidade, não queria, contudo, segundo sustentam, centralização.

Podemos julgar os frutos dessa política.

(...)

Assim como a religião de Estado é o estupro da consciência, a centralização administrativa é a castração da liberdade. Instituições fúnebres, emanadas do mesmo furor de opressão e intolerância, e cujos frutos envenenados mostram muito bem a analogia! A religião de Estado produziu a inquisição, a administração de Estado engendrou a polícia.

É verdade, compreendemos que o sacerdócio — que foi, de início, assim como o corpo dos mandarins chineses, apenas uma casta de homens sábios e letrados — tenha conservado pensamentos de centralização religiosa: a ciência, intolerante ao erro, como o gosto ao ridículo, aspira legitimamente ao privilégio de instruir a razão. O sacerdócio goza dessa prerrogativa desde que teve por programa a ciência, cuja característica é ser experimental e progressiva; ele a perdeu tão logo se pôs em contradição com o progresso e a experiência.

Mas que o Estado — cuja única ciência é a força, que só tem por doutrina, com as fórmulas de seus meirinhos, a teoria do pelotão e do batalhão —, tratando eternamente a nação como menor de idade, tencione, às suas custas e malgrado ela, sob pretexto de desacordo entre suas faculdades e suas tendências, gerir,

administrar seus bens, julgar o que convém melhor a seus interesses, regular-lhe o movimento, a liberdade, a vida: eis o que seria inconcebível, o que revelaria uma maquinação infernal, se não soubéssemos, pela história uniforme de todos os governos, que se o poder em todos os tempos dominou o povo, é que em todos os tempos igualmente o povo, ignorante das leis da ordem, foi cúmplice do poder.

Se eu falasse a homens tendo amor pela liberdade e pelo respeito a eles próprios, e quisesse incitá-los à revolta, eu me limitaria, por toda arenga, a enumerar-lhes as atribuições de um prefeito.

Segundo os autores:

O prefeito é agente do poder central; ele é intermediário entre o governo e o departamento; proporciona a ação administrativa; assegura diretamente, por seus próprios atos, as necessidades do serviço público.

Como *agente do poder central*, o prefeito exerce as ações que concernem os bens do Estado ou do departamento, e desempenha as funções de polícia.

Como *intermediário* entre o poder e o departamento, faz publicar e executar as leis que lhe são transmitidas pelos ministros; dá força executiva aos papéis das contribuições; *vice-versa*, faz chegar ao poder as reivindicações, informações etc.

Como *procurador da ação administrativa*, desempenha, em relação a seus administrados e a seus subalternos, funções muito diversas que são a *instrução*, a *direção*, a *impulsão*, a *inspeção*, a *vigilância*, a *estimação* ou *apreciação*, o *controle*, a *censura*, a *reforma*, a *recuperação*, enfim a *correção* ou a *punição*.

Como *assegurador das necessidades do serviço público*, o prefeito age ora como revestido de um autoridade de *tutela*; ora como revestido de um *comando*; ora como exercendo uma *jurisdição*.

Encarregado de negócios do departamento e do Estado, oficial de polícia judiciária, intermediário, plenipotenciário, instrutor, diretor, impulsor, inspetor, vigilante, apreciador, controlador, censor, reformador, recuperador, corregedor, tutor, comandante, intendente, edil, juiz. Eis o prefeito, eis o governo! E que venham dizer-me que um povo submetido a semelhante regência, um povo assim tutelado, *in chamo et freno, in baculo et virga*, é um povo livre! que esse povo compreende a liberdade, que é capaz de experimentá-la e recebê-la! Não, não! Tal povo é menos que um escravo, é um cavalo de combate. Antes de libertá-lo, é necessário elevá-lo à dignidade de homem, refazendo seu entendimento. Ele próprio diz-vos, na ingenuidade de sua consciência: O que me tornarei quando não tiver mais rédeas nem sela? “Não conheço outra disciplina, outro estado. Desembarquem minhas idéias; regulem minhas afeições; equilibrem meus interesses, então não precisarei mais de senhor, poderei dispensar o cavaleiro!”

Assim, a sociedade, por sua própria revelação, gira em círculo. Esse Governo, do qual ela se faz um princípio diretor, não é outra coisa, ela concorda com isso, senão o suplemento de sua razão. Assim como, entre a inspiração de sua consciência e a tirania de seus instintos, o homem se deu um moderador místico, que foi o padre, assim também entre a sua liberdade e a liberdade de seu semelhante, impôs-se um árbitro que foi o juiz, e ainda, entre seu interesse privado e o interesse geral, supostos por ele tão inconciliáveis quanto seu instinto e sua razão, buscou um novo conciliador, que foi o príncipe. O homem, assim, despojou-se de seu caráter moral e de sua dignidade judiciária; abdicou a sua iniciativa, e por essa alienação de suas faculdades, fez-se o escravo impuro dos impostores e dos tiranos.

Todavia, desde Jesus Cristo, Isaías, Davi, o próprio Moisés, é admitido que o justo não necessita nem de sacrifício, nem de padre; e provamos há pouco que a instituição de uma justiça superior ou justiceira é em princípio uma contradição, uma vio-

lação do pacto social. Ser-nos-á, então, mais difícil livrarmo-nos, para a realização de nossos deveres sociais e cívicos, da elevada intervenção do Estado?

O regime industrial, já o demonstramos, é o acordo dos interesses resultando da liquidação social, da gratuidade da circulação e do crédito, da organização das forças econômicas, da criação das companhias operárias, da constituição do valor e da propriedade.

Nesse estado de coisas, para que pode ainda servir o Governo? Para que a expiação? Para que a justiça? O CONTRATO resolve todos os problemas. O produtor trata com o consumidor, o associado com sua companhia, o camponês com sua comuna, a comuna com o cantão, o cantão com o departamento etc. etc. É sempre o mesmo interesse que transige, liquida-se, equilibra-se, repercute-se ao infinito; sempre a mesma idéia que se movimenta, de cada faculdade da alma, como de um centro para a periferia de suas atrações.

O segredo dessa equação entre o cidadão e o Estado, do mesmo modo que entre o crente e o padre, entre o demandante e o juiz, está na equação econômica que desenvolvemos anteriormente, pela abolição do lucro capitalista, entre o trabalhador e o patrão, o arrendatário e o proprietário. Fazei desaparecer, pela reciprocidade das obrigações, esse último vestígio da antiga servidão, e os cidadãos e as comunas não mais necessitarão da intervenção do Estado para gerir seus bens, administrar suas propriedades, construir seus portos, suas pontes, seus cais, seus canais, suas estradas. (...)

Instrução pública

A centralização governamental, em matéria de instrução pública, é impossível no regime industrial, pela razão decisiva que

a *instrução* é inseparável da *aprendizagem*, a educação científica da educação profissional. De sorte que o professor, quando não é ele próprio contramestre, é antes de tudo o homem da corporação, do grupo industrial ou agrícola que o utiliza. Assim como a criança é o vínculo, *pignus*, entre os pais, a escola torna-se o vínculo entre as corporações industriais e as famílias: repugna que ela seja separada da oficina, e a pretexto de aperfeiçoamento, que ela caia sob uma força exterior.

Separar, como se faz hoje, o ensino da aprendizagem, e o que é ainda mais detestável, distinguir a educação profissional do exercício real, útil, sério, cotidiano, da profissão, é reproduzir, sob uma outra forma, a separação dos poderes e a distinção das classes, os dois instrumentos mais enérgicos da tirania governamental e da subalternização dos trabalhadores.

Que os proletários pensem nisso!

Nossas escolas, quando elas não são estabelecimentos de luxo ou de pretextos a sinecuras, são os seminários da aristocracia. As escolas Politécnica, Normal, de Saint-Cyr, de Direito etc. não foram fundadas para o povo; foi para manter, fortalecer, aumentar a distinção das classes, para consumir e tornar irrevogável a cisão entre a burguesia e o proletariado.

Em uma democracia real, onde cada um deve ter à mão, a domicílio, o alto e o baixo ensino, essa hierarquia escolar não poderia ser admitida. É uma contradição ao princípio da sociedade. Tão logo a educação confunde-se com a aprendizagem, tão logo ela consiste, no que concerne à teoria, na classificação das idéias, bem como, em relação à prática, na separação dos trabalhos; assim que se tornou simultaneamente coisa de especulação, trabalho e administração, ela não pode mais depender do Estado, é incompatível com o Governo.

(...)

O Povo nada mais é que a união orgânica de vontades individualmente livres e soberanas que podem e devem concertar-se,

mas jamais abdicar. É na harmonia de seus interesses que essa união deve ser buscada, não em uma centralização factícia, que, longe de exprimir a vontade coletiva, não exprime senão a alienação das vontades particulares.

(...)

A Revolução, feita internamente, far-se-á também externamente?

Quem poderia duvidar disso? A Revolução seria sem eficácia se não fosse contagiosa; pereceria, mesmo na França, se não se tornasse universal. Todo mundo está convencido disso.

(...)

Ora, o que é a Revolução, feita no exterior bem como no interior?

Uma vez interrompida a exploração capitalista e proprietária, abolido o salariato, garantida a troca igualitária e verídica, constituído o valor, assegurados os preços baixos, mudado o princípio da proteção, aberto o mercado do globo aos produtores de todos os países — conseqüentemente destruídas as barreiras alfandegárias —, substituído o antigo direito das pessoas pelas convenções comerciais; a polícia, a justiça, a administração colocadas em toda parte nas mãos dos industriais; a organização econômica substituindo o regime governamental e militar nas possessões coloniais bem como nas metrópoles; enfim, a penetração livre e universal das raças sob a lei única do contrato: eis a Revolução.

(...)

A instituição governamental, como dissemos, tem sua razão na anarquia econômica. A Revolução fazendo cessar essa anarquia e organizando as forças industriais, a centralização política não tem mais pretexto; ela resolve-se na solidariedade industrial, solidariedade que reside exclusivamente na razão geral, e da qual não pudemos dizer, como Pascal do universo, que *seu centro está em toda parte, sua circunferência em lugar nenhum*.

Ora, a instituição governamental abolida, substituída pela organização econômica, o problema da República universal está resolvido. O sonho de Napoleão realiza-se, a quimera do abade de São Pedro torna-se uma necessidade.

Foram os governos que, após terem tido a pretensão de estabelecer a ordem na humanidade, classificaram os povos, em seguida, em corpos hostis: como sua única ocupação era produzir no interior a servidão, sua habilidade consistia em manter no exterior, de fato ou em perspectiva, a guerra.

A opressão dos povos e seu ódio mútuo são dois fatos correlativos, solidários, que se reproduzem um e outro, e que não podem desaparecer senão juntos, pela destruição de sua causa comum, o governo.

(...)

Que se saiba, de uma vez por todas: o resultado mais característico, mais decisivo da Revolução é, após ter organizado o trabalho e a propriedade, aniquilar a centralização política, em resumo, o Estado, e, como conseqüência desse aniquilamento, suprimir as relações diplomáticas entre as nações, à medida que elas subscrevam o pacto revolucionário. Todo retorno às tradições da política, toda preocupação de equilíbrio europeu fundado no pretexto da nacionalidade e da independência dos Estados, toda proposição de alianças a formar, de soberanias a reconhecer, províncias a restituir, fronteiras a transportar, traição nos órgãos do movimento a mais completa ininteligência das necessidades do século, o desprezo das reformas sociais, uma reticência de contra-revolução.

(...)

Quanto àqueles que, após a demissão dos reis, ainda sonhassem com consulados, presidências, ditaduras, marechalatos, almirantados e embaixadas, eles farão igualmente muito bem de cair fora. A Revolução, nada mais tendo a fazer de seus serviços, protege-se da virtude deles. O povo já não quer essa moeda da

monarquia; ele compreende, qualquer que seja a fraseologia com que se servem em relação a ele, que o regime feudal, regime governamental, regime militar, regime parlamentar, regime de polícia, leis e tribunais, e regime de exploração, corrupção, mentira e miséria, tudo isso é sinônimo.

EPÍLOGO

Desde a origem das sociedades, o espírito humano, arrebatado, abarcado pelo sistema teológico-político, encerrado nessa caixa, hermeticamente fechada, cuja religião é a tampa e o Governo o fundo, tomou os limites desse estreito horizonte pelos limites da razão e da sociedade. Deus e o Príncipe, a Igreja e o Estado, revirados em todos os sentidos, remanejados ao infinito, foram seu Universo. Durante muito tempo ele nada soube, nada imaginou para além disso. Enfim, esse círculo foi percorrido; a agitação dos sistemas que sugeria esgotou-o; a filosofia, a história, a economia política concluíram a triangulação desse mundo interior; a carta foi estabelecida: e soube-se que essa ordem sobrenatural que a humanidade contempla como seu horizonte e seu fim, não é outra senão ela própria; que tão longe quanto possa observar nas profundezas de sua consciência, só percebe sua própria cabeça; que esse Deus, fonte de todo poder, foco de toda causalidade, do qual ela faz seu sol, é uma lâmpada em uma catacumba, e todos esses governos feitos à sua imagem, de que admiramos a sábia organização, grãos de areia que refletem sua sombria claridade.

Essas religiões, essas legislações, esses impérios, esses Governos, essa sabedoria dos Estados, essa virtude dos Pontífices, tudo isso é só devaneio e mentira, um círculo de hipóteses que, todas, entram uma na outra e convergem para um mesmo ponto central, ele próprio desprovido de realidade. É preciso perfurar esse invólucro se quisermos chegar a uma noção mais exata das coisas e sair desse inferno onde a razão do homem, cretinizado, acabaria por apagar-se.

Pois bem, sabemos-lo hoje. Esse velho mundo intelectual, que há tantos séculos esgota a especulação humana, é só uma face daquele que nos é dado percorrer. A sonda filosófica atravessou-o de um lado a outro: eis-nos livres daqui a pouco, emancipados de nossa casca embrionária. Vamos contemplar novos céus, observar desta vez, face a face, sua essência, o infinito, *Sicuti est facie ad faciem!*

A sociedade revirada de dentro para fora, todas as relações são intervertidas. Ontem, caminhávamos de cabeça baixa; hoje a trazemos erguida, e isso sem que tivesse havido interrupção em nossa vida. Sem que perdêssemos nossa personalidade, mudamos de existência. Tal é, no século XIX, a Revolução.

A idéia capital, decisiva, dessa Revolução, não é, com efeito: NÃO MAIS AUTORIDADE, nem na Igreja, nem no Estado, nem na terra, nem no dinheiro?

(...)

Ó personalidade humana! Como é possível que durante sessenta séculos tenhas estagnado nessa abjeção? Tu te dizes santa e sagrada, e não és senão a prostituta, infatigável, gratuita, de teus lacaios, de teus monges e de teus mercenários. Tu o sabes, e sofres por isso! Ser GOVERNADO, é ser vigiado, inspetado, espionado, dirigido, legiferado, regulamentado, confinado, doutrinado, evangelizado, controlado, estimado, apreciado, censurado, comandado por seres que não têm nem o título, nem a ciência, nem a virtude... Ser GOVERNADO, é ser, a cada operação, a cada transação, a cada movimento, notado, registrado, recenseado, tarifado, selado, tosado, cotado, cotizado, patenteado, licenciado, autorizado, anotado, admoestado, impedido, reformado, repreendido, corrigido. É, sob pretexto de utilidade pública, e em nome do interesse geral, ser obrigado a contribuir, exercitado, achacado, explorado, monopolizado, extorquido, espremido, mistificado, roubado; depois, à mínima resistência, à primeira palavra de queixa, reprimido, multado, vilipendiado, vexado, perseguido, brutalizado,

espancado, desarmado, garroteado, aprisionado, fuzilado, metralhado, julgado, condenado, deportado, sacrificado, vendido, traído, e, por cúmulo, jogado, ludibriado, ultrajado, desonrado.

Eis o governo, eis sua justiça, eis sua moral! E pensar que há entre nós democratas que sustentam que o governo tem seu lado bom; socialistas que defendem, em nome da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade, essa ignomínia; proletários que se candiditam à presidência da República! Hipocrisia!...

Com a Revolução, é outra coisa.

A busca das causas primeiras e das causas finais é eliminada da ciência econômica bem como das ciências naturais.

A idéia de Progresso substitui, na filosofia, aquela de Absoluto.

A Revolução sucede a Revelação.

A Razão, assistida pela Experiência, expõe ao homem as leis da Natureza e da Sociedade; depois ela diz-lhe:

Essas leis são aquelas da própria necessidade. Nenhum homem fê-las; ninguém as impõe a ti. Elas foram pouco a pouco descobertas, e só existo para testemunhar isso.

Se tu as observas, serás justo e bom;

Se tu as viola, serás injusto e mau.

Não te proponho outro motivo.

A lei é clara, a sanção ainda mais. Três artigos, que são um só, eis todo o contrato social. Em vez de prestar juramento a Deus e a seu Príncipe, o cidadão jura por sua consciência, ante seus irmãos e ante a humanidade. Entre esses dois juramentos, há a mesma diferença que entre a servidão e a liberdade, a fé e a ciência, os tribunais e a justiça, a usura e o trabalho, o governo e a economia, o nada e o ser, Deus e o homem.

(...)

O operário é como o camponês. Ele quer trabalho, instrução, participação, preço módico para moradia e subsistência. Não levei demasiado a sério suas manifestações constitucionais. Ele escarra sobre as teorias políticas tanto quanto o camponês.



MIKHAIL BAKUNIN
(1814-1876)

AOS COMPANHEIROS DA FEDERAÇÃO DAS SEÇÕES INTERNACIONAIS DO JURA

(Excertos)

Mikhail Bakunin

Quem diz Estado, diz violência, opressão, exploração, injustiça erigidas em sistema e todas elas tornadas condições fundamentais da própria existência da sociedade. O Estado, Senhores, nunca teve e jamais poderá ter moral. Sua moral é unicamente sua justiça, é o interesse supremo de sua conservação e de sua onipotência, interesse diante do qual tudo o que é humano deve dobrar-se. O Estado é a própria negação da humanidade. Ele o é duplamente: como o contrário da liberdade e da justiça humanas, e como interrupção violenta da solidariedade universal da raça humana. O Estado universal, várias vezes tentado, mostrou-se sempre impossível, de sorte que, enquanto existir Estado, sempre haverá Estados; e cada um deles, ao se colocar como um objetivo absoluto, colocando o culto de seu ser como a lei suprema, à exclusão de todos os outros, permite-nos concluir que a própria existência dos Estados implica a guerra perpétua, a negação violenta da humanidade. Todo Estado deve conquistar ou ser conquistado. Todo Estado deve fundar sua potência sobre a fraqueza e, se puder fazê-lo sem perigo para si mesmo, sobre o aniquilamento dos outros Estados.

Senhores, querer o que quer este Congresso, desejar o estabelecimento de uma justiça internacional, de uma liberdade internacional e de uma paz eterna, e desejar ao mesmo tempo a

conservação dos Estados, seria, pois, de nossa parte, uma contradição e uma ingenuidade ridículas. Fazer os Estados mudarem sua natureza é impossível, porque é precisamente por essa natureza que eles são Estados, e não poderiam renunciar a ela sem cessar de existir. Por conseqüência, Senhores, não há e não pode haver Estados bons, justos, virtuosos. Todos os Estados são maus no sentido em que, por sua natureza, quer dizer, por sua base, pelas condições e pelo objetivo supremos de sua existência, eles são completamente o oposto da justiça, da liberdade e da moral humanas. E, sob esse aspecto, o que quer que se diga disso, não existe grande diferença entre o selvagem Império de todas as Rússias e o Estado mais civilizado da Europa. Sabei em que consiste essa diferença? O Império dos Czares faz cinicamente o que os outros fazem hipocritamente. O Império dos Czares, com sua franca maneira despótica e desdenhosa da humanidade, é o segredo ideal rumo ao qual tendem e admiram todos os homens de Estado. Todos os Estados da Europa fazem o que ele faz, tanto quanto a opinião pública, e, sobretudo, tanto quanto a nova solidariedade, mas já poderosa, das massas operárias da Europa — opinião e solidariedade que contêm os germes da destruição dos Estados — permitam-no. No que concerne ao Estado, Senhores, só são virtuosos os Estados impotentes. E ainda são eles bem criminais em seus sonhos.

Concluo: quem quer conosco o estabelecimento da liberdade, da justiça e da paz, quem quer o triunfo da humanidade, quem quer a emancipação radical e completa dessas massas populares, deve querer como nós a dissolução de todos os Estados na federação universal das associações produtivas e livres de todos os países.

* * *

Creio ter dito o bastante disso para provar que não sou um pan-eslavista e que nunca cessei de combater o pan-eslavismo, do

qual sou o inimigo mais do que ninguém. Mas sou ao mesmo tempo, e pelas mesmas razões, o inimigo do pangermanismo, e eis o que os cidadãos da democracia-socialista da Alemanha não querem, não podem perdoar-me.

Pangermanismo e pan-eslavismo são, a meus olhos, dois monstros igualmente malfazejos, igualmente malfazejos para a liberdade, para a paz, para a emancipação das massas operárias, para a civilização humana da Europa. Sempre opostos, e sempre se chocando em uma luta encarniçada como a Igreja e o Estado, como eles, são inseparáveis, e longe de poderem destruir-se, eles provocam, legitimam, suscitam, eternizam a existência um do outro.

O proletariado da Europa não pode permanecer espectador indiferente dessa dupla existência, dessa dupla ação, em aparência oposta, mas na realidade idêntica, tornada solidária pela identidade do objetivo que é a subjugação do mundo sob o jugo, seja do mongolismo germanizado de São Petersburgo, seja sem aquele do germanismo mongolizado de Berlim, e dirigida principalmente hoje contra a emancipação do proletariado.

A questão germano-eslava interessa ao mais elevado grau a Associação Internacional dos Trabalhadores em sua totalidade. Ela o interessa tanto em seu presente como em seu futuro. Pois esta Associação não é absolutamente uma academia, é uma sociedade toda prática, perseguindo um objetivo prático antes de tudo: a emancipação real, não apenas ideal ou mental do proletariado. Mas quem quer que tenda à realização de um objetivo prático não pode permanecer nas condições do meio, com as quais ele deve forçosamente conformar sua ação, sob pena de ver todos os seus esforços atingidos de impotência e esterilidade.

Essa necessidade de conformar sua ação às condições atuais do meio impõe à Internacional um caráter, uma tendência e um objetivo *políticos*.

“Ah!”, dirão nossos adversários, “enfim reconheceis que a Internacional não deve em absoluto separar a questão econômica

da questão política”. Sem dúvida que o reconhecemos, e, além do mais, nunca o desconhecemos. É erroneamente, e permiti-me dizer-vos, é com uma insigne má fé, que vós nos acusastes de fazer abstração da política. O que sempre rejeitamos e o que continuamos a rejeitar energeticamente hoje, não é a política em geral, é vossa política de socialistas-burgueses, de socialistas-patriotas e de socialistas-homens de Estado, política cuja conseqüência inevitável será colocar sempre o proletariado a reboque dos burgueses.

Entre vossa política e a nossa, há, com efeito, um abismo. A vossa é uma política *positiva*, a nossa é totalmente *negativa*. Vós quereis com toda a força, inspirados seja por opiniões ambiciosas ou interessadas, seja por vossas teorias doutrinárias, quereis conservar o Estado, esse primeiro e esse último entrincheiramento de todos os exploradores do trabalho popular, essa prisão ou essa casa de força secular que, portando sobre seu frontispício essas duas palavras decepcionantes e fatais: *religião* e *pátria*, a pretexto duma e doutra, sufocou a expansão da vida popular e condenou milhões de deserdados a levar uma existência embrutecida, subjugada, miserável para a maior civilização, liberdade e prosperidade de algumas minorias privilegiadas. Políticos positivos, radicais praticando socialismo, comunistas doutrinários e autoritários ou socialistas de Estado, vós não quereis destruir essa prisão; quereis apenas reformá-la, melhorá-la por meios constitucionais e pelo que denominais agitação legal; vós vos contentais em ampliá-la, e vós fantasiais que, quando tiverdes gravado sobre seu frontispício, em vez da religião e da pátria política, doravante condenadas, essas duas outras palavras igualmente decepcionantes: *Estado Popular*, vós a tereis transformado em uma habitação suportável e confortável para essas massas populares que nela permaneceriam encerradas e seqüestradas como hoje o são em sua antiga prisão! — E, coisa iníqua!, sustentais que o povo empresta-vos seu braço poderoso para erigir contra si mesmo essa nova prisão!

Pois bem! Não partilhamos aqui nem vossa esperança, nem vossos desejos, nem vossas opiniões, nem vossas ilusões! Pensamos que as massas populares em todos os países da Europa, sem excetuar a raça eslava nem qualquer um dos povos que se encontram encerrados atualmente nesse infeliz Império de todas as Rússias; pensamos que elas estão cansadas de seu seqüestro eterno; que elas não querem mais carcereiros diretores e benfeitores, nem qualquer prisão. Vemo-los em toda parte reivindicar a sua liberdade, o pleno sol, o ar livre; e, com elas, contra vós, pedimos aos brados, não a reforma, mas o aniquilamento de todas as prisões: *a abolição do Estado*, de todos os Estados. Tal é o objetivo único da política da Internacional, tal como a concebemos, tal como a sente e a deseja de instinto o proletariado de todos os países, sem excetuar de modo algum o proletariado da Alemanha, por favor. É, como bem o vedes, uma *política exclusivamente negativa*, se ousou exprimir-se assim, e é essa da abolição, não da reconstrução política; é a ruína universal do mundo político, quer dizer, de todo sistema organizado de dominação e exploração.

Neste sentido, mas somente neste sentido, nunca cessamos de recomendar à Internacional para ocupar-se muito da questão política.

A existência do Estado, instituição histórica, inseparável daquela da Igreja, que é a representante da autoridade divina e do que se quer chamar de poder espiritual sobre a terra, e cujo Estado é apenas a realização temporal; instituição que nunca teve e não pode ter outro objetivo senão a consagração, a garantia e a organização regular do direito de conquista, de um lado, e do privilégio econômico, do outro, isto é, a negação absoluta e direta do direito humano e da humana liberdade; a existência do Estado, digo, sendo evidentemente incompatível com a realização do objeto que se propõe a Associação Internacional dos Trabalhadores, e que não é outra senão a emancipação do proletariado, está claro que essa grande Associação, sob pena de condenar-se a uma

nulidade desesperante ou a jamais ser senão uma academia de sonhadores impotentes como essa pobre Liga burguesa da Paz e da Liberdade, deve dirigir todos os seus esforços, não apenas teóricos mas práticos, rumo a um único objetivo, de início: *a abolição do Estado, dos Estados.*

Eis em que sentido, não naquele da “conquista”, do “poder político” como reivindica o cidadão Karl Marx no *Manifesto* que ele redigiu, mas naquele outro do aniquilamento de poder, sob todas essas formas e manifestações possíveis, eis, digo, o sentido no qual nós também estamos prontos a subscrever ao artigo do programa do partido da Democracia socialista dos operários alemães, que declara *que a emancipação política é a condição prévia, ou, então, segundo a nova versão, o acompanhamento obrigatório da emancipação econômica.* Sim, nós também sempre compreendemos que, enquanto permanecerem de pé todas essas instituições teológicas ou metafísicas, políticas e jurídicas, cujo conjunto constitui a civilização burguesa, e que, tendo por única base a iniquidade econômica, têm a missão de proteger e prolongar indefinidamente sua existência, todos os esforços do proletariado para conquistar seus direitos humanos, realizar a liberdade, a igualdade, a justiça, permanecerão vãos. Eles poderão sonhar, discutir, aspirar, mas não fazer. Se quiserem realizar, devem, antes de tudo, limpar o terreno de todos esses obstáculos que impedem absolutamente toda ação, menos uma: aquela de organizar-se para constituir uma força capaz de derrubar os obstáculos.

Todavia, quando se quer organizar uma força, é preciso, de início, estabelecer muito bem seu objetivo, pois da natureza de seu objetivo depende essencialmente o modo e a própria natureza de sua organização! E é aqui que nós nos separamos completamente dos Democratas Socialistas da Alemanha. Patriotas-Socialistas e políticos antes de tudo, eles querem, pelas mãos do povo alemão, erigir um grande Estado novo, germânico, republicano e pretensamente popular, o que significa dizer, segundo

nossa opinião, que eles propõem-se a estabelecer uma nova prisão para o povo alemão e uma fortaleza ameaçadora para a liberdade de todos os povos vizinhos. E queremos a abolição de todas essas prisões-fortalezas, o desaparecimento de todas as pátrias políticas na união fraternal, na federação livre dos povos libertos do jugo dos Estados. À sua política positiva, opomos nossa política negativa, a da liquidação dos Estados.

Os objetivos aos quais nós nos propomos sendo tão diferentes, a organização que recomendamos deve diferir essencialmente da deles. Desejando não a abolição, mas a transformação do Estado, perseguindo, por conseqüência, um objetivo positivamente político, eles devem aliar-se às *classes políticas*, naturalmente as mais avançadas, mas burguesas. Entretanto, todas as vezes que associações operárias aliam-se à política dos burgueses, isso só pode ser, sempre, para se tornar, de bom ou mau grado, seu instrumento. Foi assim que os grupos das seções internacionais em Genebra e Zurique, que adotaram, como sabemos, o programa dos democratas socialistas da Alemanha, tornaram-se hoje ostensivamente instrumentos do radicalismo burguês.

Pensamos que se trata de erro deplorável. Pensamos que o proletariado, cujo principal inimigo e, podemos inclusive dizer, único, é a exploração burguesa, o próprio Estado, com toda a sua potência repressiva e compressiva, e, sob qualquer forma que ele exista, não sendo mais outra coisa, hoje, senão a conseqüência ao mesmo tempo que a garantia dessa exploração; pensamos que o proletariado deve buscar todos os elementos de sua força exclusivamente em si mesmo, e que deve organizá-la completamente fora da burguesia. Quando falamos da necessidade de uma exclusão absoluta do elemento burguês, de toda influência e aliança burguesas, da organização da nova força do proletariado, entendemos a exclusão da burguesia como classe, essa de todo pensamento e de toda política burgueses, e não aquela dos indivíduos convictos e devotados que, nascidos e educados no meio burguês,

dão as costas a sua classe e, rompendo todas as relações de interesse, vaidade e sentimento com ela, vêm se dar, de corpo e alma, à causa do proletariado, identificando-se com suas aspirações, abraçando suas paixões legítimas e aceitando todo o seu programa, que é, ao mesmo tempo, o do futuro. Esses indivíduos são preciosos justamente por causa de sua instrução e do conhecimento da política burguesa, que eles levam — não a política, mas seu conhecimento indispensável — às massas operárias.

[...]

A abolição do Estado! Tal é o objetivo político da Internacional, cuja realização é a **condição prévia** ou o acompanhamento necessário da emancipação econômica do proletariado. Mas esse objetivo não poderia ser alcançado de uma só vez; nada se faz de uma só vez. Mesmo as revoluções mais repentinas, as mais inesperadas e as mais radicais sempre foram preparadas por um longo trabalho de decomposição e nova formação, trabalho subterrâneo ou visível, mas nunca interrompido e sempre crescente. Assim, para a Internacional também, não se trata de destruir de hoje para amanhã todos os Estados. Empreendê-lo, ou apenas sonhar com isso, seria uma loucura.

O tempo em que se acreditava nos milagres, quer dizer, na interrupção arbitrária do curso natural das coisas, seja no mundo físico, seja na sociedade humana, por uma potência oculta e absolutamente espontânea qualquer, passou. Toda revolução súbita, não preparada por todo o desenvolvimento necessário de todo o passado, e produzida unicamente pelo livre arbítrio de alguns indivíduos ou mesmo pela vontade coletiva, mas arbitrária, de uma imensa associação, seria um autêntico milagre, e, por conseqüência, é uma impossibilidade! No mundo real, natureza física e sociedade humana inclusas, a Segunda sendo, por sinal, apenas o último desenvolvimento da primeira nessa terra, nunca houve criação, só há transformação necessária; transformação cujos pensamentos mais livres e as vontades mais poderosas, e em

aparência mais autônomas, não são, elas próprias, senão manifestações, produtos ao mesmo tempo que elementos produtores.

Tudo isso se aplica à Internacional. Ela não é em absoluto o criador ou a causa primeira da grande revolução que se prepara, que já se faz no mundo; ela é sua manifestação, seu instrumento simultaneamente produtor e produto. Ela é a última palavra da história: surgida do próprio fundo das necessidades sociais atuais, ela é o signo infalível da decomposição do velho mundo, e a promotora poderosa mas não arbitrária, e poderosa precisamente por que não é absolutamente arbitrária, de uma nova organização tornada, pela própria força das coisas e em consequência do desenvolvimento fatal da sociedade humana, geralmente necessária.

O velho mundo, que se desfaz por si mesmo, é a civilização teológica, autoritária, política, de início aristocrática, depois burguesa e sempre exploradora, governante, esmagadora da Igreja e do Estado. A nova organização, é aquela dos milhões de trabalhadores que, não mais reconhecendo outras bases senão o trabalho, a igualdade, a liberdade, a justiça e a ciência, em resumo, tudo o que realmente constitui a humanidade sobre esta terra e que, não encontrando fora de suas associações senão podridão, escombros, esforçam-se para estabelecer, sobre as ruínas deste velho mundo que se vai, uma ordem humana. Essa dissolução e essa formação igualmente necessárias, como vemos, encaixam-se. A segunda é uma consequência fatal da primeira. A transição entre elas denomina-se revolução. Então, a Associação Internacional dos Trabalhadores, que representa como ação negativa, a dissolução, e como ação positiva, a nova organização, é essencial e involuntariamente revolucionária. Preparando e organizando os elementos da nova sociedade, ela ativa a destruição do velho mundo e, ao empurrá-lo ao abismo, torna cada vez mais possível a obra positiva da organização.

Essas duas tendências da Internacional, uma negativa e a outra positiva, são inseparáveis. Nenhuma poderia ser negligenciada.

ciada ou falseada sem que a outra sofresse imediatamente por isso. Da segunda depende sua potência de destruição, ao mesmo tempo que seu direito de destruir; e da primeira, a própria possibilidade de uma organização completa e definitiva.

[...]

A civilização burguesa e o mundo político estão mortos e podres no sentido que ninguém, os representantes, os beneficiados ou os privilegiados de uma e do outro, menos que qualquer pessoa, não crêem mais em sua justiça, em sua utilidade social, em seu direito intelectual e moral de existir. Eles perderam até a sombra de fé neles próprios, e é por isso que hoje se mostram tão cínicos, tão brutais. Sabedores de que não conseguirão mais enganar quem quer que seja, já quase não se dão ao trabalho de enganar. Seu vício não encontra mais qualquer vantagem a prestar essa homenagem, outrora necessária, mas hoje tornada inútil, à virtude. Por hábito mais do que por vergonha, ele ainda se cobre de alguns véus transparentes, sem temer exhibir aos olhos de um público, que não se surpreende nem se indigna com mais nada, sua nudez repugnante. As velhas crenças religiosas, metafísicas, jurídicas, políticas e patrióticas outrora tão potentes sobre a imaginação das massas, tendo hoje perdido o poder de fasciná-las, toda a argumentação desse mundo dos privilegiados reduz-se a isso: “Estamos no poder, nós nos encontramos muito bem aqui, e tenha a humanidade de embrutecer-se e perecer, queremos aqui permanecer.” Chegados a essa simplicidade de raciocínio, sem se deixar doravante deter ou desviar por quaisquer escrúpulos, eles vão direto aos meios que só podem servir a seu objetivo. Assim como sua profissão de fé é cínica, assim também sua ação deve ser brutal. Essa ação, eu já o disse, traduz-se por três coisas: a exploração financeira, a perseguição policial e a repressão militar, concentradas nas mãos de uma ditadura qualquer, coletiva ou individual. Eis a realidade, todo o resto é apenas ilusão ridícula, mentira capaz de enganar só os idiotas.

Que este mundo, malgrado todos os imensos recursos materiais e malgrado todos os seus terríveis meios de repressão deve desmoronar, quem pode duvidar disso? Não pode ser o fim e a última palavra da história humana. Rachado e podre, ele não poderá resistir ao primeiro choque sério que receber de fora. Todavia, se não houvesse fora dele qualquer força capaz de dar-lhe esse golpe de misericórdia, ele bem poderia arrastar sua existência caduca e desonrada durante séculos ainda, pois as organizações sociais quase nunca morrem por si mesmas, porquanto são dotadas de uma força de inércia e de uma espécie de hábito de existir que faz as vezes de força viva.

Atualmente há só duas forças capazes de pôr abaixo esse mundo corrompido do Ocidente político e burguês. São os *bárbaros do exterior*, os eslavos, talvez, dirigidos pelos russos, e seguindo a via que lhe tiverem preparado e indicado os alemães prussificados; ou, então, os *bárbaros do interior*, o proletariado. Se são os bárbaros eslavos que estão destinados a prestar esse último serviço ao velho mundo da Europa, assim como os bárbaros germanos tinham-no prestado havia quinze séculos ao mundo greco-romano, é certo que a civilização humana retrocederá ao menos algumas centenas de anos. Será um fato natural, como o foi a invasão conquistadora dos germanos, mas ao mesmo tempo uma imensa infelicidade para os conquistadores não menos que para os povos conquistados. Durante ao menos algumas dezenas de anos, o cnote que os czares herdaram dos tártaros e a ciência disciplinar que os alemães deram-lhes, serão os dois anjos da guarda da ordem pública na Europa.

Assim, no interesse da humanidade, da civilização e da emancipação universal, nós devemos dirigir todos os nossos esforços para que a inevitável derrubada do mundo político e burguês seja realizada não por uma invasão de eslavos, mas pela sublevação do proletariado; que a primeira, que não pode deixar de alastrar-se no Ocidente, se a segunda não chegar ou chegar de-

masiado tarde, seja prevenida por este último. Tanto essa obra de destruição seria funesta à civilização humana se fosse concluída pela invasão dos bárbaros do exterior quanto ela lhe será salutar quando for realizada pelos bárbaros do interior, pelo próprio proletariado do Ocidente.

Os proletários do Ocidente, e sobretudo aqueles das cidades, os trabalhadores da indústria propriamente dita, na condição de apartados dos camponeses ou dos trabalhadores da terra, têm uma imensa vantagem sobre seus irmãos dos países mais bárbaros. Têm em comum com eles a miséria, a servidão, o horror por sua escravidão, o ódio por seus opressores e exploradores, o ódio por todas as instituições existentes e a necessidade de emancipação. Eis o terreno comum, muito amplo, muito sólido, e que, malgrado as maiores diferenças de cultura, torna possível e, inclusive, necessário, entre os trabalhadores do mundo inteiro, uma solidariedade real, se não de idéias, ao menos de instintos, aspirações, tendências naturais e, por conseqüência, de objetivo final. Eis a base da fraternidade universal. E desgraça ao operário que, deixando-se levar pelo estúpido orgulho de uma semi-instrução, necessariamente burguesa, ou se deixando doutrinar por *seus chefes*, enganadores e enganados, a ponto de deixar-se confinar, a título de explorado ou de besta de carga voluntária, em uma pátria política qualquer, separa-se dessa base, esquece, desconhece, despreza essa imensa fraternidade que liga seu destino àquele do proletariado do mundo inteiro. Ele logo perde as fontes vivas de sua força, de seu pensamento, de seu direito plebeus, e torna-se um pequeno-burguês ridículo, se não de fato, ao menos de intenção, miserável, do ponto de vista econômico, como sempre, mas moralmente ainda mais miserável, um lorpa vaidoso, um estúpido instrumento nas mãos de algum partido político bem burguês.

Mas fora, ou melhor, acima dessa base comum, o proletariado do Ocidente possui uma potência de iniciativa que ainda não se desenvolveu, ao menos no mesmo grau, no proletariado

dos países mais bárbaros. Além dos instintos socialistas que são os mesmos em todas as populações subjugadas, ele começa a ter o pensamento e a vontade refletida de sua emancipação; começa a compreender a natureza e o objetivo final de suas próprias aspirações instintivas, e, percebendo-o, é capaz, é de certa maneira chamado a mostrá-lo a todos os outros. A iniciativa da emancipação do proletariado, da emancipação do mundo humano, pertence-lhe de pleno direito, porque o desenvolvimento de sua inteligência coletiva é sem comparação mais avançada do que aquele do proletariado da Europa oriental.

Ele o é sob o triplo aspecto das idéias religiosas, das instituições políticas e da experiência econômica. Não devemos crer que o proletariado do Ocidente deve essa incontestável superioridade à instrução que recebeu nas escolas populares. Essa instrução é nula. Na maioria dos países, inclusive nos mais civilizados da Europa, na França, por exemplo, a maioria das escolas só existe no papel e nos discursos ministeriais; e na Inglaterra, até nestes últimos tempos, onde enfim se começa a dar-se ares de querer ocupar-se seriamente da instrução do povo, elas não tiveram nem mesmo essa aparência de existência. Mas nos próprios países que se glorificam, como a Alemanha, por exemplo, de ter há muito estabelecido uma quantidade de escolas populares, a verdadeira instrução, aquela que emancipa os espíritos e os corações e que acende nas almas o amor pela liberdade, não só não é mais avançada, mas se poderia inclusive dizer que ela é mais atrasada do que na Inglaterra e na França, onde o proletariado talvez seja menos raciocinador, mas sem dúvida mais revolucionário do que na Alemanha. Isso se deve em parte a seu temperamento e, sobretudo, à sua educação histórica. Mas isso também se deve em muito à sua instrução escolar. O que se verte abundantemente nas escolas *populares* da Alemanha a essas massas ávidas de conhecimento não é a instrução, é o veneno; não é a ciência, é a mentira imoral e absurda, sistematicamente destilado.

Ler, escrever e contar, eis as únicas coisas úteis que os filhos do povo encontram ali. Já é alguma coisa, não discordo, pois as vantagens de sua aplicação na vida cotidiana de cada um, essas três capacidades, por mais formais que sejam, contribuem incontestavelmente ao desenvolvimento do espírito, habituando-o, ao menos um pouco, à abstração ou à generalização, fonte primeva de todas as idéias. Elas dão, além do mais, ao mui pequeno número daqueles que têm o tempo e os meios materiais de fazê-lo, a possibilidade de instruir-se a si próprios mais tarde. Mas todas essas vantagens são mais do que contrabalançadas pelo efeito desastroso, estupidificante e embrutecedor das monstruosas mentiras que, sob o nome de verdades históricas e divinas, destilam ali no espírito e na imaginação dos filhos do povo. É um envenenamento intelectual e moral sabiamente calculado e sistematicamente, *conscienciosamente* praticado. A última palavra dessa instrução *popular* é a resignação, é a submissão em fim de contas: o ideal dos burgueses, não para eles próprios, mas para o povo.

O que devemos admirar no proletariado da Alemanha é o fato de ele ser tão avançado *malgrado essa instrução* que lhe dão. E ele só o é graças a essa ampla educação, não escolar, mas histórica, que partilhou com todos os outros povos do Ocidente da Europa.

Não há absolutamente grande povo, grande raça sem história. Os povos eslavos, inclusive os russos, também têm uma, muito longa, muito dolorosa e que lhes ensinou muitas coisas. Mas nesse ensinamento faltou uma grande lição: o espetáculo da emancipação da classe média, aquele do desenvolvimento de sua riqueza, de seu poder, depois de sua decadência.

Entendamo-nos bem: não se trata em absoluto de uma lição *positiva*; e o proletariado do Ocidente estaria perdido, ele partilharia infalivelmente o destino dessa burguesia condenada a perecer se quisesse, se pudesse aceitá-la nesse sentido. É uma lição de natureza completamente *negativa*, um exemplo histórico, não

para ser seguido, mas para rejeitá-lo com toda a energia da qual esse proletariado é capaz; entretanto, é incontestável que essa lição contribuiu, em imensa medida, não ao despertar desses instintos de emancipação que se agitam ao menos tão poderosos quanto nele próprio, no proletariado da Europa oriental, mas ao desenvolvimento do *pensamento socialista* em seu seio. Instruído pela experiência da burguesia, da qual ele foi de início o cúmplice, o instrumento e ao mesmo tempo a vítima, e da qual se tornou hoje forçosamente o inimigo, para conquistar seu direito humano e para encontrar seu caminho, aquele da emancipação social universal, o proletariado do Ocidente não tem outra coisa a fazer agora senão o contrário do que fizeram e do que querem os burgueses.

CARTA A ALBERT RICHARD

1^a de abril de 1870

Mikhail Bakunin

[...] Leste e deste para ler aos nossos principais amigos toda a carta que eu te enviei há pouco por Schwitzguébel, sobretudo a segunda parte, a conclusão? Eu gostaria muito de receber vossa resposta bem precisa relativa a essa conclusão.

Dizes-me sempre: “Estamos de acordo quanto aos pontos principais. Infelizmente, meu amigo, temo que estejamos em perfeito desacordo sobre esses pontos. Segundo tuas últimas cartas e as últimas notícias que recebi de ti, devo pensar que permaneces mais do que nunca partidário da centralização, do Estado revolucionário, enquanto eu sou mais do que nunca adversário dela, e só vejo salvação na anarquia revolucionária, dirigida sobre todos os pontos por uma força coletiva invisível — a única ditadura que admito, porque só ela é compatível com a franqueza e a plena energia do movimento revolucionário.

Teu plano revolucionário *resume-se nas seguintes palavras*: assim que a Revolução eclodir em Paris — Paris organiza provisoriamente a comuna revolucionária — Lyon, Marselha, Rouen e outras grandes cidades sublevam-se simultaneamente e logo enviam a Paris seus delegados revolucionários que formam juntos uma espécie de Convenção Nacional ou de Comitê de Salvação Pública para toda a França. Esse comitê decreta a Revolução, decreta a abolição do velho Estado, a liquidação social, a proprie-

dade coletiva — organiza o Estado revolucionário com uma força suficiente para reprimir a reação interior e exterior.

Não é essa a tua idéia?

Nossa idéia, nosso plano é totalmente oposto. De início, não está absolutamente provado que o movimento revolucionário deve certamente começar em Paris. Não é de modo algum impossível que ele comece na província. Mas suponhamos que, em conformidade com a tradição, seja Paris que comece. Paris, segundo nossa convicção, só tem uma iniciativa totalmente negativa, isto é, francamente revolucionária a tomar: aquela da destruição e da liquidação, não aquela da organização. Se Paris subleva-se e triunfa, terá o dever e o direito de proclamar a completa liquidação do Estado político, jurídico, financeiro e administrativo — a bancarrota pública e privada, a dissolução de todos os poderes, de todos os serviços, de todas as funções e de todas as forças do Estado, o incêndio ou o júbilo pelo incêndio de todos os papéis, documentos privados e públicos. Paris apressar-se-á naturalmente a organizar-se por si mesma, bem ou mal, revolucionariamente, depois que os trabalhadores reunidos em associações tiverem apoderado-se de todos os instrumentos de trabalho, capitais de todos os tipos e prédios. Permanecendo armados e organizados por ruas e por bairros, eles formarão a federação revolucionária de todos os bairros, a comuna federativa. E essa comuna terá o direito de declarar que não se arroga o direito de governar nem organizar a França, mas que conclame o povo e todas as comunas, seja da França, seja do que se denominava até agora o Estrangeiro, para seguir seu exemplo, fazer cada uma por si mesma uma revolução tão radical e tão destrutiva para o Estado, para o direito jurídico e para a propriedade privilegiada, e depois de tê-la feito, vir federalizar-se com ela, seja em Paris, seja sobre tal outro ponto que se quiser para que todas as comunas revolucionárias francesas e estrangeiras enviem seus delegados para uma organização comum dos serviços e das relações de pro-

dução e de troca necessárias, para o estabelecimento da carta da Igualdade, base de toda liberdade, carta absolutamente negativa por seu caráter, precisando muito mais o que deve ser para sempre abolido do que as formas positivas da vida local que não podem ser criadas senão pela prática viva de cada localidade — e para organizar uma defesa comum contra os inimigos da revolução tanto quanto a propaganda, arma da revolução, e a solidariedade prática revolucionária com os amigos contra os inimigos de todos os países.

As províncias, ao menos os principais pontos, tais como Lyon, Marselha, Saint-Étienne, Rouen e outras, não devem aguardar os decretos de Paris para sublevar-se e organizar-se revolucionariamente. Elas devem sublevar-se simultaneamente com Paris e fazer o que deve fazer Paris, a revolução negativa e a primeira organização por um movimento espontâneo, de modo que a assembléia revolucionária federal dos delegados das Províncias e das comunas não tenham de organizar a França, mas seja a expressão de uma organização espontaneamente feita por cada ponto. Entendo os pontos revolucionários, não aqueles que ainda se encontrariam no estado de reação. Em resumo, a revolução deve ser e deve permanecer em toda parte independente do ponto central, que deve ser sua expressão, seu produto, e não sua fonte, sua direção e sua causa.

É preciso que a anarquia, a sublevação de todas as paixões locais, o despertar da vida espontânea sobre todos os pontos, sejam bem grandes para que a Revolução seja e permaneça viva, real, poderosa. Os revolucionários políticos, os partidários da ditadura ostensiva, tendo a revolução obtido um primeiro triunfo, recomendam a calma das paixões, a ordem, a confiança e a submissão aos poderes revolucionários estabelecidos — de certa maneira, eles reconstituem o Estado.

Nós, ao contrário, devemos fomentar, despertar, desencadear todas as paixões — devemos produzir a anarquia — e, pilo-

tos invisíveis no meio da tempestade popular, deveremos dirigi-la, não por um poder ostensivo, qualquer que seja, mas pela ditadura coletiva de todos os Aliados — ditadura sem partido, sem título, sem direito oficial, e tão mais poderosa porque não terá nenhuma das aparências do poder. Eis a única ditadura que admito. Mas para que ela possa agir, é preciso que exista, e, para isso, é necessário prepará-la e organizá-la de antemão, pois ela não se fará sozinha, nem por discussões, nem por exposições e debates de princípios, nem por assembléias populares.

Poucos aliados, mas bons, mas enérgicos, mas discretos, mas fiéis, mas sobretudo livres de vaidade e ambição pessoal, homens fortes, assaz sérios, tendo o espírito e o coração bastante elevados para preferir a realidade da força a essas aparências vaidosas. Se formais essa ditadura *coletiva e invisível*, triunfareis, a revolução bem dirigida triunfará. Caso contrário, não. Se vós vos divertis em brincar de Comitês de Salvação Pública e de Ditadura oficial, ostensível, sereis devorados pela reação que vós próprios tiverdes criado.

Caro amigo, admiro os instintos generosos e a inteligência tão viva dos operários franceses. Mas temo muito sua tendência ao efeito, às grandes cenas dramáticas, heróicas e ruidosas. Muitos de nossos amigos — entre os quais eu te incluo — preparam-se para desempenhar um grande papel na próxima revolução, aquele de homens de Estado da Revolução. Prometem tornar-se os Danton, os Robespierre, os Saint-Just do socialismo revolucionário, e já preparam os belos discursos e as ações ruidosas que devem estupeficar o mundo. Eles farão naturalmente das massas populares uma escada, um pedestal para sua ambição democrática, para sua glória! Farão para o bem-estar de todos ditadura, governo, Estado — ilusão ridícula e deplorável. Não farão senão vaidade e só servirão à reação. Serão eles próprios a reação.

Lembra bem disso, meu amigo e meu irmão: o movimento socialista atual, totalmente oposto nisso ao movimento político

que não tende senão à dominação e à exaltação dos indivíduos, o movimento da emancipação popular não comporta o triunfo e a ditadura dos indivíduos. Se os indivíduos triunfarem, já não será socialismo, mas política, o negócio dos burgueses, e o movimento socialista perecerá. Se ele não perecer, serão os indivíduos vaidosos, ambiciosos e gloriosos, os aprendizes de ditadores que farão um terrível fiasco.

Só há um único poder, uma única ditadura cuja organização seja salutar e possível: é essa ditadura coletiva e invisível dos aliados, em nome do nosso princípio — e essa ditadura será ainda mais salutar e poderosa porque não estará revestida de qualquer poder oficial, nem de qualquer caráter ostensivo.

Mas para formá-la precisamos de homens realmente fortes, elevados por sua inteligência e pelo coração acima das ambições vulgares, e que sejam assaz seriamente ambiciosos para desejar apenas o triunfo de sua idéia e não de sua pessoa, e para preferir o poder real às aparências da força, para compreender, enfim, que nosso século é aquele das forças coletivas, não das forças individuais, e que a coletividade tritulará todos os indivíduos que quiserem impor-se a ela. [...]

A DUPLA GREVE DE GENEBRA

1869

Mikhail Bakunin

Os burgueses provocam-nos. Esforçam-se para levar-nos ao desespero por todos os meios, pensando, não sem muita razão, que seria muito bom para seus interesses forçar-nos a travar batalha com eles hoje.

Caluniam-nos e insultam-nos em seus jornais; desnaturam, travestem e inventam fatos, contando com as simpatias de seu público, que os perdoará tudo, desde que os burgueses, os patrões sejam inocentados e os trabalhadores caluniados. Seguros dessa impunidade e dessa simpatia, o *Journal de Genève* sobretudo, o devoto mentiroso, supera-se em mentiras.

Eles não se contentam em provocar-nos e insultar-nos por meio de seus escritos; impacientes para fazerem-nos perder a paciência, recorrem às vias de fato. Seus tristes filhos, essa juventude dourada cujo ócio corrompido e vergonhoso detesta o trabalho e os trabalhadores; esses acadêmicos, doutos em teologia e ignorantes da ciência, esses liberais da rica burguesia, vão às ruas, como no ano passado, e amontoam-se nos cafés, armados de revólveres mal dissimulados em seus bolsos. Dir-se-ia que eles temem um ataque por parte dos operários e que se crêem forçados a afastá-los.

Eles crêem seriamente nisso? Não, absolutamente não, mas simulam crer para ter o pretexto de armar-se e um motivo plausível para atacar. Sim, para atacar-nos, pois, na terça-feira passada,

ousaram espancar alguns de nossos companheiros que, provocados por todos os insultos, responderam por verdades bastante desagradáveis, sem dúvida, para ouvidos tão delicados quanto os deles, mas que nem sequer encostaram as mãos neles. Permitiram-se detê-los e maltratá-los durante algumas horas, até que uma comissão enviada pela Associação Internacional à Prefeitura foi buscá-los.

O que pensam esses burgueses? Querem realmente forçar-nos a ir para as ruas de armas em punho? Sim, eles o querem. E por que o desejam? A razão é bem simples: desejam matar a Internacional.

Basta ler os jornais burgueses, isto é, quase todos os jornais de todos os países, para persuadir-se de que, se há, hoje, uma coisa que, mais do que qualquer outra, é um objeto de temor e horror para a burguesia na Europa, é a Associação Internacional dos Trabalhadores. E, como devemos ser justos, antes de tudo, justos inclusive em relação aos nossos adversários mais encarniçados, devemos reconhecer que a burguesia tem mil vezes razão para abominar e temer essa formidável associação.

Toda a prosperidade burguesa, sabemo-lo, como prosperidade exclusiva, está fundada sobre a miséria e sobre o trabalho forçado do povo, forçado não pela lei, mas pela fome. Essa escravidão do trabalho denomina-se, é verdade, nos jornais liberais tais como o *Journal de Genève*, a liberdade do trabalho. Mas essa estranha liberdade é comparável àquela de um homem desarmado e nu, que se o entregaria à mercê de um outro armado dos pés à cabeça. É a liberdade de fazer-se esmagar, abater. — Tal é a liberdade burguesa. Compreende-se que os burgueses a adorem e que os trabalhadores não a suportem absolutamente; pois essa liberdade é para os burgueses a riqueza, e para os trabalhadores a miséria.

Os trabalhadores estão cansados de ser escravos. Não menos que os burgueses, mais que os burgueses, eles amam a liberdade, porque compreendem muito bem, sabem por uma dolorosa expe-

riência que sem liberdade não pode haver para o homem dignidade nem prosperidade. Mas não compreendem a liberdade senão na igualdade; porque a liberdade na desigualdade é o privilégio, quer dizer, a fruição de alguns fundada no sofrimento de todos. — Eles querem a igualdade política e econômica simultaneamente, porque a igualdade política sem a igualdade econômica é uma ficção, uma enganação, uma mentira, e não querem mais mentiras. — Os trabalhadores tendem, então, necessariamente, a uma transformação radical da sociedade que deve ter por resultado a abolição das classes do ponto de vista econômico tanto quanto político, e a uma organização na qual todos os homens nascerão, desenvolver-se-ão, instruir-se-ão, trabalharão e fruirão dos bens da vida em condições iguais para todos. — Tal é o desejo da justiça, tal é, também, o objetivo final da Associação Internacional dos Trabalhadores.

Mas como ir do abismo de ignorância, de miséria e de escravidão na qual os proletários dos campos e das cidades estão hoje mergulhados, a esse paraíso, a essa realização da justiça e da humanidade sobre a terra? — Para isso, os trabalhadores só têm um meio: a associação. Pela associação instruem-se, informam-se mutuamente, e põem fim, por seus próprios esforços, a essa fatal ignorância que é uma das principais causas de sua escravidão. Pela associação aprendem a ajudar-se, conhecer-se, apoiar-se um no outro, e acabarão por criar uma força mais formidável do que aquela de todos os capitais burgueses e de todos os poderes políticos reunidos.

A Associação tornou-se, portanto, a palavra de ordem dos trabalhadores de todas as indústrias e de todos os países nesses vinte últimos anos sobretudo, e toda a Europa encontrou-se unida, como que por encantamento, de uma multidão de sociedades operárias de todos os tipos. É incontestavelmente o fato mais importante e ao mesmo tempo mais consolador de nossa época, — o sinal infalível da emancipação próxima e completa do trabalho e dos trabalhadores na Europa.

Mas a experiência desses mesmos vinte anos provou que as associações isoladas eram aproximadamente tão impotentes quanto os trabalhadores isolados, e que mesmo a federação de todas as associações operárias de um único país não bastaria para criar uma força capaz de lutar contra a coalizão internacional de todos os capitais exploradores do trabalho na Europa; a ciência econômica demonstrou, por outro lado, que a questão da emancipação do trabalho não é absolutamente uma questão nacional; que nenhum país, por mais rico, por mais poderoso e por mais importante que seja, pode, sem arruinar-se e sem condenar todos os seus habitantes à miséria, empreender qualquer transformação radical das relações do capital e do trabalho, se essa transformação não se faz igualmente, e ao mesmo tempo, ao menos em uma grande parte dos países mais industriais da Europa, e que, por conseqüência, a questão da libertação dos trabalhadores do jugo do capital e de seus representantes, os burgueses, é uma questão eminentemente internacional. Disso resulta que a solução só é possível no terreno da internacionalidade.

Operários inteligentes, alemães, ingleses, belgas, franceses e suíços, fundadores de nossa bela instituição, compreenderam-no. Eles também compreenderam que, para realizar essa magnífica obra da emancipação internacional do trabalho, os trabalhadores da Europa, explorados pelos burgueses e esmagados pelos Estados, só deviam contar com eles próprios. Assim foi criada a grande Associação Internacional dos Trabalhadores.

Sim, grande e formidável, verdadeiramente! Ela tem apenas quatro anos e meio de existência e já abrange várias centenas de milhares de aderentes disseminados, e estreitamente aliados, em quase todos os países da Europa e também da América. Um pensamento e uma empresa que produzem em tão pouco tempo tais frutos, só pode ser um pensamento salutar, uma empresa legítima.

Trata-se de um pensamento secreto, de uma conspiração? De forma alguma. Se a Internacional conspira, ela o faz às claras e o

diz a quem quiser ouvi-la. E o que diz, o que pede? A justiça, nada além da mais estrita justiça e o direito da humanidade, e a obrigação do trabalho para todos. Se, à sociedade burguesa atual esse pensamento parece subversivo e abjeto, tanto pior para essa sociedade.

Trata-se de uma empresa revolucionária? Sim e não. Ela é revolucionária no sentido que quer substituir uma sociedade fundada na iniquidade, na exploração da imensa maioria dos homens por uma minoria opressiva, no privilégio, no ócio, e em uma autoridade protetora de todas essas belas coisas, por uma sociedade fundada nessa justiça igual para todos e na liberdade de todos. Ela quer, em resumo, uma organização econômica, política e social, na qual todo ser humano, sem prejuízo para suas particularidades naturais e individuais, encontra uma igual possibilidade de desenvolver-se, instruir-se, pensar, trabalhar, agir e desfrutar a vida como homem. Sim, ela quer isso, e, uma vez mais, se o que quer é incompatível com a atual organização da sociedade, tanto pior para essa sociedade.

A Associação Internacional é revolucionária no sentido das barricadas e de uma derrubada violenta da ordem política atualmente existente na Europa? Não: ela ocupa-se muito pouco dessa política, e, inclusive, não se ocupa absolutamente disso. Assim, os revolucionários burgueses querem-lhe muito mal pela indiferença que ela testemunha em relação às suas aspirações e a todos os seus projetos. Se a Internacional não tivesse compreendido desde há muito que toda política burguesa, por mais vermelha e revolucionária que pareça, tende não à emancipação dos trabalhadores, mas à consolidação de sua escravidão, o papel lamentável desempenhado neste momento pelos republicanos e, inclusive, pelos socialistas burgueses na Espanha, bastaria para abrir-lhe os olhos.

A Associação Internacional dos Trabalhadores, fazendo completa abstração de todas as intrigas políticas atualmente, só

conhece, neste momento, uma única política: aquela de sua propaganda, de sua extensão e de sua organização. — No dia em que a grande maioria dos trabalhadores da América e da Europa tiver ingressado e estiver bem organizada em seu seio, não haverá mais necessidade de revolução; sem violência, a justiça será feita. E, então, se houver cabeças quebradas, é porque os burgueses assim o quiseram.

Mais alguns anos de desenvolvimento pacífico e a Associação Internacional tornar-se-á uma força contra a qual será ridículo querer lutar. Eis o que os burgueses compreendem demasiado bem, e eis por que hoje nos provocam para a luta. Hoje, eles esperam ainda poder nos afastar, mas sabem que amanhã será demasiado tarde. Querem forçar-nos a travar batalha com eles agora.

Cairemos nessa armadilha grosseira, operários? Não. Faríamos muito prazer aos burgueses e arruinaríamos a nossa causa por muito tempo. Temos conosco a justiça, o direito, mas nossa força ainda não é suficiente para lutar. Comprimamos, pois, nossa indignação em nossos corações, permaneçamos firmes, inquebrantáveis, mas calmos, quaisquer que sejam as provocações dos jovens arrogantes e impertinentes da burguesia. Suportemos ainda; não estamos habituados a sofrer? Soframos, mas não esqueçamos nada.

E, enquanto aguardamos, prossigamos, redobremos, amplie-mos cada vez mais o trabalho de nossa propaganda. É preciso que os trabalhadores de todos os países, os camponeses bem como os operários das fábricas e das cidades, saibam o que quer a Associação Internacional, e compreendam que, fora de seu triunfo não há para eles qualquer outro meio de emancipação sério; que a Associação Internacional é a pátria de todos os trabalhadores oprimidos, o único refúgio contra a exploração dos burgueses, a única força capaz de derrubar o poder insolente dos burgueses.

Organizemo-nos, amplie-mos a nossa Associação, mas, ao mesmo tempo, não esqueçamos de consolidá-la a fim de que

nossa solidariedade, que é toda a nossa força, torne-se a cada dia mais real. Sejamos cada vez mais solidários no estudo, no trabalho, na ação pública, na vida. Associemo-nos em empresas comuns para fazer nossa existência um pouco mais suportável e menos difícil; formemos em toda parte, e tanto quanto nos seja possível, essas sociedades de consumo, de crédito mutual e de produção, que, conquanto incapazes de emancipar-nos de uma maneira suficiente e séria nas condições econômicas atuais, habituem os operários à prática dos negócios e preparam germes preciosos para a organização do futuro.

Esse futuro está próximo. Que a unidade de escravidão e miséria, que hoje abraça os trabalhadores do mundo inteiro, transforme-se para todos nós em unidade de pensamento e vontade, de objetivo e ação, — e a hora da libertação e da justiça para todos, a hora da reivindicação e da plena satisfação soará.



PIOTR KROPOTKIN
(1842-1921)

TODOS SOCIALISTAS!

Piotr Kropotkin

I

Desde que a idéia socialista começou a penetrar no seio das massas operárias, produziu-se um fato dos mais interessantes. Os piores inimigos do socialismo, tendo compreendido que o melhor meio de dominar o socialismo é fazerem-se passar por seus adeptos, apressam-se em declarar-se socialistas. Falai a um destes grandes burgueses, que exploram sem misericórdia o operário, a operária e a criança. Falai-lhe das desigualdades escandalosas das fortunas, das crises e da miséria que elas engendram; falai-lhe da necessidade de modificar o regime da propriedade, a fim de melhorar a situação dos operários; e, se o burguês é inteligente, se ele procura “dar-se bem” na política e, sobretudo, se vós sois seu eleitor, ele se apressará em dizer-vos:

“Por Deus!, mas eu também sou socialista como vós! Questão social, caixas econômicas, legislação sobre o trabalho — estou perfeitamente de acordo em tudo isto! Porém, não mudemos tudo em um único dia, caminhemos com calma!” E ele vos abandona para ir arrancar, “com calma”, algum dinheiro a mais de “seus operários”, prevendo as perdas que a agitação socialista poderá ocasionar-lhe um dia.

Outrora, ele vos teria virado as costas. Hoje, procura fazer-vos acreditar que compartilha vossas idéias, para degolar-vos com mais facilidade no dia em que tiver ocasião.

Este fato produziu-se sobretudo nas últimas eleições, na França.¹ Bastava que em uma reunião eleitoral levantassem a questão do socialismo para que aquele que disputava os votos apressasse-se a declarar-se partidário do socialismo — *do verdadeiro socialismo* — sem dúvida, do socialismo dos escamoteadores.

Dois terços dos delegados fizeram crer aos eleitores que eles pretendiam ocupar-se, na câmara, da questão social. Clemenceau declarou-se socialista e Gambetta esteve bem perto de fazê-lo, mas, se não tivesse visado a suprema felicidade de um dia tocar na mão de alguma majestade, não teria deixado de declarar-se francamente socialista. Bismarck, por sua vez, não hesita: declara-se mais socialista do que ninguém; é o socialista por excelência; na Inglaterra, não é raro ouvir dizer que, se Lorde Beaconsfield tivesse durado, teria, com certeza, “resolvido a questão social”. Não há sequer um dos portadores de batina que não tire partido disso. O predicante da corte de Berlim prega o socialismo e, na França, os beneditinos publicam uma revista na qual declaram possuir o verdadeiro socialismo. Parece até mesmo que (segundo os jornais ingleses) o czar — desde que mandou colocar sobre sua mesa (de escrever, é evidente) um pedaço de pão preto, feito de joio e um pouco de trigo, para lembrar-lhe amiúde qual é o alimento dos camponeses russos — também pensa que possui o verdadeiro socialismo: só espera, segundo parece, a bênção de Bismarck e dos patriarcas de Antioquia e de Constantinopla para começar a aplicar suas doutrinas socialistas.

Em resumo, são todos socialistas! Usurários que especulam com o preço do pão para comprar jóias para suas mulheres; patrões que fazem os operários morrerem de tísica e as crianças de inanição; potentados que aprisionam em Berlim e enforcam em S. Petersburgo; policiais que fazem perquirições — todos, se reviram nossos papéis, se aprisionam e enforcam os socialistas, se massacram

¹ Escrito em setembro de 1887.

os operários e seus filhos, se especulam na política e na finança, só o fazem para acelerar o triunfo do autêntico socialismo!

* * *

Pois bem! Ainda existem socialistas bastante ingênuos para explodir em cantos de triunfo ao verem este espetáculo. “Fulano declarou-se socialista; Gambetta reconheceu a existência da questão social! Nova prova de que a idéia ganha terreno”, apressam-se a anunciar em seus jornais. Como se precisássemos da sanção de quem quer que seja para saber que a idéia socialista ganha terreno no seio do povo!

Quanto a nós, este espetáculo aflige-nos, ao invés de alegrar-nos. Prova-nos, por um lado, que a burguesia conspira para escamotear o socialismo, absolutamente como escamoteava, outrora, a idéia republicana; e, por outro, prova-nos que aqueles que outrora foram considerados socialistas, hoje abandonam o socialismo, renunciando à sua idéia-mãe e passam para o lado da burguesia, todavia, conservando, para disfarçar sua reviravolta, o rótulo de socialismo.

* * *

Qual foi, com efeito, a idéia distintiva, a idéia-mãe do socialismo?

Em resumo, a idéia da necessidade de abolir o salariado, abolir a propriedade individual do solo, das casas, das matérias-primas, dos instrumentos de trabalho, do capital social. Quem quer que não reconhecesse esta idéia fundamental, que não a colocasse em prática em sua vida privada, renunciando à exploração do próximo, não era socialista.

“Admitis a necessidade de abolir a propriedade individual? Admitis a necessidade de expropriar, em proveito de todos, os atuais detentores do capital social? Sentis necessidade de viver

em conformidade com estes princípios?” Eis o que se perguntava, outrora, ao recém-chegado, antes de estender-lhe a mão como a um socialista.

É evidente que ao vos fazerem estas perguntas, não vos indagavam se reconhecíeis a necessidade de abolir a propriedade individual em duzentos anos ou em dois mil anos! Não se faz pergunta inútil sobre o que será bom fazer em duzentos anos! Quando se falava de abolição da propriedade individual, reconhecia-se a necessidade desde aquele momento e estava-se de acordo que era preciso fazer a tentativa no momento da *próxima* revolução. “A próxima revolução — diziam os socialistas há dez anos (e os que permaneceram socialistas ainda o dizem) —, a próxima revolução não deve mais ser uma simples mudança de governo, seguida de algumas melhorias da máquina governamental: *deve ser a Revolução Social*”.

Esta convicção sobre a necessidade de se preparar para a expropriação, quando da *próxima* revolução, constituía a idéia-mãe do socialista; é isto que o distinguia de todos aqueles que também admitem a necessidade de algumas melhorias na vida do operário, que chegam, às vezes, até a convir que o comunismo é o ideal da sociedade futura, mas que, com certeza, não admitem que se procure realizá-lo de um dia para o outro.

Professando estas idéias, o socialista estava certo de não ser confundido com seus inimigos. Estava certo de que o nome socialista não seria escamoteado por aqueles que querem apenas a manutenção da atual exploração.

* * *

Tudo isto mudou, hoje.

Por um lado, constituía-se no seio da burguesia um núcleo de aventureiros que compreendia que, sem endossar o rótulo socialista, jamais conseguiria escalar os degraus do poder. Era pre-

ciso, portanto, encontrar um meio de fazer-se aceitar pelo partido, sem adotar seus princípios. Por outro lado, aqueles que compreenderam que o meio mais fácil de dominar o socialismo era entrar em suas fileiras, corromper seus princípios, desviar sua ação, fazendo uma pressão no mesmo sentido.

Infelizmente, havia socialistas, socialistas de outrora, desejosos de agrupar em torno deles o maior número de pessoas possível, desde que os recém-chegados aceitassem o *rótulo* de socialistas, que se apressaram a abrir amplamente as portas e facilitaram a entrada dos pretensos convertidos. Eles próprios renunciaram à idéia-mãe do socialismo, e, sob seus auspícios, hoje se constitui uma nova espécie de pretensos socialistas, tendo conservado do antigo partido apenas o nome.

Semelhantes a esse coronel da polícia russa, que dizia a um de nossos amigos que, ele também, achava o ideal comunista admirável, mas que, este ideal, não podendo ser realizado antes de 200, talvez 500 anos, era preciso, enquanto isso, colocar nosso amigo na cadeia para puni-lo pela propaganda comunista que ele havia feito; semelhantes, eu dizia, a esse coronel da polícia russa, eles declaram que a abolição da propriedade individual e a expropriação devem ser adiadas para um futuro longínquo; que tudo isso é romance, utopia, e que, enquanto se aguarda, é preciso ocupar-se com as reformas realizáveis, e que aqueles que defendem a idéia de expropriação são seus piores inimigos. “Preparemos”, diziam eles, “o terreno, não para expropriar o solo, mas para nos apoderarmos da máquina governamental, por meio da qual melhoraremos mais tarde, pouco a pouco, a vida dos operários. Preparemos, para a próxima revolução, não a conquista das fábricas, mas a conquista das municipalidades”.

Como se a burguesia, permanecendo detentora do capital, permitisse-lhes fazer experiências de socialismo, mesmo que eles conseguissem tomar o poder! Como se a conquista das municipalidades fosse possível sem a conquista das fábricas!

* * *

As conseqüências desta reviravolta já se fazem sentir.

Agora, quando tiverdes pela frente um destes novos socialistas, não sabereis mais se se trata de um senhor semelhante ao coronel da polícia russa a quem falais, ou a um socialista, simplesmente. Visto que basta admitir que um dia — em mil anos, talvez — a propriedade poderá tornar-se coletiva e que, enquanto isso, é preciso votar em alguém que pedirá, na câmara, a redução da jornada de trabalho, por conseguinte, a diferença entre o socialismo do citado coronel da polícia e o do neo-socialista torna-se imperceptível: são todos socialistas! O operário, que não tem tempo de acompanhar uns trinta jornais, ao mesmo tempo, não saberá mais onde estão seus aliados e onde estão seus inimigos, os socialistas e os escamoteadores da idéia socialista. E, chegando o dia da revolução, ele deverá sofrer duras penas e terríveis sangrias, antes de ter reconhecido amigos e inimigos.

A EXPROPRIAÇÃO

Piotr Kropotkin

I

Já não somos os únicos a dizer que a Europa se encontra às vésperas de uma grande revolução. A burguesia, por seu lado, começa a perceber isto e o constata por intermédio de seus jornais.¹ O *Times* o reconhece num artigo, ainda mais notável por emanar de um jornal que nunca se alarma por nada. Zombando daqueles que pregam as virtudes espartanas de economia e abstenção, o órgão da cidade convida a burguesia a refletir, sobretudo acerca do destino dos trabalhadores traçado por nossa sociedade, e ver que concessões deveriam ser-lhes feitas, visto que eles têm todo o direito de estar descontentes. O *Journal de Genève* — esta velha pecadora — apressa-se, também, a reconhecer que decididamente a república não se ocupou o suficiente com a questão social. Outros, ainda, que nos repugna até mesmo citá-los, mas que não deixam de ser a expressão fiel da grande burguesia ou da alta finança, já se apiedam do destino reservado, num futuro muito próximo, ao pobre patrão, que será forçado a trabalhar como seus operários, ou, então, constataam com pavor que a torrente das cóleras populares sobe em torno deles.

Os recentes acontecimentos na capital da Áustria, a surda agitação que reina no norte da França, os acontecimentos da

¹ Escrito em novembro de 1882.

Irlanda e da Rússia, os movimentos da Espanha, e mil outros indícios que todos conhecemos; o laço de solidariedade, que une os trabalhadores da França entre si e com aqueles dos outros países — esta ligação impalpável, que, em dado momento, faz bater em unísono os corações dos trabalhadores e os une em um único feixe, muito mais formidável do que quando a união era representada por um comitê qualquer —, tudo isto só pode confirmar as previsões.

Enfim, a situação na França, que entra de novo nesta fase em que todos os partidos, ambicionando o poder, estão prontos a dar-se as mãos para tentar um golpe; a atividade redobrada dos diplomatas, que pressagia a aproximação da guerra européia, tantas vezes adiada e tanto mais certa; as conseqüências inevitáveis desta guerra, que seriam necessariamente a insurreição popular no país invadido e vencido; todos estes fatos produzindo-se em conjunto, numa época cheia de acontecimentos como a nossa, fazem prever que nos aproximamos sensivelmente do dia da Revolução.

* * *

A burguesia compreende isto e prepara-se para resistir, pela violência, pois ela não conhece, não quer conhecer, outros meios. Está decidida a resistir até o fim e a fazer massacrar cem mil operários, duzentos mil, se preciso for, mais umas cinqüenta mil mulheres e crianças, para manter seu domínio. Não é, com efeito, diante do horror do massacre, que ela recuará. Já o provou bastante no Campo de Marte, em 1790; em Lyon, em 1831; em Paris, em 1848 e 1871. Para salvar o capital e o direito ao ócio e ao vício, todos os meios são bons para essas pessoas.

Seu programa de ação está determinado. Podemos dizer a mesma coisa do nosso?

Para a burguesia, o massacre já é todo um programa, desde que existam soldados — franceses, alemães, turcos, pouco importa

— a quem confiá-lo. Visto que ela só procura manter o que já existe, prolongar o *status quo*, mesmo que fosse por quinze anos mais — toda a questão se reduz para ela em simples luta armada. A questão que se coloca perante os trabalhadores é bem diferente, visto que eles querem precisamente modificar a ordem da situação existente; para eles, o problema não é tão odiosamente simples. Apresenta-se, ao contrário, vasto, imenso. A luta sangrenta, para a qual devemos estar preparados tão bem quanto a burguesia, não é, entretanto, para nós, senão um incidente da batalha que devemos engajar contra o capital. A nenhum lugar nos levaria o fato de aterrorizar a burguesia e, em seguida, deixar tudo no mesmo estado. Nosso objetivo é muito mais amplo, nosso horizonte é muito mais elevado.

Trata-se, para nós, de abolir a exploração do homem. Trata-se de pôr fim às iniquidades, aos vícios, aos crimes que resultam da existência ociosa de uns e da servidão econômica, intelectual e moral de outros. O problema é imenso. Porém, tendo em vista que os séculos passados legaram este problema à nossa geração e que somos nós que nos encontramos na necessidade histórica de encontrar sua completa solução, devemos aceitar a tarefa. Por sinal, não devemos mais tatear para encontrar a solução. Ela nos foi imposta pela história, simultaneamente com o problema; foi dita, é dita em viva voz em todos os países da Europa, e resume o desenvolvimento econômico e intelectual de nosso século. É a expropriação; é a Anarquia.

Se a riqueza social permanece nas mãos de alguns que hoje a possuem; se a fábrica, o estaleiro e a manufatura permanecem propriedade do patrão; se as ferrovias, os meios de transporte continuam nas mãos das companhias e dos indivíduos que os açambarcaram; se as casas das cidades, assim como as vilas dos senhores, permanecem em posse de seus proprietários atuais, ao invés de serem colocadas, desde a revolução, à disposição gratuita de todos os trabalhadores; se todos os tesouros acumulados, seja nos

bancos, seja nas casas dos ricos, não retornarem de imediato à coletividade — uma vez que *todos* contribuem para produzi-los —; se o povo insurreto não se apoderar de todos os alimentos e provisões acumulados nas grandes cidades e não se organizar para colocá-los ao alcance de todos aqueles que deles precisam; se, enfim, a terra permanecer propriedade dos banqueiros e dos usuários — aos quais ela hoje pertence, de fato, se não de direito — e se os grandes imóveis não forem tomados aos grandes proprietários, para serem colocados ao alcance de todos aqueles que querem lavrar o solo; se se constitui, além disso, uma classe de governantes que ordenam aos governados, a insurreição não será uma revolução e tudo deverá recomeçar. O operário, depois de ter-se libertado do jugo, por um momento, deverá recolocar sua cabeça sob o mesmo jugo e de novo sofrer com o chicote e o aguilhão de seu patrão, a arrogância de seus chefes, o vício e os crimes dos ociosos — sem falar do terror branco, das deportações, das execuções, da dança desenfreada dos degoladores sobre os cadáveres dos trabalhadores.

A expropriação — eis, portanto, a palavra de ordem que se impõe na próxima revolução, sob pena de faltar com sua missão histórica. A completa expropriação de todos aqueles que possuem os meios de explorar seres humanos. O retorno à comunidade da nação de tudo o que possa servir, nas mãos de quem quer que seja, para explorar os outros.

Fazer com que todos possam viver trabalhando livremente, sem serem forçados a vender seu trabalho e sua liberdade a outros, que acumulam as riquezas pelo trabalho de seus servos — eis o que deve fazer a próxima revolução.

* * *

Há dez anos este programa (pelo menos em sua parte econômica) era aceito por todos os socialistas. Aquele que se dizia so-

cialista o admitia, e o admitia sem reticências. Depois disso, tantos escroques vieram explorar o socialismo em seu interesse pessoal e trabalharam tão bem ao truncar este programa que, hoje, só os anarquistas o mantiveram em sua integridade. Mutilaram-no, encheram-no de frases vazias, que podem ser comentadas à vontade, segundo o bel-prazer de cada um; e reduziram-no, assim, não para agradar os operários — se o operário aceita o socialismo, em geral o aceita por inteiro — mas apenas para agradar a burguesia, para obter um lugar em suas fileiras. Portanto, é só aos anarquistas que incumbe a imensa tarefa de propagar, até nos recantos mais inacessíveis, esta idéia da expropriação. Eles não devem contar com ninguém mais para esta tarefa.

Seria um erro funesto crer que a idéia da expropriação já penetrou nos espíritos de todos os trabalhadores e que se tornou para todos uma destas convicções pelas quais o homem íntegro está pronto a sacrificar sua vida. Longe disso. Há milhões que não ouviram falar disto senão pela boca dos adversários. Mesmo entre estes que o admitem, quão poucos são os que a examinaram sob seus diversos aspectos e em todos os seus pormenores! Sabemos, é verdade, que é sobretudo no momento da própria revolução que a idéia da expropriação fará mais adeptos, quando todo mundo se interessar pela coisa pública, lendo, discutindo, agindo, e quando as idéias mais concisas e mais claras forem de fato capazes de arrastar as massas. E também sabemos que se houvesse, durante a revolução, apenas dois partidos em oposição: a burguesia e o povo, a idéia de expropriação seria aceita de imediato por este, tão logo fosse lançada pelo mínimo grupinho. Porém, temos de levar em consideração outros inimigos da revolução social, além da burguesia. Todos os partidos híbridos, que surgiram entre a burguesia e os socialistas revolucionários; todos aqueles que, ainda que sinceros, estão, todavia, penetrados até a medula por esta timidez de espírito, que é a conseqüência necessária dos séculos de respeito pela autoridade; enfim, todas as pessoas da

burguesia que procurarão salvar, no naufrágio, uma parte de seus privilégios, e gritarão ainda mais forte contra os poucos privilégios, que estarão prontos a sacrificar por enquanto, — aceitando o risco de reconquistá-los mais tarde — todos esses intermediários desdobrarão sua atividade para animar o povo a largar a presa pela sombra. Milhares de pessoas virão dizer que é melhor contentar-se com pouco para não perder tudo; pessoas que procurarão fazer com que se perca tempo e esgotar o ímpeto revolucionário em ataques inúteis contra coisas fúteis e homens insignificantes, ao invés de atacar com decisão as instituições; pessoas que desejarão representar o papel de Saint-Just e de Robespierre, ao invés de agir como fazia o camponês do século passado, isto é, *tomar* a riqueza social, *utilizá-la* de imediato e estabelecer seus direitos sobre esta riqueza, fazendo com que ela pudesse servir a todo o povo.

Para proteger-se deste perigo, há, no presente momento, apenas um meio: trabalhar sem cessar, desde já, para semear a idéia de expropriação por *todas* as nossas palavras e todos os nossos atos: que cada um de nossos atos ligue-se a esta idéia-mãe; que a palavra “Expropriação” penetre em cada comuna do País; que ela seja discutida em cada vilarejo e torne-se, para cada operário, para cada camponês, uma parte integrante da palavra Anarquia, e, então, — mas só neste caso — estaremos certos de que no dia da Revolução ela estará em todos os lábios, erguer-se-á formidável, levada por todo o povo e, então, o sangue do povo não terá sido derramado em vão.

Eis a idéia que aparece, neste momento, no seio dos anarquistas de todos os países, sobre a tarefa que lhes incumbe. O tempo corre; mas isto mesmo nos dará novas forças e nos fará redobrar de energia para alcançar este resultado; pois, sem isto, todos os esforços e todos os sacrifícios do povo estariam de novo perdidos.

II

Antes de expor nosso modo de ver a expropriação, devemos responder a uma objeção, muito fraca em teoria, mas muito disseminada. A Economia Política — pseudociência por excelência da burguesia — não cessa de gabar-se, em todos os tons, dos benefícios da propriedade individual. “Vede”, diz, “os prodígios que o camponês realiza assim que se torna proprietário do solo que cultiva; vede como escava e revolve seu pedaço de terra, que colheitas extrai de uma terra amiúde ingrata! Vede, enfim, o que a indústria soube realizar desde que se libertou dos entraves, confrarias e jurandas! Todos estes prodígios são devidos à propriedade individual!”

É verdade que depois de ter elaborado este quadro, os economistas não concluem: “A terra, a quem cultiva!”, mas se apressam a deduzir: “A terra, ao senhor, que fará cultivá-la por assalariados!” Em todo caso, parece que há uma grande quantidade de boas pessoas que se deixam levar por estes raciocínios e os repetem sem refletir um pouco mais sobre eles. Quanto a nós, “utopistas” — precisamente porque somos “utopistas” — procuramos aprofundar, analisar, e eis o que encontramos.

Em relação ao solo, constatamos também que a cultura se torna bem melhor assim que o camponês faz-se proprietário do campo que cultiva. Todavia, a quem os senhores economistas comparam o pequeno proprietário fundiário? É ao agricultor comunista? É, por exemplo, a uma destas comunidades de *dukho-bortsi* (defensores do espírito), que, chegando às margens do rio Amur, colocam em comum seu gado e o trabalho de seus jovens, fazem passar a charrua atrelada com quatro, cinco pares de bois, sobre os bosques de carvalho, constroem todos juntos suas casas e se encontram, desde o primeiro ano, ricos e prósperos, enquanto o emigrante individual e isolado, que havia tentado desbastar uma baixada pantanosa, mendiga ao Estado alguns quilos de farinha? É a uma destas comunidades norte-americanas, das quais

nos fala Nordhof, que, depois de ter dado a todos os habitantes da comuna, alimentos, roupas e moradia, alocam, hoje, uma soma de cem dólares *per capita*, para permitir a cada um de seus membros comprar o instrumento de música, o objeto de arte, o enfeite, que não são encontrados nas lojas da comuna?

Não! Procurar acumular para si mesmo os fatos contraditórios a fim de explicá-los, para apoiar ou rejeitar sua hipótese, é bom para Darwin; a ciência oficial prefere ignorá-los. Ela se contenta em comparar o camponês proprietário... ao servo, ao meeiro, ao rendeiro!

O servo, contudo, quando lavrava a terra de seu senhor, não sabia de antemão que o senhor lhe tomaria tudo o que ele colhesse, exceto uma pequena ração de trigo sarraceno e de centeio — só o necessário para manter juntos a carne e os ossos —, não sabia que de nada adiantaria esgotar-se no trabalho e que, entretanto, chegada a primavera, ver-se-ia forçado a misturar o joio em sua farinha, como ainda o fazem os camponeses russos, como faziam os camponeses franceses antes de 1789? Não sabia que, se tivesse a infelicidade de enriquecer um pouco, tornar-se-ia o alvo das perseguições, por interesse, por parte do senhor? Ele preferiria, portanto, trabalhar o mínimo possível, lavar o pior possível. E surpreender-se-ia com que os netos deste camponês cultivem infinitamente melhor, assim que sabem que poderão armazenar sua colheita por sua conta?

O meeiro já apresenta um progresso sobre o servo. Ele sabe que a metade da colheita lhe será tomada pelo proprietário do solo, mas está, todavia, certo de que a outra metade, pelo menos, lhe restará. E apesar desta condição, — revoltante, de acordo com nosso ponto de vista, muito justa aos olhos dos economistas — ele consegue melhorar sua cultura, na medida em que isto se pode fazer apenas pelo trabalho de seus braços.

O fazendeiro, se seu contrato de arrendamento está-lhe assegurado por um certo número de anos e se as condições do

arrendamento não são muito onerosas, se elas lhe permitem economizar algo para melhorar sua cultura, ou se possui algum capital de giro, dá um passo a mais no sentido das melhorias. E, enfim, o camponês proprietário, se não está coberto de dívidas pela compra de seu pedaço de terra, se puder criar um fundo de reserva, cultiva ainda melhor do que o servo, o meeiro, o fazendeiro, porque sabe que, pondo de lado a parte dos impostos e a maior parte, a parte do credor, o que retirará da terra por um rude trabalho lhe pertencerá.

Porém, o que se pode concluir destes fatos? Nada, senão que ninguém ama trabalhar para outrem e que nunca a terra será bem cultivada se o agricultor souber que, de um modo ou de outro, a maior parte de sua colheita será devorada por um ocioso qualquer — seja o senhor, o burguês ou o credor — ou pelos impostos do Estado. Quanto a encontrar nestes fatos o mínimo termo de comparação entre a propriedade individual e a posse coletiva, é preciso estar bem disposto a extrair conclusões de fatos que nem sequer contêm os elementos.

* * *

Há, todavia, outra coisa a deduzir destes fatos.

O trabalho do meeiro, do fazendeiro dos quais falamos e, sobretudo, o do pequeno proprietário, é mais intenso do que o do servo ou do escravo. Entretanto, nem sob o sistema de produção a meias, nem sob o de arrendamento, nem mesmo sob o da pequena propriedade, a agricultura prospera. Podia-se acreditar, há meio século, que a solução da questão agrária tinha sido encontrada na pequena propriedade fundiária, pois, de fato, nessa época, o camponês proprietário começava a gozar de uma certa prosperidade, ainda mais surpreendente porque ela sucedia à miséria do século passado. Contudo, esta idade de ouro da pequena propriedade fundiária passou depressa. Hoje, o camponês pro-

prietário de um pedaço de terra apenas consegue sobreviver. Endivida-se, torna-se presa do negociante de gado, do negociante de terra, do usurário; a nota promissória e a hipoteca levam vilarejos inteiros à falência, bem mais importantes do que os impostos formidáveis cobrados pelo Estado e pela comuna. A pequena propriedade debate-se na angústia e, se o camponês ainda mantém o nome de proprietário, ele não é, no fundo, senão o rendeiro dos banqueiros e dos usurários. Pensa poder livrar-se um dia de suas dívidas e, na realidade, elas não cessam de aumentar. Para algumas centenas, que prosperam, já se calculam milhões, que não sairão das garras da usura senão pela revolução.

De onde vem, portanto, este fato consumado, provado por volumes de estatísticas — que derruba por completo as teorias sobre os benefícios da propriedade?

A explicação é bem simples. Ela não está na concorrência americana, visto que o fato lhe é anterior; nem mesmo se deve só aos impostos: reduzi estes, e o processo se tornará mais lento, mas não será detido em sua marcha. A explicação está neste outro fato, segundo o qual a agricultura na Europa, depois de ter permanecido durante quinze séculos estacionária, começa, há uns cinqüenta anos, a fazer alguns progressos. Ela ainda está, até certo ponto, nas crescentes necessidades do próprio agricultor, nas facilidades de empréstimo que lhe oferecem o banco, a fábrica, os corretores, os abutres da cidade, para capturá-lo em suas redes; ela está, enfim, nos preços tão elevados da terra, açambarcada pelos ricos, seja como propriedade de lazer, seja para as necessidades da indústria ou do comércio.

Analisemos o primeiro destes fatores, o mais geral a nossos olhos. Para fazer frente aos progressos da agricultura, para poder vender ao mesmo preço que aquele que cultivava mecanicamente e que força as colheitas com adubos químicos, o camponês deve ter hoje um certo capital que lhe permita proporcionar algumas melhorias para a sua cultura. Sem um fundo de reserva, a agricultura

não é possível. A casa se deteriora, o cavalo envelhece, a vaca cessa de dar leite, a charrua se desgasta, a carroça se quebra: é preciso substituí-los, consertá-los. Além disso, porém, ainda é preciso aumentar o capital imobilizado, adquirir alguns instrumentos aperfeiçoados, melhorar o campo. Para isto, é preciso desembolsar de imediato algumas cédulas de mil francos e são estas cédulas de mil francos que o camponês jamais pode conseguir. O que faz ele, então? De nada adianta praticar “o sistema de único herdeiro”, que despovoava a França, não consegue resolver o problema. Acaba enviando seu filho para a cidade — aumentar o proletariado urbano — e hipoteca, endivida-se e volta a ser servo, servo do banqueiro, como outrora, do senhor.

Eis a pequena propriedade hoje. Aqueles que lhe entoam ainda cânticos, encontram-se atrasados meio século: raciocinam sobre fatos observados há cinquenta anos; ignoram a realidade do presente.

* * *

Este fato tão simples, que se resume em poucas palavras: “Não há agricultura sem fundo de reserva”, contém todo um ensinamento sobre o qual os “nacionalizadores do solo” deveriam refletir.

Se, amanhã, os partidários de Henry George conseguirem despojar todos os lordes ingleses de todas as suas propriedades; se distribuírem estas terras, em pequenos lotes, a todos aqueles que quiserem cultivá-los; se o valor do aluguel for o mais reduzido possível, ou mesmo nulo, haverá um aumento do bem-estar durante vinte a trinta anos; mas, ao fim de trinta anos, tudo deverá recomeçar.

A terra exige muitos cuidados. Para obter vinte e nove hectolitros de trigo candial por hectare, como se faz em Norfolk, e até mesmo trinta e seis, e quarenta e dois hectolitros — seme-

lhante colheita já não é ficção — é preciso retirar as pedras, drenar, aprofundar o solo; é preciso substituir a picareta pela charrua de duas relhas; é preciso comprar adubos, conservar as estradas. É preciso, enfim, desbastar, a fim de fazer frente às crescentes necessidades de uma população em expansão.

Tudo isto exige gastos e uma quantidade de trabalho que a família sozinha não pode dar. E é por isto que a agricultura permanece estacionária. Para obter as colheitas, que já se obtêm na cultura intensiva, é necessário gastar em drenagem, em um ou dois meses, de quatro a cinco mil jornadas de trabalho (vinte mil francos) em um único hectare. É o que faz o capitalista e o que nunca poderá fazer o pequeno proprietário, com o magro pé-de-meia, que consegue economizar privando-se de tudo, de tudo que deve entrar na vida de um ser realmente humano. A terra exige que o homem venha trazer-lhe seu trabalho vivificante para derramar sobre ele sua chuva de espigas douradas — e o homem a abandona. Encerrado por toda a sua vida em casernas industriais, fabrica tecidos maravilhosos para os rajás da Índia, para os possuidores de escravos na África, para as mulheres dos banqueiros; tece para vestir os egípcios, os tártaros do Turquestão, se não caminha, de braços cruzados, em torno das fábricas silenciosas — e a terra não recebe a cultura, que daria o necessário e o conforto aos milhões. A carne ainda é um produto de luxo para vinte milhões de franceses.

Além daqueles que se aplicam no dia-a-dia ao trabalho da terra, esta exige ainda *milhões de braços a mais em certas épocas*, para melhorar os campos, para retirar as pedras do pasto, para criar, com a ajuda de forças da natureza, um solo rico, para armazenar a tempo as ricas colheitas. Exige que a cidade envie-lhe seus braços, suas máquinas, seus motores — e estes motores, estas máquinas, estes braços permanecem na cidade, uns desocupados, outros empregados em satisfazer a vaidade dos ricos do mundo inteiro.

Longe de ser uma fonte de riqueza para o país, a propriedade individual tornou-se uma fonte de estagnação no desenvolvimento da agricultura. Enquanto alguns pesquisadores abrem novos caminhos para o cultivo da terra, esta permanece estacionária sobre quase toda a vasta superfície da Europa — graças à propriedade individual.

* * *

Conclui-se daí que a revolução social deve derrubar todas as cercas e as sebes da pequena propriedade, demolir jardins e pomares e fazer passar sobre tudo a charrua a vapor, a fim de introduzir os benefícios problemáticos da grande cultura, como sonham certos reformadores autoritários?

No que nos concerne, é certo que evitaremos fazê-lo. Cuidaremos para não tocar no pedaço de terra do camponês, desde que ele próprio o cultive, com seus filhos, sem recorrer ao trabalho assalariado. Contudo, expropriaremos tudo o que não é cultivado pelos braços daqueles que detêm a terra neste momento. E quando a revolução social for um fato consumado, quando o operário das cidades não mais trabalhar para um patrão, mas para as necessidades de todos, os grupos operários, alegres e felizes, deslocar-se-ão para o interior a fim de dar aos campos expropriados o cultivo que lhes falta, e transformar, em alguns dias, os brejos incultos em planícies férteis, trazendo a riqueza para a região, fornecendo a todos — “tomai, ainda tem” — os produtos ricos e variados que a terra, a luz, o calor, nada mais pedem senão cedê-los. Quanto ao pequeno proprietário, acreditais que ele não compreenderá as vantagens do cultivo em comum, se o vir com seus próprios olhos? Pensais que ele próprio não pedirá para fazer parte da grande família?

A ajuda que os batalhões dos desocupados, em farrapos, de Londres, os *hop-pickers*,² dão hoje ao cultivador de Kent, que a

² Em inglês no original: colhedor de lúpulo. (N.T.)

cidade dá algumas vezes ao vilarejo em época de vindimas, será dada para o *cultivo*, como hoje o é para a *colheita*. Atividade por eminência periódica (os espectadores do *Far West*³ o compreenderam de modo bem admirável), que exige, em certas épocas, um acréscimo de braços, para a melhoria do solo, bem mais ainda para a colheita, a agricultura, tornada cultura em comum, será o traço de união entre a cidade e o vilarejo: ela os fundirá num único jardim, cultivado por uma única família. As *Mammouths-Farms*⁴ e outras dos Estados Unidos, onde o cultivo se faz hoje em imensa escala, por milhares de maltrapilhos, alugados por alguns meses e despedidos assim que terminam a lavra e a colheita,⁵ tornar-se-ão os parques de lazer dos trabalhadores industriais.

O futuro não pertence à propriedade individual, ao campo-nês encerrado em um lote de terra que mal o alimenta: pertence à cultura comunista. Apenas ela — sim, apenas ela — pode fazer a terra dar o que temos o direito de pedir-lhe.

* * *

Será na indústria, talvez, que encontraremos os benefícios da propriedade individual?

Não nos estendamos sobre os males que engendram na indústria a propriedade privada, o capital. Os socialistas os conhecem muito bem. Miséria do trabalhador, insegurança do dia seguinte, lá mesmo onde a fome não bate à porta; crises, desemprego, exploração da mulher e da criança, definhamento da raça. Luxo insano dos ociosos e redução do trabalhador ao estado de besta de carga, privado dos meios de tomar parte na fruição do

³ Em inglês no original. (N.T.)

⁴ Em inglês no original. (N.T.)

⁵ Vide a brochura: *Ouvrier, prends la machine! Prends la terre, paysan!*, publicada por *Le Révolté*.

saber, da arte, da ciência — tudo isso já foi dito muitas vezes, e tão bem que é inútil repeti-lo aqui. Guerras para exportação e domínio sobre os mercados; guerras internas; exércitos colossais, orçamentos monstruosos, extermínio de gerações inteiras. Depravação moral dos ociosos, falsa direção que eles dão à ciência, às artes, aos princípios éticos. Governos tornados necessários para impedir a revolta dos oprimidos; a lei e seus crimes, seus carrascos e seus juízes; a opressão, a sujeição, o servilismo que delas resultam, a depravação que ela derrama sobre a sociedade — eis o balanço da propriedade pessoal e do poder pessoal que ela engendra.

Todavia, apesar de todos estes vícios, de todos estes males, a propriedade privada talvez ainda nos preste alguns serviços que contrabalançam seus maus aspectos? Talvez, levando-se em conta a estupidez humana da qual nos falam nossos dirigentes, ela ainda seja o único meio de fazer a sociedade caminhar? Talvez lhe devamos o progresso industrial e científico de nosso século? Ao menos é o que nos dizem alguns “cientistas”. Porém, vejamos em que se baseiam suas afirmações, quais são seus argumentos!

Seus argumentos? O único que eles apresentaram, ei-lo: “Observai”, dizem eles, “os progressos da indústria nestes últimos cem anos, desde que ela libertou-se dos entraves corporativos e governamentais! Observai estas ferrovias, estes telégrafos, estas máquinas que substituem, cada uma, o trabalho de cem, de duzentas pessoas, que tudo fabricam, desde o guindaste, que pesa centenas de toneladas, até as rendas mais finas! Tudo isso se deve à iniciativa privada, ao desejo do homem de enriquecer-se!”

É certo que os progressos realizados na produção das riquezas, nos últimos cem anos, são gigantescos, e é por isto mesmo — notemo-lo, de passagem — que uma transformação correspondente na repartição dos produtos hoje se impõe. Porém, será ao interesse pessoal, à avidez inteligente dos patrões, que devemos estes progressos? Não houve alguns outros fatores, bem mais

importantes, que puderam produzir os mesmos resultados e que puderam contrabalançar até os efeitos nocivos da rapacidade dos industriais?

Esses fatores, conhecemo-los todos. Basta listá-los para ressaltar sua importância. Foi, de início, o motor a vapor, cômodo, manejável, sempre pronto a trabalhar, que revolucionou a indústria. É a criação das indústrias químicas, tornadas tão importantes, que seu desenvolvimento, no dizer dos tecnologistas, dá a verdadeira medida do desenvolvimento industrial de cada nação. Elas são inteiramente um produto de nosso século: lembrai-vos do que era a Química no século passado! Foi, enfim, todo este movimento de idéias que se produziu desde o final do século XVIII e que, ao livrar o homem das garras metafísicas, permitiu-lhe fazer estas descobertas físicas e mecânicas, transformou a indústria. Quem ousaria dizer, em presença destes poderosos fatores, que a abolição das confrarias e jurandas foi mais importante para a indústria do que as grandes descobertas de nosso século? E, considerando estas descobertas, quem ousaria afirmar, por outro lado, que um modo qualquer de produção coletiva, qualquer que seja, não teria sabido beneficiar-se da mesma forma, ou ainda mais que a indústria privada?

Quanto às próprias descobertas, seria preciso nunca ter lido as biografias dos inventores, nem conhecido um único dentre eles, para supor que são levados pela sede do ganho! A maioria morreu na miséria e sabe-se como o capital, a propriedade privada, retardaram a aplicação, a melhoria das grandes invenções.

* * *

Por outro lado, para sustentar sobre este terreno as vantagens da propriedade individual contra a posse coletiva, ainda seria preciso provar que esta última opõe-se aos progressos da indústria. Sem esta prova, a indução não tem nenhum valor. Ora,

esta tese é, precisamente, insustentável, pela única e boa razão que nunca vimos um agrupamento comunista possuir o capital necessário para fazer funcionar uma grande indústria, opor-se à introdução, nesta indústria, das novas invenções. Ao contrário, por mais imperfeitas que sejam as associações, cooperações etc. que vimos surgir, quaisquer que sejam seus defeitos, elas nunca pecaram pelo defeito de serem surdas ao progresso industrial.

Teríamos muito a repreender às diversas instituições que, tendo um caráter coletivo, foram tentadas em um século. Porém, — coisa extraordinária — a maior censura que podemos fazer-lhes é justo a *de não terem sido bastante coletivas*. Às grandes sociedades de acionistas, que perfuraram os istmos e as cadeias de montanhas, censuramos, sobretudo, o fato de ter constituído um novo modo de patronato anônimo e de ter embranquecido de ossadas humanas cada metro de seus canais e de seus túneis; às corporações operárias, censuramos a constituição de uma aristocracia de privilegiados que só pedem para explorar seus irmãos. Todavia, ambas não podem ser acusadas de espírito de inércia, hostil às melhorias da indústria. O único ensinamento, que podemos extrair dos empreendimentos coletivos feitos até hoje, é que, quanto menos o interesse pessoal e o egoísmo do indivíduo tiverem oportunidades para substituir, nestes empreendimentos, o interesse coletivo, mais estes empreendimentos têm oportunidade de obter sucesso.

* * *

Resulta desta rápida análise, forçosamente muito breve, que, quando se gabam dos benefícios da propriedade pessoal, estas afirmações são de uma superficialidade de fato desesperadora. Não nos preocupemos muito com isto. Procuremos, ao contrário, determinar sob que forma deve-se apresentar a apropriação, por todos, da riqueza social; busquemos precisar a tendência da so-

cidade moderna e, apoiando-nos nesta base, tentemos descobrir que forma pode tomar a expropriação quando da próxima revolução.

III

Nenhum problema tem mais importância, e convidamos todos os nossos camaradas a estudá-lo sob todas as suas faces e discuti-lo sem cessar, em vista da realização que, cedo ou tarde, virá se impor a nós. Desta expropriação, bem ou mal aplicada, dependerá o êxito definitivo ou o malogro temporário da revolução.

Com efeito, ninguém entre nós pode ignorar que toda tentativa de revolução está condenada de antemão se não responde aos interesses da grande maioria e não encontra meio de satisfazê-los. Não basta ter um nobre ideal. O homem não vive apenas de pensamentos elevados e discursos soberbos, precisa também de pão: o estômago tem mais direitos ainda que o cérebro, pois é ele que alimenta todo o organismo. Pois bem, se no dia seguinte à revolução, as massas populares tiverem apenas frases a seu favor, se não reconhecerem, por fatos de uma evidência radiante, cegante, que a situação se transformou em seu benefício, se a derrubada só resulta numa mudança de pessoas e de fórmulas, nada terá sido feito. Só restará uma desilusão a mais. E, de novo, colocar-nos-emos ao trabalho ingrato de Sísifo, empurrando seu eterno rochedo!

Para que a revolução seja mais do que uma palavra, para que a reação não nos reconduza, desde o dia seguinte, à situação da véspera, é preciso que a conquista do dia valha a pena ser defendida; é preciso que o miserável de ontem não seja mais miserável hoje. Lembrai-vos dos ingênuos republicanos de 1848, vindo colocar “três meses de miséria a serviço do governo provisório”.

Foi com entusiasmo que os três meses de miséria foram aceitos e não deixaram de pagá-los esgotado o tempo, mas por metralhas e deportações em massa. Os infelizes tinham a expectativa de que os penosos meses de espera bastassem para a redação destas leis de salvação, que deviam transformá-los em homens livres e assegurar-lhes, com o trabalho, o pão de cada dia. Ao invés de pedir, não teria sido mais seguro tomar? Ao invés de exhibir sua miséria não teria sido preferível pôr termo a ela? Não que a dedicação não seja uma grande e bela coisa, mas isto não é dedicar-se, é trair, abandonar a seus infelizes destinos todos aqueles que caminham conosco. Que os combatentes morram, é compreensível, mas que sua morte seja útil! Que os homens dedicados sacrifiquem-se, nada mais justo, todavia, que a multidão beneficie-se com o sacrifício destes valentes!

* * *

Apenas a expropriação geral pode satisfazer a multidão dos sofrendores e dos oprimidos. Ela deverá sair do domínio da teoria para entrar no da prática. Contudo, para que a expropriação responda ao princípio, que é suprimir a propriedade privada e tornar tudo de todos, é necessário que ela se realize em vastas proporções. Em pequena proporção, ver-se-ia apenas uma vulgar pilhagem; grande é o começo da reorganização social. Sem dúvida, seríamos completamente ignorantes das leis da história se imaginássemos que, de repente, todo um vasto país pudesse tornar-se nosso campo de experiência. A França, a Europa, o mundo, não se tornarão anarquistas por uma transformação repentina; mas sabemos também que, por um lado, a insanidade dos governantes, suas ambições, suas guerras, suas bancarrotas e, por outro, a propaganda incessante das idéias terão, por conseqüência, grandes rupturas de equilíbrio, isto é, revoluções. Nesses dias poderemos agir. Quantas vezes os revolucionários já foram surpreendidos,

deixando passar os acontecimentos sem utilizá-los para sua causa, vendo fugir a fortuna propícia sem dominá-la!

Pois bem, quando esses dias vierem — e cabe-vos apressar a vinda —, quando toda uma região, quando grandes cidades, com seus subúrbios, tiverem livrado-se de seus governantes, nossa obra estará traçada; é preciso que todos os instrumentos retornem à comunidade, que o haver social detido pelos particulares retorne a seu verdadeiro senhor, todo mundo, a fim de que cada um possa ter sua larga parte no consumo, que a produção possa continuar, em tudo o que ela tem de necessário e útil e que a vida social, longe de ser interrompida, possa restabelecer-se com a maior energia. Sem as hortas e os campos, que nos dão alimentos indispensáveis à vida, sem os celeiros, os entrepostos, as lojas, que encerram os produtos do trabalho acumulado, sem as fábricas e as oficinas que fornecem os tecidos, os metais beneficiados, os mil objetos da indústria e da Arte, assim como os meios de defesa, sem as ferrovias e outros meios de comunicação que nos permitem trocar nossos produtos com as comunas livres dos arredores e combinar nossos esforços para a resistência e para o ataque, estamos condenados por antecipação a perecer, sufocamos como o peixe fora d'água, que não pode mais respirar, ainda que se banhando por inteiro no imenso oceano de ar.

Lembremo-nos da grande greve dos mecânicos ferroviários ocorrida na América, há alguns anos. A grande massa do público reconhecia que a causa deles era justa; todo mundo estava cansado da insolência das companhias e felicitava-se de vê-las reduzidas à mercê de suas equipes. Quando estas, porém, senhoras das ferrovias e das locomotivas, negligenciaram servir-se delas, quando todo o movimento de trocas dos produtos encontrou-se interrompido, quando os víveres e as mercadorias de toda espécie dobraram de preço, a opinião pública mudou de opinião. “É preferível as companhias, que nos roubam e que nos oprimem, a estes grevistas ingênuos, que nos deixam morrer de fome!” Não o es-

queçamos! É preciso que todos os interesses da massa sejam salvaguardados e que suas necessidades, ao mesmo tempo que seus instintos de justiça, sejam plenamente satisfeitos.

Todavia, não basta reconhecer o princípio, é preciso aplicá-lo.

* * *

Repetem-nos com freqüência: “Tentai, portanto, tocar no pedaço de terra do camponês, na cabana do operário e vereis como eles vos receberão: a golpe de ancinho e a pontapés!” Muito bem! Porém, já o dissemos, não tocaremos no pedaço de terra nem na cabana. Não atacaremos nossos melhores amigos, aqueles que, hoje, sem saber, serão com certeza nossos aliados de amanhã. É em seu benefício que se fará a expropriação. Sabemos que há uma média de renda abaixo da qual se sofre de penúria, acima da qual se goza do supérfluo. Em cada cidade, em cada país, esta média difere; mas o instinto popular não se enganará com isto e, sem que seja necessário levantar estatísticas em um belo papel e encher de números toda uma série de volumes, o povo saberá encontrar o justo. Em nossa bela sociedade, é uma fraca minoria que se arroga a maior parte da renda nacional, que manda construir para si os palácios da cidade e do campo, que acumula nos bancos e sob seu nome as moedas, as cédulas e as papeladas de todos os tipos que representam a economia do trabalho público. Eis o que é preciso expropriar e, ao mesmo tempo, libertar-se o infeliz camponês, do qual, cada tufo de terra, está sobrecarregado por uma hipoteca; o pequeno lojista, que vive sempre com temor, prevendo notas promissórias, os problemas, a falência inevitável e toda esta multidão lamentável, que não tem o pão para o dia seguinte. Tivesse ela sido indiferente na véspera, pode toda esta multidão ignorar, no dia da expropriação, que depende dela permanecer livre ou recair na miséria e na eterna ansiedade? Ou, então, ainda terá a ingenuidade, ao invés de libertar-se, por si

mesma, de nomear um governo provisório de pessoas de mãos macias e bem falantes? Não terá ela uma pausa, sem que substitua os antigos senhores por novos? Que ela faça seu trabalho, se ele deve ser feito; que o confie a delegados, se preferir ser traída!

* * *

A razão não é tudo, sabemo-lo. Não basta que os interessados consigam reconhecer seu interesse, que é o de viver sem preocupações contínuas com o futuro e sem a humilhação de obedecer a senhores; é preciso, também, que as idéias tenham mudado em relação à propriedade e que a moral correspondente se tenha modificado, de acordo. É preciso compreender, sem hesitação nem reticência moral, que todos os produtos, o conjunto da economia e das ferramentas humanas devem-se ao trabalho solidário de todos e têm apenas um único proprietário, a humanidade. É preciso ver com clareza na propriedade privada o que ela é, na realidade, um roubo consciente ou inconsciente dos haveres de todos, e apoderar-se dele com alegria em proveito comum, quando soar a hora da reivindicação. Quando das revoluções anteriores, quando se tratava de substituir um rei da linhagem primogênita por um rei da linhagem cadete, ou de substituir advogados na “melhor das repúblicas”, os proprietários sucediam aos proprietários e o regime social em nada devia mudar. Também os cartazes: “Morte aos ladrões!”, que eram afixados na entrada de todos os palácios, estavam em perfeita harmonia com a moral comum, e muitos pobres diabos, por terem pegado uma moeda do rei, ou, até mesmo, talvez, um pão do padeiro, foram fuzilados, como exemplo da justiça do povo.

O digno guarda nacional, encarnando nele toda a infame solenidade das leis, que os açambarcadores redigiram para a defesa de suas propriedades, mostrava com orgulho o cadáver estendido sobre os degraus do palácio e seus camaradas o aclamavam

como um vingador do direito. Estes cartazes de 1830 e de 1848 não mais serão vistos sobre as muralhas das cidades insurretas. Não há roubo possível onde tudo pertence a todos. “Pegai e não desperdiçai nada, pois tudo isto vos pertence, e precisareis disso”. Porém, destruí, sem demora, tudo o que deve ser derrubado, as bastilhas e as prisões, os fortes voltados contra as cidades, e os bairros insalubres onde, por muito tempo, haveis respirado um ar carregado de veneno. Instalai-vos nos palácios e nas mansões, e fazei um fogo de alegria dos amontoados de tijolos e madeira bichada, que foram vossas sentinas. O instinto de destruição, tão natural e justo, porque é ao mesmo tempo o instinto da renovação, estará amplamente satisfeito. Quanta velharia a substituir! Não deve tudo ser refeito: as casas, as cidades, o ferramental agrícola e industrial, enfim, o material de toda a sociedade?

A cada grande acontecimento da história corresponde uma certa evolução na moral humana. É certo que a moral dos iguais não é a mesma que a do rico caridoso e do pobre agradecido. A um novo mundo é necessária uma nova lei, e é um mundo novo que se anuncia. Nossos próprios adversários não repetem sem cessar que: “Os deuses se vão! Os reis se vão! O prestígio da autoridade desaparece.” E quem substituirá os deuses, os reis, os padres, senão o indivíduo livre, confiante em sua força? A fé ingênua se vai. É a vez da ciência! A ociosidade e a caridade desaparecem. É a vez da justiça!



ERRICO MALATESTA

(1853-1932)

PROGRAMA ANARQUISTA

1903

Errico Malatesta

O presente texto foi publicado em 1903, sob o título Nosso Programa, por um grupo italiano dos Estados Unidos. Em 1920, ele foi inteiramente aceito pelo congresso da Unione Anarchica Italiana de 1 a 4 de julho. O primeiro parágrafo não aparece em 1920 e os subtítulos são, ao contrário, dessa época.

Nada temos a dizer de novo. A propaganda não é, e não pode ser, senão a repetição contínua, incansável, dos princípios que devem servir-nos de guia na conduta que devemos seguir nas diferentes circunstâncias da vida.

Repetiremos, portanto, com termos mais ou menos diferentes, mas no fundo constantes, nosso velho programa socialista-anarquista-revolucionário.

O programa da União Anarquista Italiana é o programa anarquista-comunista revolucionário. Há meio século ele foi proposto na Itália, no seio da Internacional, sob o nome de programa socialista. Mais tarde, tomou o nome de socialista-anarquista, como reação contra a degenerescência crescente, autoritária e parlamentar, do movimento socialista. Em seguida, finalmente, denominaram-no anarquista.

1. *O que queremos.*

Acreditamos que a maioria dos males que afligem os homens decorre da má organização social; e que os homens, por sua vontade e seu saber, podem fazê-los desaparecer.

A sociedade atual é o resultado das lutas seculares que os homens empreenderam entre si. Desconheceram as vantagens que podiam resultar para todos da cooperação e da solidariedade. Viram em cada um de seus semelhantes (exceto, no máximo, os membros de sua família) um concorrente e um inimigo. E procuraram açambarcar, cada um por si, a maior quantidade de prazeres possível, sem se preocupar com os interesses alheios.

Nesta luta, é óbvio, os mais fortes e os mais afortunados deviam vencer, e, de diferentes maneiras, explorar e oprimir os vencidos.

Enquanto o homem não foi capaz de produzir mais do que o estritamente necessário para sua sobrevivência, os vencedores só podiam afugentar e massacrar os vencidos, e apoderar-se dos alimentos produzidos.

Em seguida — quando, com a descoberta da pecuária e da agricultura, o homem soube produzir mais do que precisava para viver — os vencedores acharam mais cômodo reduzir os vencidos à servidão e fazê-los trabalhar para eles.

Mais tarde, os vencedores acharam mais vantajoso, mais eficaz e mais seguro explorar o trabalho alheio por outro sistema: conservar para si a propriedade exclusiva da terra e de todos os instrumentos de trabalho, e conceder uma liberdade aparente aos deserdados. Estes, não tendo os meios para viver, eram obrigados a recorrer aos proprietários e a trabalhar para eles, sob as condições que lhes fixavam.

Deste modo, pouco a pouco, através de uma rede complicada de lutas de todos os tipos, invasões, guerras, rebeliões, repressões, concessões feitas e retomadas, associação dos vencidos,

unidos para defender-se, e dos vencedores, para atacar, chegou-se ao estado atual da sociedade, em que alguns homens detêm hereditariamente a terra e todas as riquezas sociais, enquanto a grande massa, privada de tudo, é frustrada e oprimida por um punhado de proprietários.

Disto depende o estado de miséria em que se encontram geralmente os trabalhadores, e todos os males decorrentes: ignorância, crime, prostituição, definhamento físico, abjeção moral, morte prematura. Daí a constituição de uma classe especial (o governo) que, provida dos meios materiais de repressão, tem por missão legalizar e defender os proprietários contra as reivindicações do proletariado. Ela se serve, em seguida, da força que possui para arrogar-se privilégios e submeter, se puder fazê-lo, à sua própria supremacia, a classe dos proprietários. Disso decorre a formação de outra classe especial (o clero), que por uma série de fábulas relativas à vontade de Deus, à vida futura etc., procura conduzir os oprimidos a suportarem docilmente o opressor, o governo, os interesses dos proprietários e os seus próprios. Daí decorre a formação de uma ciência oficial que é, em tudo o que pode servir aos interesses dos dominadores, a negação da verdadeira ciência. Daí o espírito patriótico, os ódios raciais, as guerras e as pazes armadas, mais desastrosas do que as próprias guerras. O amor transformado em negócio ignóbil. O ódio mais ou menos latente, a rivalidade, a desconfiança, a incerteza e o medo entre os seres humanos.

Queremos mudar radicalmente tal estado de coisas. E visto que todos estes males derivam da busca do bem-estar perseguido por cada um por si e contra todos, queremos dar-lhe uma solução, substituindo o ódio pelo amor, a concorrência pela solidariedade, a busca exclusiva do bem-estar pela cooperação, a opressão pela liberdade, a mentira religiosa e pseudo-científica pela verdade.

Em conseqüência:

1) Abolição da propriedade privada da terra, das matérias-primas e dos instrumentos de trabalho — para que ninguém dis-

ponha de meio de vida pela exploração do trabalho alheio —, e que todos, assegurados dos meios de produção e de vida, sejam de fato independentes e possam associar-se livremente, uns aos outros, no interesse comum e conforme as simpatias pessoais.

2) Abolição do governo e de todo poder que faça a lei para impô-la aos outros: portanto, abolição das monarquias, repúblicas, parlamentos, exércitos, polícias, magistraturas e toda instituição que possua meios coercitivos.

3) Organização da vida social por meio das associações livres e das federações de produtores e consumidores, criadas e modificadas segundo a vontade dos membros, guiadas pela ciência e pela experiência, liberta de toda obrigação que não derive das necessidades naturais, às quais todos se submetem de bom grado quando reconhecem seu caráter inelutável.

4) Garantia dos meios de vida, desenvolvimento, bem-estar às crianças e a todos aqueles que são incapazes de prover sua existência.

5) Guerra às religiões e a todas as mentiras, mesmo que elas se ocultem sob o manto da ciência. Instrução científica para todos, até os graus mais elevados.

6) Guerra ao patriotismo. Abolição das fronteiras, fraternidade entre todos os povos.

7) Reconstrução da família, de tal forma que ela resulte da prática do amor, liberto de todo laço legal, de toda opressão econômica ou física, de todo preconceito religioso.

Tal é o nosso ideal.

2. *Vias e meios.*

Até agora expusemos o objetivo que queremos atingir, o ideal pelo qual lutamos.

Mas não basta desejar uma coisa: se se quer obtê-la, é preciso, sem dúvida, empregar os meios adaptados à sua realização.

É esses meios não são arbitrários: derivam necessariamente dos fins a que nos propomos e das circunstâncias nas quais lutamos. Enganando-nos na escolha dos meios, não alcançamos o objetivo contemplado, ao contrário, afastamo-nos dele rumo a realidades freqüentemente opostas, e que são a consequência natural e necessária aos métodos que empregamos. Quem se põe a caminho e se engana de estrada, não vai aonde quer, mas aonde o conduz o caminho tomado.

É preciso dizer quais são os meios que, segundo nossa opinião, conduzem ao nosso ideal, e que tencionamos empregar.

Nosso ideal não é daqueles cuja plena realização depende do indivíduo considerado de modo isolado. Trata-se de mudar o modo de viver em sociedade: estabelecer entre os homens relações de amor e de solidariedade, realizar a plenitude do desenvolvimento material, moral e intelectual, não para o indivíduo isolado, não para os membros de certa classe ou de certo partido, mas para todos os seres humanos. Esta transformação não é medida que se possa impor pela força; deve surgir da consciência esclarecida de cada um, para manifestar-se, de fato, pelo livre consentimento de todos.

Nossa primeira tarefa deve ser, portanto, persuadir as pessoas.

É necessário atrair a atenção dos homens para os males que sofrem, e para a possibilidade de destruí-los. É preciso que suscitemos em cada um a simpatia pelos sofrimentos alheios, e o vivo desejo pelo bem de todos.

A quem tem fome e frio, mostraremos que seria possível e fácil assegurar a todos a satisfação das necessidades materiais. A quem é oprimido e desprezado, diremos como se pode viver de modo feliz em uma sociedade de livres e iguais. A quem é atormentado pelo ódio e pelo rancor, indicaremos o caminho para encontrar o amor por seus semelhantes, a paz e a alegria do coração.

É quando tivermos obtido êxito em disseminar na alma dos homens o sentimento da revolta contra os males injustos e inevitáveis, dos quais se sofre na sociedade atual, e em fazer compreender quais são suas causas e como depende da vontade humana eliminá-las; quando tivermos inspirado o desejo vivo e ardente de transformar a sociedade para o bem de todos, então os convictos, por impulso próprio e pela persuasão daqueles que os precederam na convicção, unir-se-ão, desejarão e poderão pôr em prática o ideal comum.

Seria — já o dissemos — absurdo e em contradição com nosso objetivo querer impor a liberdade, o amor entre os homens, o desenvolvimento integral de todas as faculdades humanas pela força. É preciso contar com a livre vontade dos outros, e a única coisa que podemos fazer é provocar a formação e a manifestação desta vontade. Mas seria da mesma forma absurdo e em contradição com nosso objetivo admitir que aqueles que não pensam como nós impedem-nos de realizar nossa vontade, visto que não os privamos do direito a uma liberdade igual à nossa.

Liberdade a todos para propagar e experimentar suas próprias idéias, sem outros limites senão os que resultam naturalmente da igual liberdade de todos.

Mas a isto se opõem, pela força brutal, os beneficiários dos privilégios atuais, que dominam e regulam toda a vida social presente.

Eles controlam todos os meios de produção: suprimem, assim, não apenas a possibilidade de aplicar novas formas de vida social, o direito dos trabalhadores de viverem livremente de seu trabalho, mas também o próprio direito à existência. Obrigam os não-proprietários a se deixarem explorar e oprimir, se não quiserem morrer de fome.

Os privilegiados têm as polícias, as magistraturas, os exércitos, criados de propósito para defendê-los, e para perseguir, encarcerar, massacrar os oponentes.

Mesmo deixando de lado a experiência histórica — que nos demonstra que nunca uma classe privilegiada despojou-se, total ou parcialmente, de seus privilégios, e que nunca um governo abandonou o poder sem ser obrigado a fazê-lo pela força —, os fatos contemporâneos bastam para convencer quem quer que seja de que os governos e os burgueses procuram usar a força material para sua defesa, não apenas contra a expropriação total, mas contra as mínimas reivindicações populares, e estão sempre prontos a recorrer às perseguições mais atrozes, aos massacres mais sangrentos.

Ao povo que quer se emancipar, só resta uma saída: opor violência à violência.

Disso resulta que devemos trabalhar para despertar nos oprimidos o vivo desejo de uma transformação radical da sociedade, e persuadi-los de que, unindo-se, possuem a força de vencer. Devemos propagar nosso ideal e preparar as forças morais e materiais necessárias para vencer as forças inimigas e organizar a nova sociedade. Quando tivermos força suficiente, deveremos, aproveitando as circunstâncias favoráveis que se produzirão, ou que nós mesmos provocaremos, fazer a revolução social: derrubar pela força o governo, expropriar pela força os proprietários, tornar comuns os meios de subsistência e de produção, e impedir que novos governantes venham impor sua vontade e opor-se à reorganização social, feita diretamente pelos interessados.

Tudo isso é, entretanto, menos simples do que parece à primeira vista. Relacionamo-nos com os homens tais como são na sociedade atual, em condições morais e materiais muito desfavoráveis; e nos enganaríamos ao pensar que a propaganda é suficiente para elevá-los ao patamar do desenvolvimento intelectual e moral necessário à realização de nosso ideal.

Entre o homem e a ambiência social há uma ação recíproca. Os homens fazem a sociedade tal como é, e a sociedade faz os homens tais como são, resultando disso um tipo de círculo vicioso:

para transformar a sociedade é preciso transformar os homens, e para transformar os homens é preciso transformar a sociedade.

A miséria embrutece o homem e, para destruir a miséria, é preciso que os homens possuam a consciência e a vontade. A escravidão ensina os homens a serem servís, e para libertar-se da escravidão é preciso homens que aspirem à liberdade. A ignorância faz com que os homens não conheçam as causas de seus males e não saibam remediar esta situação; para destruir a ignorância, seria necessário que os homens tivessem tempo e meios de se instruírem.

O governo habitua as pessoas a sofrer a lei e crer que ela é necessária à sociedade; para abolir o governo é preciso que os homens estejam persuadidos da inutilidade e da nocividade dele.

Como sair deste impasse?

Felizmente, a sociedade atual não foi formada pela clara vontade de uma classe dominante que teria sabido reduzir todos os dominados ao estado de instrumentos passivos, inconscientes de seus interesses. A sociedade atual é a resultante de mil lutas intestinas, mil fatores naturais e humanos, agindo ao acaso, sem direção consciente; enfim, não há nenhuma divisão clara, absoluta, entre indivíduos, nem entre classes.

As variedades das condições materiais são infinitas; infinitos os graus de desenvolvimento moral e intelectual. É até mesmo muito raro que a função de cada um na sociedade corresponda às suas faculdades e às suas aspirações. Com freqüência, homens caem em condições inferiores àquelas que eram as suas; outros, por circunstâncias particularmente favoráveis, conseguem elevar-se acima do nível em que nasceram. Uma parte considerável do proletariado já conseguiu sair do estado de miséria absoluta, embrutecedora, a que nunca deveria ter sido reduzido. Nenhum trabalhador, ou quase nenhum, encontra-se em estado de inconsciência completa, de aquiescência total às condições criadas pelos patrões. E as próprias instituições, que são produtos da his-

tória, contêm contradições orgânicas que são como germes letais, cujo desenvolvimento traz a dissolução da estrutura social e a necessidade de sua transformação.

Assim, a possibilidade de progresso existe. Mas não a possibilidade de conduzir, somente pela propaganda, todos os homens ao nível necessário para que possamos realizar a anarquia, sem uma transformação gradual prévia do meio.

O progresso deve caminhar simultânea e paralelamente entre os indivíduos e no meio social. Devemos aproveitar todos os meios, todas as possibilidades, todas as ocasiões que o meio atual nos deixa para agir sobre os homens e desenvolver sua consciência e suas aspirações. Devemos utilizar todos os progressos realizados na consciência dos homens para levá-los a reclamar e impor as maiores transformações sociais hoje possíveis, ou aquelas que melhor servirão para abrir caminho a progressos ulteriores.

Não devemos apenas esperar poder realizar a anarquia; e, enquanto esperamos, limitar-nos à propaganda pura e simples. Se agirmos assim, teremos, em breve, esgotado nosso campo de ação. Teremos convencido, sem dúvida, todos aqueles a que as circunstâncias do meio atual tornam suscetíveis de compreender e aceitar nossas idéias, todavia, nossa propaganda ulterior permaneceria estéril. E, mesmo que as transformações do meio elevassem novas camadas populares à possibilidade de conceber novas idéias, isto aconteceria sem nosso trabalho, e mesmo contra, em prejuízo, como conseqüência, de nossas idéias.

Devemos fazer com que o povo, em sua totalidade e em suas diferentes frações, exija, imponha e realize, ele próprio, todas as melhorias, todas as liberdades que deseja, na medida que concebe a necessidade disso e que adquire a força para impô-las. Assim, propagando sempre nosso programa integral e lutando de forma incessante por sua completa realização, devemos incitar o povo a reivindicar e a impor cada vez mais, até que ele consiga a sua emancipação definitiva.

3. *A luta econômica.*

A opressão que hoje pesa de forma mais direta sobre os trabalhadores, e que é a causa principal de todas as sujeições morais e materiais que eles sofrem, é a opressão econômica, quer dizer, a exploração que os patrões e os comerciantes exercem sobre o trabalho, graças ao açambarcamento de todos os grandes meios de produção e de troca.

Para suprimir radicalmente e sem retorno possível esta exploração, é preciso que o povo, em seu conjunto, esteja convencido de que possui o uso dos meios de produção, e que aplica este direito primordial explorando aqueles que monopolizam o solo e a riqueza social, para colocá-los à disposição de todos.

Todavia, é possível passar direto, sem graus intermediários, do inferno onde vive hoje o proletariado, ao paraíso da propriedade comum? A prova de que o povo ainda não é capaz, é que ele não o faz. O que fazer para chegar à expropriação?

Nosso objetivo é preparar o povo, moral e materialmente, para esta expropriação necessária; é tentar e renovar a tentativa, tantas vezes quantas a agitação revolucionária nos der a ocasião para fazê-lo, até o triunfo definitivo. Mas de que maneira podemos preparar o povo? De que maneira podemos realizar as condições que tornarão possível, não somente o fato material da expropriação, mas a utilização, em vantagem de todos, da riqueza comum?

Nós dissemos mais acima que a propaganda, oral ou escrita, sozinha, é impotente para conquistar para as nossas idéias toda a grande massa popular. É preciso uma educação prática, que seja alternadamente causa e resultado da transformação gradual do meio. Devemos desenvolver pouco a pouco nos trabalhadores o senso da rebelião contra as sujeições e os sofrimentos inúteis dos quais são vítimas, e o desejo de melhorar suas condições. Unidos e solidários, lutarão para obter o que desejam.

É nós, como anarquistas e como trabalhadores, devemos incitá-los e encorajá-los à luta, e lutar com eles.

Mas estas melhorias são possíveis em regime capitalista? Elas são úteis do ponto de vista da futura emancipação integral pela revolução?

Quaisquer que sejam os resultados práticos da luta pelas melhorias imediatas, sua principal utilidade reside na própria luta. É por ela que os trabalhadores aprendem a defender seus interesses de classe, compreendem que os patrões e os governantes têm interesses opostos aos seus, e que não podem melhorar suas condições, e ainda menos emancipar-se, senão unindo-se entre si e tornando-se mais fortes do que os patrões. Se conseguirem obter o que desejam, viverão melhor. Ganharão mais, trabalharão menos, terão mais tempo e força para refletir sobre as coisas que os interessam; e eles sentirão de repente desejos e necessidades maiores. Se não obtiverem êxito, serão levados a estudar as causas de seu fracasso e reconhecer a necessidade de maior união, maior energia; e compreenderão, enfim, que para vencer, segura e definitivamente, é preciso destruir o capitalismo. A causa da revolução, a causa da elevação moral dos trabalhadores e de sua emancipação só pode ganhar, visto que os operários unem-se e lutam por seus interesses.

Todavia, uma vez mais, é possível que os trabalhadores consigam, no estado atual em que as coisas se encontram, melhorar de fato suas condições? Isto depende do concurso de uma infinidade de circunstâncias. Apesar do que dizem alguns, não existe nenhuma lei natural (lei dos salários) que determine a parte que vai para o trabalhador sobre o produto de seu trabalho. Ou, se se quiser formular uma lei, ela não poderia ser senão a seguinte: o salário não pode descer *normalmente* abaixo do que é necessário à conservação da vida, e não pode *normalmente* se elevar a ponto de não dar mais nenhum lucro ao patrão. É óbvio que, no primeiro caso, os operários morreriam, e, assim, não receberiam mais

salário; no segundo caso, os patrões deixariam de fazer trabalhar e, em conseqüência, não pagariam mais nada. Mas entre estes dois extremos impossíveis, há uma infinidade de graus, que vão das condições quase animais de muitos trabalhadores agrícolas, até aquelas quase decentes dos operários, em boas profissões, nas grandes cidades.

O salário, a duração da jornada de trabalho e todas as outras condições de trabalho são o resultado das lutas entre patrões e operários. Os primeiros procuram pagar aos trabalhadores o mínimo possível e fazê-los trabalhar até o esgotamento completo; os outros esforçam-se, ou deveriam esforçar-se, em trabalhar o mínimo e ganhar o máximo possível. Onde os trabalhadores se contentam com qualquer coisa e, mesmo descontentes, não sabem opor resistência válida aos patrões, são em pouco tempo reduzidos à condição de vida quase animal. Ao contrário, onde têm elevada idéia do que deveriam ser as condições de existência dos seres humanos, onde sabem unir-se e, pela recusa ao trabalho e pela ameaça latente ou explícita da revolta, impor respeito aos patrões, são tratados de maneira relativamente suportável. Assim, pode-se dizer que, em certa medida, o salário é o que o operário exige, não como indivíduo, mas como classe.

Lutando, resistindo aos patrões, os assalariados podem opor-se, até certo ponto, à agravação de sua situação, e, até mesmo, obter melhorias reais. A história do movimento operário já demonstrou esta verdade.

Não se deve, contudo, exagerar o alcance destas lutas entre explorados e exploradores no terreno exclusivamente econômico. As classes dirigentes podem ceder, e cedem amiúde, às exigências operárias expressadas com energia, enquanto não são muito grandes. Entretanto, quando os assalariados começam — e é urgente que eles o façam — a reivindicar aumentos tais que absorveriam todo o lucro patronal e constituiriam, assim, uma expropriação indireta, é certo que os patrões apelariam ao go-

verno e procurariam reconduzir os operários, pela violência, às condições de todos os escravos assalariados.

É antes, bem antes que os operários possam reivindicar o recebimento, em compensação ao seu trabalho, do equivalente a tudo que produziram, a luta econômica torna-se impotente para assegurar melhor destino.

Os operários produzem tudo, e sem o seu trabalho não se pode viver. Parece que, recusando trabalhar, os trabalhadores poderiam impor todas as suas vontades. Mas a união de todos os trabalhadores, mesmo de uma única profissão, em um único país, é dificilmente realizável: à união dos operários opõe-se a união dos patrões. Os primeiros vivem com o mínimo para sobreviver no dia-a-dia e, se fazem greve, falta-lhes o pão logo a seguir. Os outros dispõem, por meio do dinheiro, de tudo o que foi produzido; podem esperar que a fome reduza os assalariados à sua mercê. A invenção ou a introdução de novas máquinas torna inútil o trabalho de grande número de trabalhadores, aumentando o exército dos desempregados, que a fome obriga a se venderem a qualquer preço. A imigração traz, de repente, nos países onde as condições são mais favoráveis, multidões de trabalhadores famintos que, bem ou mal, dão ao patronato o meio de reduzir os salários. E todos estes fatos, resultando necessariamente do sistema capitalista, conseguem contrabalançar o progresso da consciência e da solidariedade operária. Amiúde, eles têm efeito mais rápido do que esse progresso que eles detêm e destroem. Desta forma, resta sempre este fato primordial segundo o qual a produção no sistema capitalista está organizada por cada empregador para seu proveito pessoal, não para satisfazer as necessidades dos trabalhadores.

A desordem, o desperdício das forças humanas, a penúria organizada, os trabalhos nocivos e insalubres, o desemprego, o abandono das terras, a subutilização das máquinas etc., são tantos males que só podemos evitar retirando dos capitalistas os meios de produção, e, por via de consequência, a direção da produção.

Os operários que se esforçam para emancipar-se, ou aqueles que de fato procuram melhorar suas condições, devem rapidamente se defender do governo, atacá-lo, pois ele legitima e sustenta, pela força brutal, o direito de propriedade; ele é obstáculo ao progresso, obstáculo que deve ser destruído se não se quiser permanecer indefinidamente nas atuais condições, ou em outras ainda piores.

Da luta econômica deve-se passar à luta política, quer dizer, contra o governo. Em vez de opor aos milhões dos capitalistas os poucos centavos reunidos penosamente pelos operários, é preciso opor aos fuzis e aos canhões que defendem a propriedade os melhores meios que o povo encontrar para vencer a força pela força.

4. *A luta política.*

Por luta política entendemos a luta contra o governo. O governo é o *conjunto* dos indivíduos que detêm o poder de fazer a lei e impô-la aos governados, isto é, ao público.

O governo é a consequência do espírito de dominação e violência que homens impuseram a outros homens, e, ao mesmo tempo, é a criatura e o criador dos privilégios, e também seu defensor natural.

É falso dizer que o governo desempenha hoje o papel de protetor do capitalismo, e que, este último tendo sido abolido, tornar-se-ia o representante e o gerente dos interesses de todos. Antes de mais nada, o capitalismo não será destruído enquanto os trabalhadores, tendo se livrado do governo, não tiverem se apoderado de toda a riqueza social e organizado, eles próprios, a produção e o consumo, no interesse de todos, sem esperar que a iniciativa venha do governo, que, de resto, é incapaz de fazê-lo.

Se a exploração capitalista fosse destruída, e o princípio governamental conservado, então, o governo, distribuindo todos os tipos de privilégios, não deixaria de restabelecer um novo capita-

lismo. Não podendo contentar todo mundo, o governo necessitaria de uma classe economicamente poderosa para sustentá-lo, em troca da proteção legal e material que ela receberia dele.

Não se pode abolir os privilégios e estabelecer de modo definitivo a liberdade e a igualdade social sem pôr fim ao Governo, não a este ou àquele governo, mas à própria instituição governamental.

Nisso, assim como em tudo o que concerne ao interesse geral, e mais ainda a este último, é preciso o consentimento de todos. Eis por que devemos esforçar-nos para persuadir as pessoas de que o governo é inútil e nocivo, e de que se vive melhor sem ele. Mas, como já o dissemos, a propaganda sozinha é impotente para alcançar tudo isso; e se nos contentássemos em pregar contra o governo, esperando, de braços cruzados, o dia em que as pessoas estariam convencidas da possibilidade e da utilidade de abolir por completo toda espécie de governo, este dia nunca chegaria.

Denunciando sempre esta espécie de governo, exigindo sempre a liberdade integral, devemos favorecer todo combate por liberdades parciais, convictos de que é pela luta que se aprende a lutar. Começando a experimentar a liberdade, acaba-se por desejá-la inteiramente. Devemos sempre estar com o povo; e quando não conseguirmos fazer com que deseje muito, devemos fazer com que, pelo menos, ele comece a exigir alguma coisa. E devemos nos esforçar para que ele aprenda a obter por si mesmo o que quer — pouco ou muito —, e a odiar e a desprezar quem quer que vá ou queira fazer parte do governo.

Visto que o governo detém, hoje, o poder de regular por leis a vida social, ampliar ou restringir a liberdade dos cidadãos, e visto que ainda não podemos arrancar-lhe esse poder, devemos procurar enfraquecê-lo e obrigá-lo a fazer uso dele o menos perigosamente possível. Todavia, esta ação, devemos fazê-la sempre de fora e contra o governo, pela agitação na rua, ameaçando

tomar pela força o que se exige. Jamais deveremos aceitar uma função legislativa, seja ela nacional ou local, pois, assim agindo, diminuiríamos a eficácia de nossa ação e trairíamos o futuro de nossa causa.

A luta contra o governo consiste, em última análise, em luta física e material.

O governo faz a lei. Deve, portanto, dispor de força material (exército e polícia) para impor a lei. De outra forma, obedeceria quem quisesse, e não existiria mais lei, mas uma simples proposição, que qualquer um seria livre para aceitar ou recusar. Os governos possuem esta força e servem-se dela para reforçar sua dominação, no interesse das classes privilegiadas, oprimindo e explorando os trabalhadores.

O único limite à opressão governamental é a força que o povo se mostra capaz de opor-lhe. Pode haver conflito, aberto ou latente, mas sempre há conflito. Isso se dá porque o governo não pára diante do descontentamento e da resistência populares senão quando sente o perigo de uma insurreição.

Quando o povo submete-se docilmente à lei, ou o protesto permanece fraco e platônico, o governo acomoda-se, sem se preocupar com as necessidades do povo. Quando o protesto é vivo, insiste e ameaça, o governo, segundo seu humor, cede ou reprime. Mas é preciso sempre chegar à insurreição, porque se o governo não cede, o povo acaba por rebelar-se; e se ele cede, o povo adquire confiança em si mesmo e exige cada vez mais, até que a incompatibilidade entre a liberdade e a autoridade seja evidente e desencadeie o conflito.

É necessário preparar-se moral e materialmente para que, quando a luta violenta eclodir, a vitória fique com o povo.

A insurreição vitoriosa é o fato mais eficaz para a emancipação popular, porque o povo, depois de ter destruído o jugo, torna-se livre para entregar-se às instituições que ele crê serem as melhores. A distância que existe entre a lei (sempre retarda-

tária) e o nível de civismo que a massa da população alcançou, pode ser superada com um salto. A insurreição determina a revolução, isto é, a atividade rápida das forças latentes acumuladas durante a evolução precedente.

Tudo depende do que o povo é capaz de querer.

Nas insurreições passadas, o povo, inconsciente das verdadeiras causas de seus males, sempre quis bem pouco, e conseguiu bem pouco.

O que desejará nas próximas insurreições?

Isso depende em grande parte do valor de nossa propaganda e da energia que formos capazes de mostrar.

Deveremos incitar o povo a expropriar os proprietários e a tornar comuns seus bens, organizar, ele próprio, a vida social, por associações livremente constituídas, sem esperar ordens de ninguém, recusar nomear ou reconhecer qualquer governo e qualquer corpo constituído (Assembléia, Ditadura etc) que se atribuíssem, mesmo a título provisório, o direito de fazer a lei e impor aos outros sua vontade, pela força.

Se a massa popular não responde ao nosso apelo, deveremos, em nome do direito que temos de ser livres, mesmo se os outros desejarem permanecer escravos, para dar o exemplo, aplicar o máximo possível nossas idéias: não reconhecer o novo governo, manter viva a resistência, fazer com que as comunas, onde nossas idéias são recebidas com simpatia, rejeitem toda ingerência governamental e continuem a viver a seu modo.

Deveremos, principalmente, opor-nos por todos os meios à reconstituição da polícia e do exército, e aproveitar toda ocasião propícia para incitar os trabalhadores a utilizar a falta de forças repressivas para impor o máximo de reivindicações.

Qualquer que seja o resultado da luta, é preciso continuar a combater, sem trégua, os proprietários, os governantes, tendo sempre em vista a completa emancipação econômica e moral de toda a humanidade.

5. *Conclusão.*

Desejamos abolir de forma radical a dominação e a exploração do homem pelo homem. Queremos que os homens, unidos fraternalmente por uma solidariedade consciente, cooperem de modo voluntário com o bem-estar de todos. Queremos que a sociedade seja constituída com o objetivo de fornecer a todos os meios de alcançar igual bem-estar possível, o maior desenvolvimento possível, moral e material. Desejamos para todos pão, liberdade, amor e saber.

Para isso, estimamos necessário que os meios de produção estejam à disposição de todos e que nenhum homem, ou grupo de homens, possa obrigar outros a obedecerem à sua vontade, nem exercer sua influência de outro modo senão pela argumentação e pelo exemplo.

Em consequência: expropriação dos detentores do solo e do capital em proveito de todos e abolição do governo.

Enquanto se espera: propaganda do ideal; organização das forças populares; combate contínuo, pacífico ou violento, segundo as circunstâncias, contra o governo e contra os proprietários, para conquistar o máximo possível de liberdade e bem-estar para todos.

POSFÁCIO

Milton Tavares

Mundo Louco: Que música é essa? Que letra é essa?

ou

PÁRA o mundo, que eu quero descer:

Reflexões de um Sindicalista *pseudoquasianarquista*

Quando vejo/penso o mundo através da magia do tempo que passeia pelos meus 58 anos, percebo que faço parte da História, tão grande as mudanças vividas na companhia, ou na cumplicidade, desse mundo louco. Mudanças, em sua maioria, no sentido contrário ao pretendido e buscado.

Você está convidado(a) a fazer aqui uma breve viagem através do tempo e do espaço, da História e da Filosofia, do individual e do coletivo. Uma viagem rumo à cantada e decantada sociedade justa e fraterna onde homens e mulheres realizam seus potenciais de harmonia e felicidade e onde não existe exploração de alguns sobre outros. Um brinde a todos aqueles que embarcaram nesse trem, sem perder a esperança do seu destino.

A viagem, que será contada por décadas, tem início no ano de 1954 em Campos dos Goytacazes, norte fluminense. O ano da morte de Getúlio Vargas, o “pai dos pobres”. Pelo sim pelo não, de um jeito ou de outro, mesmo que o Getúlio não tenha nada a

ver com isso, parece que realmente a pobreza do mundo iniciava um caminho rumo à orfandade.

Durante dez anos vivi entre a cidade de Campos e a capital Niterói e minha memória registra a impressão de um mundo feito de árvores para trepar e pegar frutas, quintais de casas para correr e brincar, pessoas felizes e simpáticas para conviver e escolas agradáveis onde aprendíamos coisas interessantes. Era um mundo bom de viver! Havia mazelas, injustiças, ricos e pobres, mas também havia respeito e dignidade em abundância, que eram os principais nutrientes de um homem honrado. A pobreza não era tão miserável!

A 2ª guerra ficara para trás e tínhamos um mundo novo para reconstruir. No Brasil, Juscelino Kubitschek fazia “cinquenta anos em cinco”, trazendo sonhos de modernidade e de recursos materiais para uma vida mais agradável e confortável através de incrível desenvolvimento econômico e relativa estabilidade política. A Bossa Nova dos anos JK mostrava, tanto na música quanto na letra, como a vida pode ser tranquila e feliz. Assim, lembramos de João Gilberto na composição de Roberto Menescal o Ronaldo Bôscoli:

*Dia de luz
Festa do sol
E o barquinho a deslizar
No macio azul do mar
Tudo é verão
O amor se faz
Num barquinho pelo mar
Que desliza sem parar
Sem intenção
Nossa canção
Vai saindo desse mar
E o sol
...*

*Tudo isso é paz
Tudo isso traz
Uma calma de verão
E então
O barquinho vai
A tardinha cai
O barquinho vai*

Céu tão azul, ilhas do sul, e o barquinho é um coração deslizando na canção. Enquanto isso as reformas de base de João Goulart inspiravam a classe trabalhadora. Reforma agrária, restrição de remessa de lucros, alterações bancárias e fiscais, promessas de melhores salários. Havia organização nos sindicatos, no movimento estudantil, no campo e na cidade. Era fácil sorrir nesses tempos!

Mas como nem tudo são flores, a guerra fria entre os EUA e a URSS começava a fazer vítimas e duas semanas após completar dez anos de idade, em 1964, vi o golpe militar e o *barquinho* afundar. Adeus reformas, adeus democracia, adeus socialismo, adeus direitos, adeus...

O mundo tornara-se pesado, com tanques e soldados para todo lado. As pessoas ficaram sérias, tensas e preocupadas. Quando perguntava o que estava acontecendo diziam-me para não falar no assunto, pois era muito perigoso. Mas alguma coisa em minha cabeça não calava e, embora criança, consegui aprender alguma coisa sobre comunismo e socialismo. E o pior é que gostei da ideia, começando acreditar que o mundo seria um dia comunista.

O ano mágico de 1968, que segundo Zuenir Ventura não termina, contou com diversos movimentos de liberalização política e de liberdades culturais: em 5 de janeiro vibramos com a PRIMAVERA DE PRAGA, ainda em janeiro comemoramos derrotas dos EUA no Vietnã e apoiamos o movimento hippie de PAZ e AMOR contra as guerras, em fevereiro estudantes ocupam universidades na Espanha e Itália e um consulado americano na Ale-

manha, no famoso mês de maio os protestos de estudantes e trabalhadores em Paris traziam-nos à memória os ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade” da Revolução Francesa! Cantávamos com *Alegria e Alegria* o hino tropicalista de Caetano Veloso:

*Caminhando contra o vento
Sem lenço e sem documento
No sol de quase dezembro
Eu vou.*

...

*Por entre fotos e nomes
Os olhos cheios de cores
O peito cheio de amores vãos
Eu vou.
Por que não, por que não...*

Em junho, no Rio de Janeiro, fizemos a PASSEATA DOS CEM MIL e Geraldo Vandré, *Prá Não Dizer Que Não Falou De Flores*, nos alertou:

*Vem vamos embora, que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer...*

Mas os *soldados armados amados ou não* de todo o mundo iriam reagir e ao longo do segundo semestre assistiríamos a um recrudescimento violento contra todos esses movimentos. No Brasil o ano termina antes do natal, em 13 de dezembro, com ato institucional número 5, o “terrível” AI-5. Fechamento do Congresso, mais cassações, mais exílios, mais desaparecidos. Mais Mortes...

As músicas eram censuradas e era preciso enganar a ditadura, como fez Taiguara em 1969, fingindo tratar do amor a uma mulher quando, na verdade, falava dos nossos sonhos e do amor à pátria-livre:

Hoje

Trago em meu peito as marcas do meu peito

Meu desespero a vida no momento

A fossa, a fome, a flor, o fim do mundo.

...

Mas hoje,

As minhas mão enfraquecidas e vazias

Procuram nuas pelas ruas, pelas ruas

Na solidão das noites frias por você.

Hoje

Homens sem medo aportam no futuro

Eu tenho medo acordo e te procuro

Meu quarto escuro é inerte como a morte.

...

Sorte

Eu não queria a juventude assim perdida

Eu não queria andar morrendo pela vida

Eu não queria amar assim como eu te amei.

Em 1973, por encomenda da Igreja, Chico Buarque e Gilberto Gil compuseram um grito de liberdade pela paixão de Cristo para a semana santa. A paixão era de todos nós e sabíamos bem qual era nossa cruz (na época censurada):

Pai! Afasta de mim esse cálice

Pai! Afasta de mim esse cálice

Pai! Afasta de mim esse cálice

De vinho tinto de sangue.

Como beber dessa bebida amarga

Tragar a dor e engolir a labuta?

Mesmo calada a boca resta o peito

Silêncio na cidade não se escuta.

De que me vale ser filho da santa?

Melhor seria ser filho da outra

Outra realidade menos morta

Tanta mentira tanta força bruta.

Pai! Afasta de mim esse cálice

De vinho tinto de sangue.

Como é difícil acordar calado

Se na calada da noite eu me dano

Quero lançar um grito desumano

Que é uma maneira de ser escutado.

...

Talvez o mundo não seja pequeno (Cale-se)

Nem seja a vida um fato consumado (Cale-se)

Quero inventar o meu próprio pecado (Cale-se)

Quero morrer do meu próprio veneno. (Pai! Cale-se)

Quero perder de vez sua cabeça (Cale-se)

Minha cabeça perder teu juízo (Cale-se)

Quero cheirar fumaça de óleo diesel (Cale-se)

Me embriagar até que alguém me esqueça! (Cale-se)

Em 1974 Raul Seixas mostrava que a alternativa de sobrevivência para os sonhadores talvez fosse a loucura do “maluco beleza” e nos encantou com a *Sociedade Alternativa*, onde cabia, escondido da censura, tudo o que quiséssemos colocar:

Se eu quero e você quer

Tomar banho de chapéu

Ou esperar papai Noel

Ou discutir Carlos Gardel

Então vá!

Faça o que tu queres

Pois é tudo da Lei!

Da Lei!

Viva! Viva!

Viva a Sociedade Alternativa...

Viva! Viva!

Viva a Sociedade Alternativa...

O governo Médici dos “anos de chumbo” chegava ao fim, dando sinais de desgaste e o General Ernesto Geisel assumia o comando da nação, iniciando um lento processo rumo à democracia. Completando vinte anos e ingressando na Universidade, iniciava minha vida de adulto.

A militância estudantil, agora com menos repressão, necessitava de reorganização! Debates no DCE, pichação nos muros: ABAIXO A DITADURA, panfletagem nas barcas: ABAIXO A DITADURA, discussão sobre um novo modelo de Educação: ABAIXO A DITADURA, ficha no DOPS – cuidado! Passeatas e palavras de ordem: ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA, ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA, ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA...

Veio o casamento e vieram os filhos! O mundo começava a perder o medo dos militares... Já podíamos pensar na democracia. E eu acreditei que seria bom! Elis Regina consagrou essa mistura de tristeza e esperança através da brilhante parceria de João Bosco com Aldir Blanc e que se constituiu no novo hino de todos os *bêbados e equilibristas*:

*Caía a tarde feito um viaduto
E um bêbado trajando luto
Me lembrou Carlitos...*

...

*Louco!
O bêbado com chapéu-coco
Fazia irreverências mil
Prá noite do Brasil.
Meu Brasil!...
Que sonha com a volta
Do irmão do Henfil.
Com tanta gente que partiu
Num rabo de foguete.
Chora!*

*A nossa Pátria
Mãe gentil
Choram Marias
E Clarisses
No solo do Brasil...
Mas sei, que uma dor
Assim pungente
Não há de ser inutilmente
A esperança...
Dança na corda bamba
De sombrinha
E em cada passo
Dessa linha
Pode se machucar...*

A esperança equilibrista sabe que o show de todo artista tem que continuar. E chegamos ao governo Figueiredo, que veio para fechar a porta de saída e assinar a anistia que traria de volta ao país, em 1979, algumas lendárias lideranças políticas como Leonel Brizola (do antigo PTB), Miguel Arraes (do antigo PSB) e Luiz Carlos Prestes (do antigo e clandestino Partido Comunista). O mundo era uma grande festa! E voltava a ter árvores frutíferas, flores e gente simpática para ser feliz...

No mesmo ano integrei-me ao grupo que iria fundar o Partido dos Trabalhadores, o partido que colocaria trabalhadores e sindicatos no poder, que iria fazer a reforma agrária e que iria enfrentar os banqueiros através de auditoria da dívida externa. A revolução estava a caminho! E eu acreditei nisso...

Em nossa viagem a democracia era uma bela estação! Campanhas políticas, militâncias, debates. O mundo finalmente caminhava na direção que buscávamos e a cada dia comemorávamos novas conquistas e a maior delas estava próxima: Eleição Direta para Presidência da República. A campanha pelas DIRETAS JÁ ganhou palco pelo Brasil afora, derrubando diferenças e reunindo

todas as lideranças de esquerda, seja lá o que for que isso signifique!
Eu gostei.

No Rio de Janeiro, em abril de 1984, batemos o recorde mundial de concentração popular: UM MILHÃO DE PESSOAS na Candelária! Muitas bandeiras vermelhas com letras brancas do PT, como a minha própria, tremulavam orgulhosamente na companhia de tantas outras: PDT, PSB, PCB, PCdoB, PMDB, Juventude Socialista... Saímos dali com a alma lavada! O Brasil estava em nossas mãos! Quanta inocência...

Conseguimos ter eleição para a presidência, mas indireta. Os congressistas votavam por nós. Parece brincadeira, não? Tancredo Neves foi eleito, mas não levou. Morreu de diverticulite dias antes de assumir. Você acreditou? Problema seu! Precisávamos de muita paciência. Assumiu o comando da nação o presidente do congresso, José Sarney. Pelo menos não era um militar e em 89 teríamos finalmente as eleições diretas.

Em 88, após longa luta para expulsar do SINPRO Niterói e São Gonçalo o interventor da ditadura Oto Honório, que se mantinha no poder mediante eleições fraudulentas, fiz parte da primeira Direção eleita do Sindicato após a Ditadura Militar. Poder exercer uma atividade sindical sem interferência nos colocava como cidadãos do mundo que, novamente ganhava ares respiráveis. Dois meses de mandato e começávamos nossa primeira greve. Havia muito prejuízo para recuperar. E cantamos com Gonzaguinha:

É!

A gente quer valer o nosso amor

A gente quer valer nosso suor

A gente quer valer o nosso humor

A gente quer do bom e do melhor...

A gente quer carinho e atenção

A gente quer calor no coração

A gente quer suar, mas de prazer

*A gente quer é ter muita saúde
A gente quer viver a liberdade
A gente quer viver felicidade...
É!
A gente não tem cara de panaca
A gente não tem jeito de babaca
A gente não está
com a bunda exposta na janela
Prá passar a mão nela...*

É! A gente queria viver pleno direito e todo respeito. A gente queria era ser um cidadão de uma nação! Sindicato e cidadania... Trabalho, Lazer, Educação e Saúde. A campanha eleitoral esquentava, que partido de esquerda colocaríamos no poder?

No dia 9 de novembro de 89 comemoramos a queda do muro de Berlim, que durante 28 anos separou pessoas, famílias e idéias. Era uma festa, sem dúvida! Mas capitalistas e conservadores também comemoravam. Entender o mundo começava a ser uma tarefa difícil...

Uma semana depois, no dia 15, votava pela primeira vez para Presidente do Brasil! Depositei na urna minhas esperanças de um mundo mais humano, mais justo, socialista e menos capitalista. Meu candidato Luiz Inácio Lula da Silva, sindicalista, revolucionário e representante do povo ganhara, juntamente com Fernando Collor de Mello, ruralista e representante das oligarquias, o 2º turno das eleições. No dia 17 de dezembro colocaríamos cada qual no seu lugar! Mas o que isso significa afinal?

O resultado você já sabe. O que eu não conseguia entender era o porquê. Esperar e lutar tanto para isso? Mas o que o povo queria afinal? Collor não havia ganhado a presidência por um ditador militar, foi eleito. Tínhamos feito o dever de casa: derrubar a ditadura, retomar os sindicatos, fundar um partido revolucionário, militar e realizar as eleições. Por que raios de motivos fora

reprovado? Era natal, mas parecia a Paixão de Cristo. Coloquei na vitrola para ouvir novamente o lamento do Chico, do Gil, do Caetano, da Betânia, da Elis, do Milton Nascimento:

Pai! Afasta de mim esse cálice...

Cale-se!

Em 1991, para completar o quadro, assistimos ao fim da União Soviética. Comemorávamos o fim do imperialismo exercido por aquele estado sobre sua área de ação, nas ficava a pergunta: e o nosso imperialismo, quando acaba? Pelo contrário, o poder do capitalismo e do domínio norte-americano tornava-se mais intenso, ao fim do socialismo adveio o fim da História. E agora José?

Arregaçar as mangas e continuar a militância para as próximas eleições, mas algumas questões me intrigavam: O PT não conseguia apoio popular a não ser abrindo mão das propostas mais revolucionárias. A direita, aliada à grande mídia, conseguia convencer a população de qualquer balela. Não tínhamos mais o inimigo declarado, mas havia um terrível inimigo oculto... Que assistia a rede Globo, ganhava eleições, assistia a rede Globo, aplaudia o avanço do capitalismo, assistia a rede Globo e acreditava em papai Noel! E assistia a rede Globo!

Na eleição de 1994 a direita venceu mais uma vez com Fernando Henrique Cardoso contra a esquerda de Luiz Inácio Lula da Silva.

Deixei o Sindicato e atuei contra a miséria em favela de Niterói com o movimento AÇÃO E CIDADANIA do Betinho. Nas suas palavras: *a fome tem pressa e não espera soluções políticas*. Cadastramos famílias necessitadas, distribuimos mantimentos, ensinamos alguns trabalhos, fizemos festas e colaboramos com a administração da Associação de Moradores. Após um ano de trabalho fomos expulsos pelo mais novo e organizado poder paralelo do morro, o Comando Vermelho, recém-chegado da máfia ítalo-americana!

Precisava de férias...

Completados 40 anos de idade, deixei a militância ao sabor dos ventos, da Rede Globo, do Comando Vermelho e cuidei um pouco de mim mesmo. Escrevi, lancei livro de poesia, toquei teclado, estudei pintura, pinte, viajei, pratiquei ioga e tai-chi-chuan e mais tarde, iniciei o curso de Arquitetura. O mundo da política continuava cada vez pior para o meu gosto, mas era o mundo que a maioria queria. Minha música da época, por ironia, era de 1985, do Cazuzza, lançada pelo Barão Vermelho no Rock In Rio:

*Meu partido
É um coração partido
E as ilusões
Estão todas perdidas
Os meus sonhos foram todos vendidos
Que eu nem acredito
Ah! Eu nem acredito...
Que aquele garoto
Que ia mudar o mundo
Mudar o mundo
Frequenta agora
As festas do "Grand Monde"...
Meus heróis
Morreram de overdose
Meus inimigos estão no poder
Ideologia!
Eu quero uma pra viver
Ideologia!
Eu quero uma pra viver...*

O jeito era pagar a conta do analista e esquecer quem eu fosse! O garoto que ia mudar o mundo assistia a tudo, em cima do muro. Só não sabia se o muro era o do Pink Floyd ou o de Berlim... O mundo optara pela direita, pelo capitalismo e por conservar diferenças e explorações.

Ao completar 50 anos em 2004 não conseguia acreditar que estávamos no terceiro milênio, da era de aquário, do amor, da espiritualidade e da fraternidade. Músicos são substituídos por computador – que música é essa? A linguagem oficial é aquela que não diz nada – que letra é essa? A única coisa que funciona é o que dá lucro – que mundo é esse?

Tive uma conversa séria comigo mesmo e me falei:

– Camarada, PÁRA o mundo que nós vamos descer! Temos um terreno em São Pedro da Serra e um dinheiro guardado, vamos construir por lá e viver de Arte, Poesia e Arquitetura; Música, Astrologia e Pintura! Sem esquecer, é claro, de deixar o mundo de fora...

Mas a vida é uma caixinha de surpresa. E foi uma nova vida que mudou tudo novamente. Filhos, netos, novos projetos e um milhão de amigos para abraçar!

Em 2005, com 51 anos de idade, motivado pelo nascimento do Guilherme, ingresso no Colégio Pedro II, da Rede Federal de Ensino. Por lá encontro um companheiro Anarquista e encontro uma alternativa de luta que não conhecia e que acende mais uma luz no fim do túnel, da ponte, de uma pista de decolagem ou qualquer trecho de alguma rodovia abandonada.

Em 2010 retorno ao movimento sindical através da pasta de Formação Política na Diretoria do SINDSCOPE, filiado ao SINASEFE, Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica. E aqui estamos. E encerramos nossa vigem ouvindo a música dos eternos Tom Jobim e Vinícius de Moraes, dedicada, com todas as homenagens, a todos os passageiros:

*Vai tua vida
Teu caminho é de paz e amor
A tua vida
É uma linda canção de amor
Abra os teus braços e canta*

*A última esperança
A esperança divina
De amar em paz
Se todos fossem iguais a você
Que maravilha viver
Uma canção pelo ar
Uma mulher a cantar
Uma cidade a cantar, a sorrir, a cantar, a pedir
A beleza de amar
Como o sol, como a flor, como a luz
Amar sem mentir, nem sofrer
Existiria a verdade
Verdade que ninguém vê
Se todos fossem no mundo iguais a você!*